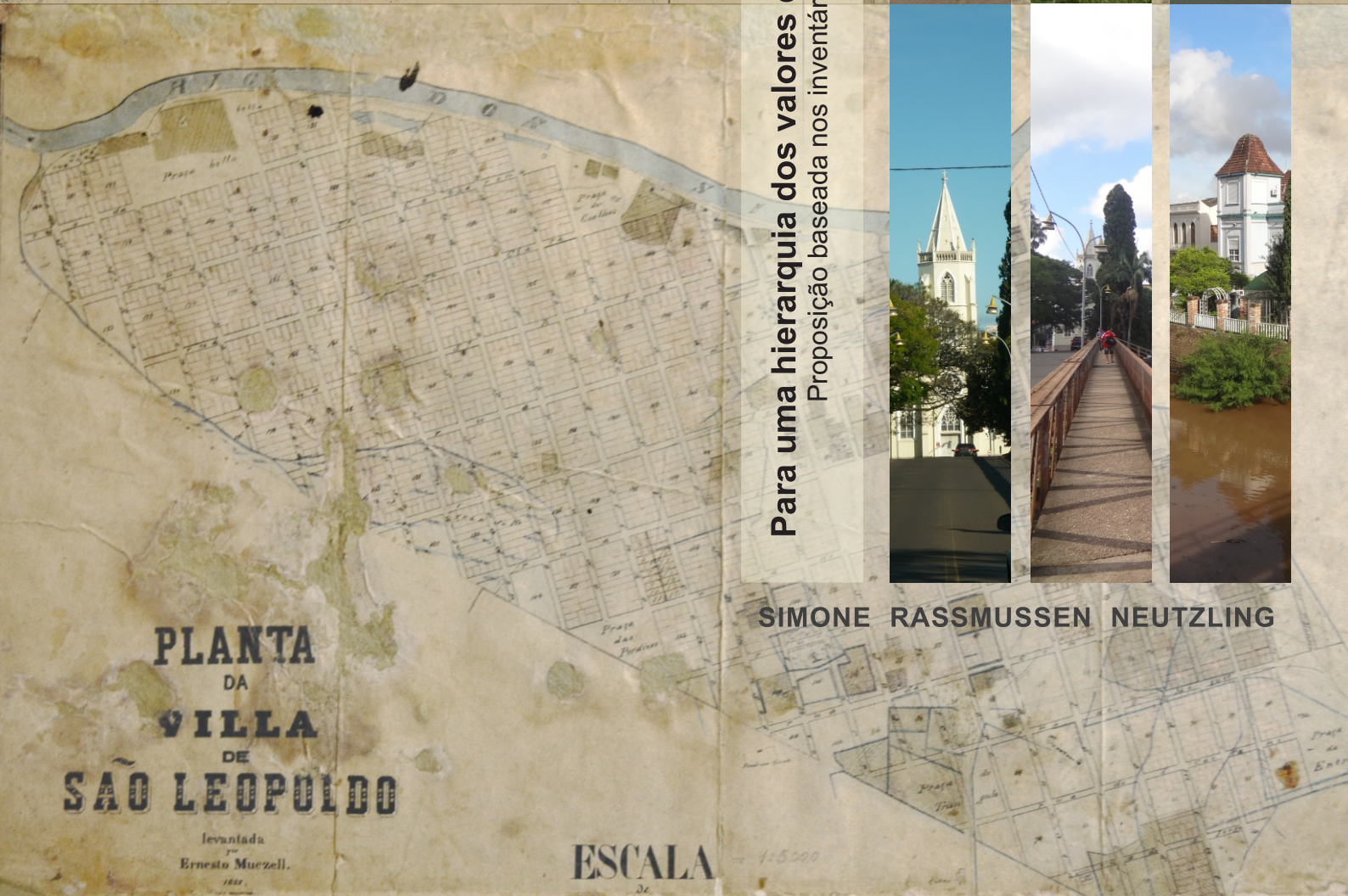




Para uma hierarquia dos valores do patrimônio arquitetônico urbano
Proposição baseada nos inventários de Jaguarão e São Leopoldo/RS



SIMONE RASSMUSSEN NEUTZLING

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação

Para uma hierarquia dos valores do patrimônio arquitetônico urbano.
Proposição baseada nos inventários de Jaguarão e São Leopoldo/RS.

Simone Rassmussen Neutzling

Pelotas, 2018

Simone Rassmussen Neutzling

Para uma hierarquia dos valores do patrimônio arquitetônico urbano.
Proposição baseada nos inventários de Jaguarão e São Leopoldo/RS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Professora Doutora Ester Judite Bendjouya Gutierrez

Pelotas, 2018

Dados de catalogação na fonte:
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901
Biblioteca de Ciência & Tecnologia - UFPel

N497p Neutzling, Simone Rassmussen

Para uma hierarquia dos valores do patrimônio arquitetônico urbano : proposição baseada nos inventários de Jaguarão e São Leopoldo/RS / Simone Rassmussen Neutzling. – 156p. : il. – Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas. Pelotas, 2018. – Orientador Ester Judite Bendjouva Gutierrez.

1.Inventário. 2.Atribuição de valores. 3.Patrimônio arquitetônico. 4.Centro histórico. 5.Jaguarão. 6.São Leopoldo. I.Gutierrez, Ester Judite Bendjouva. II.Título.

CDD: 711.4098165

Simone Rassmussen Neutzling

Para uma hierarquia dos valores do patrimônio arquitetônico urbano.

Proposição baseada nos inventários de Jaguarão e São Leopoldo/RS.

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para a obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, pelo Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 25 de maio de 2018.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dra. Ester Judite Bendjouya Gutierrez (Orientador)
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dra. Ana Lúcia Costa Oliveira
Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....
Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Às minhas filhas,
Isabela e Marina,
por me ensinarem
o significado do
amor incondicional.

Agradecimentos

À minha orientadora, Ester Judite Bendjouya Gutierrez – pelo começo da minha trajetória na pesquisa – como bolsista de iniciação científica, e no patrimônio – pelo trabalho no Programa Monumenta. Agradeço também pelo constante incentivo, pelas ‘parcerias’ nos inventários, pela orientação desta dissertação e, principalmente, pelo exemplo de ética e dedicação profissional;

Aos professores, Ana Lúcia Costa Oliveira e Sidney Gonçalves Vieira por integrarem a minha banca e, pelas contribuições que enriqueceram esse estudo;

Aos colegas do mestrado PPGMP-UFPEL/2016, especialmente ao Cícero, Ricardo e Roger pelas conversas ecléticas e enriquecedoras;

À minha irmã, Rejane Neutzling pela capacidade de assumir o SNA nas minhas ausências e pela ajuda incondicional em todos os momentos de elaboração desse estudo – especialmente nos quadros comparativos e simulações;

Ao amigo, arquiteto e urbanista e pesquisador Guilherme Pinto de Almeida pela disponibilidade de inúmeras leituras do trabalho; pelas trocas de ideias e generosas contribuições;

Ao amigo Prof. Luís Eduardo Rubira pela ajuda e discussão sobre os conceitos de valor;

À equipe SNA (2016-2018); por acompanhar, pacientemente, o desenvolvimento dessa dissertação;

À Emily Ingrid Nobre Silva, bolsista PBIP/UPFEL e a estagiária Nadyne Madruga pelo auxílio na elaboração dos gráficos e no tratamento das imagens;

Ao arquiteto e urbanista Cláudio Fuhrmann, pelo empenho e dedicação na viabilização do inventário de São Leopoldo/RS;

À equipe do IPHAE-RS, especialmente nas pessoas das historiadoras Frinéia Zamin e Estela Galmarino, pela disponibilidade e auxílio quanto às informações de arquivo;

À Danielle Rassmussen Betemps pela agilidade e prontidão na tradução do resumo;

Às grandes amigas Kelly e Pía pelo incentivo, compreensão e ajuda com a minha família – sempre;

Às famílias Neutzling e Osorio, pela compreensão das ausências;

Ao Rodrigo, pelo apoio de sempre em mais um projeto da minha vida;

À Isabela Neutzling Osorio pela trilha musical inspiradora;

À Marina Neutzling Osorio pelas inúmeras ilustrações que coloriram os dias de estudo.

Um agradecimento final àqueles não mencionados, auxiliares nesta trajetória.

*“O tempo não pode ser alterado pelo homem
ele dá a cada um de nós um começo e um fim.
E isso nos faz questionar o significado do que surge ‘entre’.
Mas se você pode criar alguma coisa que o tempo
não pode corroer, algo que ignore as excentricidades
de certas eras ou momentos, algo verdadeiramente
intemporal, esta é a última vitória.”*

T. S. Eliot

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo avaliar a metodologia de realização de inventários SICG/IPHAN, no que se refere à atribuição de valores aos bens de interesse cultural e apresentar proposições para um Sistema de Atribuição de Valores ao patrimônio arquitetônico urbano. O estudo se desenvolve a partir da análise de dois estudos de casos, compara os inventários realizados nos centros históricos das cidades de Jaguarão/RS (2009) e São Leopoldo/RS (2016). A base metodológica utilizada na realização dos inventários foi a mesma. A diferença reside no emprego da metodologia de Instâncias Culturais/IPHAE no trabalho realizado em São Leopoldo. O foco da presente pesquisa foi a comparação entre a forma de atribuição de valores – de seleção e classificação – aos bens de interesse cultural, em cada um dos inventários executados. Concluiu que a metodologia utilizada para a elaboração dos inventários do patrimônio arquitetônico urbano se mostrou adequada e eficaz para o levantamento, análise e cadastro dos itens necessários para leitura e compreensão dos sítios históricos. Quanto à metodologia de atribuição de valores, a adoção dos critérios estabelecidos pelas Instâncias Culturais/IPHAE se mostrou efetiva na etapa de seleção dos bens de interesse cultural. O estudo dos instrumentos utilizados buscou promover o aprimoramento dos critérios de seleção e classificação dos bens de interesse, por meio da atribuição e hierarquização de valores. Através da tentativa de elaboração de um Sistema de Atribuição de Valores ao patrimônio arquitetônico, visou auxiliar na construção de critérios para a seleção e classificação de bens patrimoniais, com o objetivo de identificar qual a relevância do bem inventariado, quais os critérios fundamentaram a sua escolha e quais as ações norteadoras para as futuras intervenções de preservação desses imóveis.

Palavras-chave:

Inventário. Atribuição de valores. Patrimônio arquitetônico. Centro histórico. Jaguarão. São Leopoldo.

Abstract

The present research aims to evaluate the methodology of realization of SICG/IPHAN inventories in relation to the attribution of values to the properties of cultural interest and to present propositions for an Attribution of Values' System to the urban architectural patrimony. The study is developed from the analysis of two case studies. It compares the inventories made in the historical centers of the cities of Jaguarão/RS (2009) and São Leopoldo/RS (2016). The methodological basis used at execution of the inventories was the same. The difference lies in the use of the methodology of Cultural Instances/IPHAE in the work made in São Leopoldo. The focus of the present research is the comparison between the way of assigning values – of selection and classification – to the properties of cultural interest, in each one of the executed inventories. Concludes that the methodology used for the elaboration of inventories of the urban architectural patrimony was adequate and effective for the data collection, analysis and registration of the necessary items for reading and understanding historical sites. Concerning the methodology of assigning values, the adoption of the criteria established by the Cultural Instances/IPHAE was effective in the selection stage of the properties of cultural interest. The study of the instruments used seeks to promote the improvement of the criteria of selection and classification of the properties of interest through the assignment and hierarchization of values. Through the attempt to elaborate an Attribution of Values' System to the architectural patrimony, it aims to help in the construction of criteria for the selection and classification of patrimonial properties in order to identify the relevance of the inventoried property, which criteria based its choice and the guiding actions for future interventions to preserve these properties.

Keywords:

Inventory. Attribution of values. Architectural patrimony. Historic center. Jaguarão. São Leopoldo.

Lista de Figuras

Figura 01	- Quadro resumo das fichas SICG elaboradas para as duas cidades.....	35
Figura 02	- Mapa dos municípios inventariados no RS.....	40
Figura 03	- Fichas IPHAE – Sistema de Rastreamento Cultural	41
Figura 04	- Esquema de valores segundo Riegl.....	51
Figura 05	- Esquema de valores segundo Curtis.....	53
Figura 06	- Esquema de valores segundo Lacerda.....	54
Figura 07	- Esquema de valores segundo IPHAE, RS.....	57
Figura 08	- Quadro de valores estabelecidos ao bem - M01 - bens edificad/IPHAE, RS.....	58
Figura 09	- Quadro com resumo de valores atribuídos ao patrimônio.....	59
Figura 10	- Mapa do município de Jaguarão. RS.....	63
Figura 11	- Mapa das proteções existentes. Jaguarão, RS.....	64
Figura 12	- Área de estudo: Jaguarão, RS.....	67
Figura 13	- Exemplares das linguagens arquitetônicas verificadas no levantamento. Jaguarão, RS.....	71
Figura 14	- Gráfico das linguagens arquitetônicas. Jaguarão, RS.....	72
Figura 15	- Mapa das linguagens arquitetônicas. Jaguarão, RS.....	73
Figura 16	- Mapa dos bens de interesse. Jaguarão, RS.....	74
Figura 17	- Mapa das zonas de planejamento. Jaguarão, RS.....	76
Figura 18	- Mapa do município de São Leopoldo, RS.....	80
Figura 19	- Vista aérea de São Leopoldo, RS.....	82
Figura 20	- Área de estudo: São Leopoldo, RS.....	83
Figura 21	- Real Feitoria do Linho Cânhamo, em sua linguagem original. s/d. São Leopoldo, RS.....	84
Figura 22	- Planta Topográfica do Município de São Leopoldo/RS (1870). Em destaque o núcleo urbano inicial.....	85
Figura 23	- Mapa de evolução urbana. São Leopoldo, RS.....	87
Figura 24	- Exemplares das linguagens arquitetônicas verificadas no levantamento. São Leopoldo, RS.....	89
Figura 25	- Gráfico das linguagens arquitetônicas. São Leopoldo, RS.....	90
Figura 26	- Mapa dos bens de interesse. São Leopoldo, RS.....	91
Figura 27	- Mapa de Predominância das Instâncias Culturais. São Leopoldo, RS.....	93
Figura 28	- Mapa das zonas de ambiências. São Leopoldo, RS.....	95
Figura 29	- Esquema de análise metodologia SICG/IPHAN e atribuição de valores.....	99

Figura 30	- Estância Palomy. Jaguarão, RS	100
Figura 31	- Ficha cadastral Estância Palomy. Jaguarão, RS.....	101
Figura 32	- Gráfico do estado de caracterização. Jaguarão, RS.....	102
Figura 33	- Gráfico do estado de conservação. Jaguarão, RS.....	103
Figura 34	- Gráfico do estado de caracterização. São Leopoldo, RS.....	105
Figura 35	- Gráfico do estado de conservação. São Leopoldo, RS.....	105
Figura 36	- Gráfico de uso. Jaguarão, RS.....	106
Figura 37	- Gráfico de gabarito. Jaguarão, RS.....	107
Figura 38	- Gráfico de implantação. Jaguarão, RS.....	107
Figura 39	- Gráfico de linguagem. Jaguarão, RS.....	108
Figura 40	- Gráfico de tipologia. Jaguarão, RS.....	109
Figura 41	- Gráfico de caracterização. Jaguarão, RS.....	110
Figura 42	- Gráfico de uso. São Leopoldo, RS.....	111
Figura 43	- Gráfico de gabarito. São Leopoldo, RS.....	112
Figura 44	- Gráfico de implantação. São Leopoldo, RS.....	112
Figura 45	- Gráfico de linguagem. São Leopoldo, RS.....	113
Figura 46	- Gráfico de tipologia. São Leopoldo, RS.....	114
Figura 47	- Gráfico de Graus de Proteção. Jaguarão, RS.....	115
Figura 48	- Fichas cadastrais M3-01. Jaguarão, RS.....	116
Figura 49	- Gráfico do somatório das Instâncias Culturais. São Leopoldo, RS.....	118
Figura 50	- Gráfico das Instâncias Culturais. São Leopoldo, RS.....	119
Figura 51	- Gráfico das Instâncias Morfológicas. São Leopoldo, RS.....	119
Figura 52	- Gráfico das Instâncias Funcionais. São Leopoldo, RS.....	120
Figura 53	- Gráfico das Instâncias Técnicas. São Leopoldo, RS.....	120
Figura 54	- Gráfico das Instâncias Paisagísticas. São Leopoldo, RS.....	120
Figura 55	- Gráfico Instância Legal. São Leopoldo, RS.....	121
Figura 56	- Gráfico de Graus de Proteção. São Leopoldo, RS.....	121
Figura 57	- Quadro comparativo entre Instâncias Culturais e Grau de Proteção. São Leopoldo, RS.....	122
Figura 58	- Imagem da ficha M3-01. São Leopoldo, RS.....	123
Figura 59	- Esquema de comparação inventários.....	124
Figura 60	- Quadro comparativo entre os municípios de Jaguarão/RS e São Leopoldo/RS.....	126
Figura 61	- Quadro comparativo entre os centros históricos de Jaguarão/RS e São Leopoldo/RS.....	127

Figura 62	- Quadro comparativo dos valores de seleção e graus de proteção entre Jaguarão/RS e São Leopoldo/RS.....	129
Figura 63	- Quadro comparativo dos valores classificação entre Jaguarão/RS e São Leopoldo/RS.....	130
Figura 64	- Esquema do Sistema de Atribuição de Valores.....	131
Figura 65	- Esquema de Valores Proposto.....	132
Figura 66	- Quadro resumo Sistema de Valores Proposto.....	134
Figura 67	- Quadro de hierarquia Sistema de Valores.....	136
Figura 68	- Esquema de possibilidade de aplicação do Sistema.....	138
Figura 69	- Simulação do Sistema de Atribuição de Valores em Jaguarão, RS.....	139
Figura 70	- Simulação do Sistema de Atribuição de Valores. São Leopoldo, RS.....	140
Figura 71	- Gráfico de variação dos Graus de Proteção. Jaguarão, RS.....	141
Figura 72	- Gráfico de variação dos Graus de Proteção. São Leopoldo, RS..	142
Figura 73	- Esquema de atribuição de Valores.....	144

Sumário

INTRODUÇÃO	14
1. CONTEXTUALIZAÇÃO: PATRIMÔNIO, INVENTÁRIO, VALORES.....	25
1.1 Patrimônio – a evolução do conceito	25
1.2 Inventário	28
1.3 Atribuição de valores ao patrimônio edificado.....	48
1.4 Considerações parciais.....	61
2. CASO DE JAGUARÃO	63
2.1 Contextualização	63
2.2 Inventário realizado.....	67
2.3 Considerações parciais.....	78
3. CASO DE SÃO LEOPOLDO	80
3.1 Contextualização	80
3.2 Inventário realizado.....	85
3.3 Considerações parciais.....	97
4. ANÁLISE: METODOLOGIA SICG/IPHAN E ATRIBUIÇÃO DE VALORES	99
4.1 Análise do Módulo 3 – Cadastro	99
4.2 Comparação entre os inventários de Jaguarão e São Leopoldo	124
4.3 Proposta de um sistema hierárquico de atribuição de valores.....	132
a) Sistema hierárquico de valores e a relação entre sítios e bens.....	133
b) Possibilidade de aplicação do Sistema.....	138
4.4 Considerações parciais.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata da atribuição de valores aplicados à elaboração de inventários do patrimônio histórico, artístico e cultural. Relaciona patrimônio, inventário e atribuição de valores. Compara dois centros históricos situados no Rio Grande do Sul: Jaguarão, localizado na fronteira meridional do Brasil, e São Leopoldo, na Encosta Inferior do Nordeste.

O foco da presente pesquisa foi a comparação entre a forma de atribuição de valores – de seleção e de classificação – aos bens de interesse cultural, em cada um dos inventários executados. O estudo dos instrumentos utilizados buscou promover o aprimoramento dos critérios de seleção e classificação dos bens de interesse, por meio da atribuição e hierarquização de valores. Através da tentativa de elaboração de um Sistema de Atribuição de Valores ao patrimônio arquitetônico, visou auxiliar na construção de critérios para a seleção e classificação de bens patrimoniais, com o objetivo de identificar qual a relevância do bem inventariado, quais os critérios fundamentaram a sua escolha e quais as ações direcionadoras para as futuras intervenções de preservação desses imóveis.

O inventário pode se constituir em um dos instrumentos administrativos de acautelamento do patrimônio cultural que visam impedir a sua destruição ou descaracterização. Tem por objetivo preservar imóveis de valor histórico, arquitetônico, urbanístico, ambiental, simbólico e, também, afetivo para a população. Busca manter as características de edificações ou conjuntos considerados de interesse sociocultural para, assim, promover a preservação e a conservação de espaços referenciais de memória coletiva, estruturadores da paisagem e da ambiência urbana.

O trabalho aqui proposto está inserido na linha de pesquisa Patrimônio e Cidade, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. A relação com a linha de pesquisa é estabelecida através de investigação com ênfase na cidade como espaço construtor de memória e identidade. A cidade é compreendida como componente da paisagem cultural. A investigação trata da preservação do patrimônio edificado, dos locais patrimonializados, do planejamento ambiental e dos centros históricos.

O tema desta dissertação é o inventário do patrimônio arquitetônico urbano. A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa teve origem durante a realização de minhas atividades profissionais como arquiteta e urbanista. Nos últimos anos, tenho participado ativamente na realização de inventários de patrimônio material com a utilização da metodologia Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SICG/IPHAN). No ano de 2009, coordenei o inventário do patrimônio arquitetônico dos centros históricos nas cidades de Jaguarão e Bagé/RS (NEUTZLING, 2009a e 2009b) ¹. Utilizando a mesma metodologia, em 2016, coordenei o inventário do patrimônio arquitetônico do centro histórico da cidade de São Leopoldo/RS (NEUTZLING, 2016).

A metodologia SICG/IPHAN tem como instrumento principal a aplicação de fichas para a elaboração de inventários. Seguindo essa metodologia nas duas cidades estudadas, o trabalho foi dividido em três módulos: Conhecimento, Análise e Gestão e Cadastro. O primeiro módulo se refere à contextualização dos bens em relação aos territórios nos quais estão inseridos. Apresenta informações específicas sobre o contexto imediato. O segundo módulo trata das questões relativas à normatização e construção de planos de gestão e preservação para essas áreas. O terceiro módulo foca o cadastro individual dos bens de interesse cultural.

Na realização dos inventários em Jaguarão e Bagé, surgiram algumas dificuldades na terceira etapa do trabalho, especificamente na parte referente à identificação e seleção dos imóveis a serem inventariados. A metodologia utilizada não estabelece critérios para a atribuição de valores aos bens patrimoniais. Desta maneira, não ficaram explícitos os fundamentos da seleção das edificações elencadas no inventário. Também não foi elaborado um sistema para a classificação dos imóveis em graus de proteção. Nestes casos, a escolha dos bens de interesse ficou restrita, quase que exclusivamente, aos atributos estéticos da edificação.

Como tentativa de suprir a lacuna encontrada nos inventários de Jaguarão e Bagé, no inventário realizado em São Leopoldo se elaborou uma estratégia para atribuição de valores. Neste caso, a metodologia SICG/IPHAN foi complementada com a tabela de “Valores de seleção estabelecidos aos bens inventariados”²,

¹ Os estudos foram realizados com intuito de subsidiar a elaboração dos Dossiês de Tombamento do Conjunto Histórico, Artístico e Cultural das duas cidades.

² Ver descrição detalhada da tabela IPHAE-RS no item 1.3 desta dissertação.

desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, IPHAE-RS. Com base nas classificações de instâncias culturais existentes nesta tabela, foram atribuídos valores aos imóveis selecionados. A classificação destes bens em graus de proteção foi determinada pela análise quantitativa do número de instâncias culturais atribuídas a cada edificação.

A utilização da tabela de “Valores de seleção estabelecidos aos bens inventariados” contribuiu na tarefa de atribuir valores ao patrimônio em São Leopoldo. Igualmente, auxiliou na classificação dos imóveis em graus de proteção. Durante a aplicação desse instrumento, apareceram muitas dúvidas com relação à interpretação das definições dos valores estabelecidos aos bens existentes nessa tabela. Pode-se afirmar que a adoção da tabela auxiliou nas decisões referentes à atribuição de valores aos bens, mas não contribuiu para a criação de uma hierarquia ou um sistema de valores para a classificação dos imóveis em graus de proteção.

A justificativa desta pesquisa reside na identificação de uma lacuna existente nas metodologias de atribuição de valores para bens inventariados junto ao IPHAN e ao IPHAE. A realização dos inventários nas cidades de Jaguarão, Bagé e São Leopoldo suscitou o entendimento sobre a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a questão da atribuição de valores aos bens inventariados.

A relevância sobre a justificativa apresentada ficou comprovada através da leitura das correspondências eletrônicas trocadas entre os técnicos do IPHAN e do IPHAE. Nesta conversa, estava sendo discutida a questão de atribuição de valores na metodologia SICG. Um técnico do Instituto Estadual questiona um técnico do Instituto Nacional sobre a existência de uma tabela de atribuição de valores no SICG. O técnico do IPHAN responde: “[...] não temos uma tabela de valores, apenas as classificações das arquiteturas, mas que aparece apenas no momento do cadastro, ou seja, esta informação não está no manual”³.

A ausência de um sistema hierárquico de atribuição de valores gera uma série de dificuldades, principalmente no momento em que os técnicos das prefeituras precisam fornecer pareceres aos proprietários, ‘justificando’ a inclusão de seus imóveis no inventário. Torna-se difícil, igualmente, o estabelecimento de critérios de

³ ZAMIN, F. Manual SICG (mensagem pessoal).
Mensagem recebida por <sicg@iphan.gov.br> em 14 mar. 2018.

intervenção para os projetos de conservação. Além disso, dificulta a ampliação da participação de outros atores na elaboração dos inventários.

O conceito de patrimônio vem sendo ampliado ao longo dos tempos. As metodologias de elaboração dos inventários também evoluíram. Nos últimos anos, houve um avanço nas formas de aplicação desta ferramenta. Surgiram novos conceitos e métodos, mas os responsáveis pela escolha e determinação daquilo que é patrimônio continuam os mesmos – os técnicos – predominantemente, arquitetos e urbanistas.

Agora, busca-se a ampliação da participação nos inventários com a inclusão de outros olhares, através da cooperação de profissionais de diferentes áreas e da comunidade na elaboração destes estudos. Mas, para que o aumento da participação com a inclusão de novos atores possa ser realizada os critérios de atribuição de valores aos bens inventariados precisam ser propostos, compreendidos, discutidos; inclusive, alterados, aumentados, rejeitados e, por fim, apropriados pelos envolvidos no processo.

Sendo assim, esta questão reside num paradoxo: como fazer a ampliação da participação se os critérios não estiverem propostos? Esse questionamento sugere que, para a realização da ampliação da participação, primeiramente, se faz necessária a elaboração de estudos sobre o tema de atribuição de valores aos bens inventariados.

A partir da problemática apresentada, se observa que a metodologia SICG/IPHAN pode ser aprimorada com a elaboração de um esboço de critérios para escolha, definição e classificação do patrimônio arquitetônico urbano. A definição de critérios de seleção promoveria com maior facilidade a apropriação do inventário por parte dos técnicos das prefeituras; o estabelecimento de critérios para projetos de intervenção por parte dos arquitetos e urbanistas; e a ampliação da participação, com a inclusão da comunidade. A partir desta constatação, nasce a questão que será tratada como o problema desta pesquisa: como atribuir valores ao patrimônio arquitetônico urbano?

O objeto deste trabalho é avaliar e propor um sistema de atribuição de valores ao patrimônio arquitetônico urbano que sirva de partida para a ampliação da participação. Esta pesquisa pretende contribuir com os estudos sobre o estabelecimento de valores para a inclusão dos imóveis no inventário do patrimônio cultural. Almeja também colaborar com a identificação de critérios para a classificação

das edificações selecionadas em níveis de proteção. O destaque desta investigação reside na possibilidade de comparar e analisar dois inventários realizados com a mesma metodologia - SICG/IPHAN. Nesta dissertação, serão identificadas semelhanças, diferenças e avanços através da análise de dois estudos de caso: os inventários realizados nas cidades de Jaguarão e São Leopoldo. No primeiro caso, não foram utilizados critérios pré-estabelecidos para a atribuição de valores. No segundo, foi realizada uma tentativa de estabelecimento de critérios, por meio da utilização da tabela de “Valores de Seleção Estabelecidos aos Bens Inventariados”, do IPHAE.

Esta pesquisa tem por objetivo geral avaliar a metodologia de realização de inventários SICG/IPHAN no que se refere à atribuição de valores aos bens de interesse cultural. Para atendimento do objetivo geral proposto, foram elencados quatro objetivos específicos. O primeiro consiste em apresentar a evolução das metodologias utilizadas na elaboração dos inventários. O segundo, investigar os critérios adotados para a atribuição de valores ao patrimônio arquitetônico urbano. O terceiro, analisar a de atribuição de valores empregada na elaboração dos inventários de Jaguarão e São Leopoldo. O quarto objetivo específico visa apresentar as proposições para um sistema de atribuição de valores ao patrimônio arquitetônico urbano nos inventários.

A partir da apresentação das metodologias utilizadas para a elaboração dos inventários e da investigação dos critérios adotados para a atribuição de valores, foi constatado que a presença ou ausência de critérios de seleção e classificação dos bens de interesse cultural pode interferir na categorização em Graus de Proteção e alterar as delimitações das Zonas de Preservação propostas para os sítios.

Tendo como base esta consideração, foi formulada e investigada a seguinte hipótese de pesquisa: a atribuição de valores aos bens de interesse cultural pode alterar a classificação em Graus de Proteção. A hipótese foi verificada por meio da aplicação de simulações, baseadas no Sistema de Atribuição de Valores proposto nesta pesquisa.

Com a finalidade de verificar similitudes e explicitar diferenças, nesta dissertação, o inventário da cidade de Jaguarão/RS foi comparado ao inventário de São Leopoldo/RS. Nesse trabalho, se utilizaram os métodos de abordagem – hipotético-dedutivo, e de procedimento – estudo comparativo.

O estudo aqui apresentado se baseou em elementos formais coletados a partir da realidade material. Para o desenvolvimento da pesquisa, se adotou o método de abordagem hipotético-dedutivo. O processo se iniciou pela formulação do problema através da percepção de uma lacuna nos conhecimentos. Quanto a pouca reflexão em relação à atribuição de valores, uma hipótese foi construída, considerando sua influência na classificação em graus de proteção.

Pelo processo de dedução, por meio de observação e experimentação, a hipótese proposta neste trabalho foi testada (LAKATOS; MARCONI, 2017). Para o desenvolvimento da investigação, foram executadas as seguintes atividades: revisão bibliográfica para a apresentação dos conceitos teóricos dos temas relativos ao objeto de pesquisa; apresentação dos casos de estudo; e análise da forma de atribuição de valores aos bens inventariados nesses dois episódios.

Para a realização da investigação sobre a forma de atribuição de valores aos bens inventariados, o método de procedimento escolhido foi o estudo comparativo. Este método tem por objetivo verificar similitudes e explicar divergências através da comparação de semelhanças e diferenças entre os inventários realizados em Jaguarão e São Leopoldo (LAKATOS; MARCONI, 2017). Seguindo as etapas do método comparativo, a pesquisa foi desenvolvida em quatro passos. O primeiro consistiu na seleção da série de fenômenos comparáveis. O segundo na definição dos elementos a serem comparados. No terceiro, se realizou a coleta dos dados. No último, a análise e interpretação desses.

Os fenômenos comparáveis escolhidos foram os inventários dos centros históricos de Jaguarão e São Leopoldo. Com relação aos critérios de seleção dos casos, o domínio sobre o processo de elaboração dos estudos foi um fator decisivo para a escolha desses. Como colocado anteriormente, os trabalhos selecionados são frutos de minha experiência como coordenadora da equipe responsável pela elaboração dos inventários nestas duas cidades. No desempenho desta função, obtive conhecimento e participei ativamente de todas as etapas do processo de elaboração dos estudos. Tanto em Jaguarão como em São Leopoldo, nos inventários realizados seguindo a metodologia SICG/IPHAN, o trabalho foi dividido em três módulos. O primeiro módulo se refere à história; o segundo e terceiro à arquitetura urbana resultante deste processo histórico.

Para a definição dos elementos a serem comparados foi construído um sistema de categorias. O objetivo foi identificar a forma de atribuição de valores aos bens elencados como de interesse cultural, em cada um dos inventários executados. A base metodológica para a realização do inventário nas duas cidades foi a mesma. A diferença entre os casos estudados reside na utilização do método de “Valores de seleção estabelecidos aos bens inventariados”, estabelecido pelo IPHAE, no trabalho realizado em São Leopoldo.

A coleta de dados para elaboração deste estudo foi realizada com pesquisa documental. As principais fontes de consulta foram os Relatórios Técnicos (NEUTZLING, 2009 e NEUTZLING, 2016) elaborados para cada cidade ao término de período de realização de cada inventário. A análise foi desenvolvida com o objetivo de demonstrar a necessidade do estabelecimento de critérios para a atribuição de valores aos bens inventariados.

Inventário: os casos de Jaguarão e São Leopoldo

Metodologia aplicada nos inventários

Para elaboração dos inventários nas cidades de Jaguarão e São Leopoldo foi utilizada a metodologia SICG⁴, desenvolvida pelo IPHAN. Esse método tem como principais instrumentos a elaboração de cartografia e a aplicação de fichas para a realização de inventários. Seguindo esse procedimento, nas duas cidades estudadas, o trabalho foi dividido em três módulos: M1 – Conhecimento; M2 – Análise e Gestão e M3 – Cadastro.

Processo de elaboração dos inventários

A elaboração dos inventários, segundo a metodologia SICG/IPHAN, exigiu planejamento das ações e realização de treinamento das equipes envolvidas no levantamento de campo. Durante o desenvolvimento dos trabalhos, foram coletadas informações de diferentes suportes sobre as áreas de estudo. Para processamento e interpretação dos dados coletados, tornou-se necessária a elaboração de roteiro de trabalho e o estabelecimento de forma de sistematização destas informações.

Basicamente, o processo de elaboração dos inventários nas duas cidades estudadas se estruturou através dos seguintes passos:

⁴ Ver descrição completa da metodologia SICG/IPHAN no item 1.2 desta dissertação.

1. Definição dos recortes territorial e temático;
2. Definição da área de estudo/levantamento;
3. Realização de pesquisas bibliográfica, documental - escrita, iconográfica e oral;
4. Preparação da base cadastral para geoprocessamento;
5. Levantamento de campo;
6. Organização das informações por quadra e lote;
7. Elaboração de banco de dados;
8. Representação cartográfica das informações históricas, culturais e dos dados levantados em campo e na pesquisa documental;
9. Análise das informações coletadas na pesquisa documental e no levantamento de campo;
10. Estabelecimento de normativas para zonas de preservação e edificações – Plano de Gestão;
11. Cadastro individual dos imóveis elencados como de interesse cultural.

Os recortes territoriais e temáticos definidos para a elaboração da pesquisa histórica foram estabelecidos com o objetivo de promover o conhecimento sobre o processo de desenvolvimento das regiões estudadas. Para a cidade de Jaguarão, adotou-se como recorte territorial a Região Platina do RS, e, como recorte temático, o avanço da Fronteira Meridional. Para a cidade de São Leopoldo, a região do Vale do Rio dos Sinos foi adotada como recorte territorial, e a colonização alemã⁵ no Rio Grande do Sul como recorte temático.

A área de estudo dos inventários correspondeu à poligonal traçada sobre o mapa das cidades, delimitando o espaço onde foram realizados os levantamentos de campo. O limite dessa poligonal foi estabelecido através de proposição da equipe responsável pelo inventário. A proposta foi apreciada e aprovada por parte dos técnicos locais e dos Institutos IPHAN e IPHAE. Para elaboração da proposta da área de estudo, foram consideradas a localização de bens tombados, de edificações

⁵ Neste trabalho, o termo “alemão” faz referência ao germânico. No período inicial da imigração para o Brasil, os imigrantes ditos alemães eram oriundos de diversas regiões, tendo em vista que não faziam parte de um país unificado. A Alemanha seria um Estado-Nação somente em 1871. Portanto, em alguns registros de imigração, aparecem como alemães todos aqueles procedentes de diversos territórios, compartilhando de alguma forma origem, língua, cultura, etc. Ainda, além dos oriundos do futuro Império Alemão (1871), também se identificou cidadãos do Império Russo e Austro-Húngaro, entre outras minorias étnicas (MALTZAHN, 2011). O termo “teuto-brasileiro”, por sua vez, dirá respeito aos grupos de descendentes desses imigrantes colonizadores que continuaram a ocupação sistemática dos espaços destinados pelo governo brasileiro, bem como por empresários particulares, no sul do Brasil. (VOIGT, 2008).

inventariadas e/ou listadas como de interesse e a existência de poligonais de tombamento e entorno. Após a sobreposição destas informações, chegou-se à delimitação da área de estudo, ou seja, a demarcação do centro histórico.

A pesquisa histórica, as fontes escritas, orais e iconográficas, sobre essas cidades, consistiram no estudo dos seus primeiros registros, da autonomia municipal, das obras, da população, das melhorias na infraestrutura e serviços urbanos, do desenvolvimento e estagnação. Para a elaboração da caracterização do conjunto histórico e paisagístico dos dois centros históricos, a investigação levou em conta dados sobre: localização, população e economia; características ambientais; atrativos turísticos; sítio físico; conjunto urbano; leitura da malha urbana e do espaço urbano. Para a obtenção de informações e indicações sobre o patrimônio local, nessa etapa se realizaram entrevistas com moradores das cidades.

A base cadastral disponibilizada pelas prefeituras foi preparada para o desenvolvimento do inventário com a utilização da ferramenta de geoprocessamento. A utilização de *software* específico para geoprocessamento não estava prevista na metodologia SICG. O programa foi adotado como forma de dar agilidade ao gerenciamento das informações e a possibilidade de análise por meio da elaboração de inúmeros mapas temáticos a partir dos dados coletados.

O levantamento de campo se iniciou após conhecimento prévio sobre a região a ser estudada. Essa leitura antecipada do local otimizou o percurso e potencializou as ações de levantamento. Dentro das áreas de estudo pré-determinadas, realizou-se levantamentos para a elaboração de banco de dados e mapas temáticos. As informações abordadas foram: evolução urbana, usos, gabaritos, implantação, linguagens arquitetônicas, tipologias, estado de caracterização, estado de conservação e ambiência antigo-atual. Essa etapa incluiu detalhado registro fotográfico, tanto das edificações com potencial de interesse cultural quanto de visuais das ruas e vistas panorâmicas das faces de quadra, dentro da área de estudo.

Para organização das informações coletadas sobre as edificações, foi elaborado um sistema de armazenamento de dados baseado nos números de quarteirão e lote. A numeração seguiu a base cadastral disponibilizada pelas prefeituras. Essa forma de organização se mostrou eficaz e ágil. Reuniu os dados coletados no levantamento de campo e as informações oriundas da documentação escrita e iconográfica. É um sistema de organização que poderia ser mantido e continuamente alimentado com as informações vindouras a respeito do prédio

identificado. Como, por exemplo: aprovação de projeto, informações históricas, e outras.

A partir das informações coletadas no levantamento de campo, a elaboração do banco de dados foi desenvolvida através da elaboração de tabelas. As referências históricas (antigos caminhos e estradas, construções, mesmo as demolidas) e culturais (loais de procissão, festas) foram representadas graficamente nos mapas da área em estudo. Esse recurso de representação cartográfica das informações históricas, culturais e dos dados levantados em campo se mostrou eficiente para a realização de uma leitura global das manifestações existentes e a interligação destas com as edificações de interesse cultural.

A análise das informações coletadas na pesquisa documental e no levantamento de campo embasou a construção de um entendimento setorizado sobre os diferentes componentes dos sítios estudados. O estabelecimento de normativas para zonas de preservação e edificações foi realizado com a elaboração de um plano de gestão e preservação destas áreas, com a especificação de normativas. (Fichas M2-01 e M2-02).

O cadastro individual dos imóveis elencados como de interesse cultural foi realizado por meio da elaboração de fichas específicas. As edificações identificadas no levantamento de campo, após análise e seleção, foram cadastradas em fichas individuais (M3-01 e M3-02).

Ao término dos inventários, o resultado final dos estudos foi apresentado em formato de fichas distribuídas nos módulos temáticos. Em cada uma das cidades foram entregues cópias do material produzido diretamente aos Contratantes dos inventários. Em Jaguarão, a 12ª SR/IPHAN e, em São Leopoldo, a Prefeitura Municipal.

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos. O primeiro capítulo oferece uma visão geral da temática abordada. Apresenta o tema, o problema, a justificativa, os objetivos gerais e específicos da pesquisa e a hipótese a ser testada. Apresenta, ainda, a metodologia de pesquisa, a metodologia aplicada nos inventários e o processo de elaboração destes. Finaliza-se com a exposição da estruturação do trabalho.

O segundo trata da contextualização. Versa sobre a base conceitual e teórica que sustenta a presente pesquisa: o patrimônio, o inventário e a atribuição de valores.

O terceiro e o quarto capítulos exibem os casos de estudo, respectivamente de Jaguarão e de São Leopoldo.

O quinto capítulo contém a análise da atribuição de valores na metodologia SICG. Exibe a síntese dos dados levantados, analisa e compara os dois inventários realizados. Apresenta a tentativa de elaboração de um Sistema de atribuição de valores e a possibilidade de aplicação do mesmo. O sexto e último capítulo traz as conclusões da pesquisa e as implicações do estudo para possíveis aproveitamentos nas questões relativas à preservação patrimonial.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO: PATRIMÔNIO, INVENTÁRIO, VALORES

Este capítulo tem por objetivo discorrer sobre temas relativos à fundamentação teórica desta pesquisa. Abordou inicialmente a evolução do conceito de patrimônio. Após, apresentou as questões referentes ao inventário do patrimônio cultural onde versou sobre as metodologias utilizadas e a participação da comunidade. Finalizou discorrendo sobre a temática de atribuição de valores ao patrimônio arquitetônico.

1.1 Patrimônio – a evolução do conceito

O conceito de patrimônio evoluiu com o passar do tempo: de patrimônio para patrimônio histórico e, posteriormente, para patrimônio cultural. Inicialmente considerado como individual, o bem passou a ser entendido como bem da coletividade e, atualmente, é percebido como bem associado à memória de um grupo.

O termo patrimônio, originalmente considerado como bem de herança ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade – se referia a um bem individual. Esse passou a ser reconhecido como um bem da coletividade durante o século XIX, onde foi cunhada a expressão ‘patrimônio histórico’. Neste período, era composto por edificações de valor singular, ligadas à elite, e consideradas como monumentos. Esses monumentos estavam divididos em três categorias: os remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos (CHOAY, 2001).

O monumento não pretendia apresentar de forma neutra uma informação, mas, sim, trazer à lembrança alguma coisa, tocar pela emoção, uma memória viva. Como consequência, considerou-se como monumento tudo aquilo o que foi “[...] edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2001, p. 18). Sendo assim, o monumento seria sempre “intencionado”, sempre pensado sobre a égide do “tempo cíclico”, no qual o passado pode ser revivido, reaparecendo ao ser invocado pela memória coletiva.

A ideia de patrimônio cultural surgiu no âmbito da modernidade. Ela pressupõe uma relação reflexiva com o passado e com a tradição. Com a emergência da modernidade, houve a emergência do patrimônio com base numa distinção

fundamental entre ‘monumento’ e ‘monumento histórico’. Na modernidade, vamos ter justamente a extinção progressiva da função memorial do monumento.

O conceito de monumento com tempo cíclico, seguido pelo patrimônio histórico, se contrapôs ao conceito de monumento histórico com tempo histórico, linear e irreversível – adotado pelo patrimônio cultural. A ideia de tempo linear e irreversível considerou que o passado não pode ser revivido, mas apenas conhecido através da erudição histórica ou fruído pela sensibilidade artística (CASTRIOTA, 2009).

Inicialmente, se concebiam como patrimônio histórico as edificações de valor singular ligadas à elite. Com o passar dos anos, o número de monumentos considerados como patrimônio aumentou consideravelmente. Até por volta dos anos 1960, a natureza dos bens considerados como patrimônio histórico era praticamente a mesma. Eles provinham essencialmente da arqueologia e da história da arquitetura erudita. Eram selecionados de maneira isolada e tratados como uma coleção de objetos.

A era industrial, com seu processo de transformação do meio ambiente, contribuiu para inverter a hierarquia dos valores atribuídos aos monumentos históricos, privilegiando, pela primeira vez, os valores de sensibilidade, principalmente os estéticos. Conforme Choay, “[...] a industrialização do mundo contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando à proteção do monumento histórico e, por outro, para fazer da restauração uma disciplina integral, que acompanha os progressos da história da arte” (2001, p. 127).

Ainda segundo Choay, “[...] a mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais”. Essas expansões ocorreram no campo cronológico – com as descobertas da arqueologia e o refinamento do projeto memorial das ciências humanas; no campo tipológico – com a inclusão de novos tipos e linguagens arquitetônicas ao *corpus* patrimonial; e, no campo geográfico – com a expansão do público através do desenvolvimento da sociedade de lazer (2001, p. 208-210).

O Brasil acompanhou a expansão das práticas patrimoniais que ocorreram em escala mundial. Oficialmente, a ampliação do conceito de “patrimônio histórico” para “patrimônio cultural” foi homologada na Constituição Federal de 1988. O Decreto Lei nº 25, de 1937, foi concebido com a ideia de patrimônio histórico e monumento vigentes. Conceituou patrimônio como

“[...] o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937, s.p.).

A Constituição, em seu Artigo 216, definiu patrimônio cultural como aqueles bens “[...] de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a ampliação dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial.

A ampliação e deslocamento das expressões “patrimônio arquitetônico”, “patrimônio histórico e artístico” e “patrimônio cultural” abrangeu ampla gama de fenômenos. A ideia de patrimônio cultural é muito mais abrangente que a de patrimônio arquitetônico. No que se refere a este, houve o avanço de uma formulação restrita e delimitada para uma concepção contemporânea tão ampla e que tende a abranger a gestão do espaço como um todo. Inicialmente, como dito anteriormente, concebia-se o patrimônio arquitetônico como uma espécie de ‘coleção de objetos’, identificados e catalogados por peritos como representantes significativos da arquitetura de nobre passado e, como tal, dignos de preservação.

Os critérios adotados, normalmente, eram o caráter de excepcionalidade da edificação, à qual se atribuía valor histórico e/ou estético. Essa concepção, que estava muito ligada à ideia tradicional de monumento único, vai sendo ampliada: tanto o conceito de arquitetura quanto o próprio campo de linguagens e tipologias de edifícios considerados dignos de preservação se expandiram paulatinamente. Ao longo do século XX, aos critérios estilísticos e históricos vão se juntando a outros, como a preocupação com o entorno, a ambiência e o significado (CASTRIOTA, 2009, p. 84).

A expansão dos conceitos e das práticas patrimoniais nos campos cronológico, tipológico e geográfico ampliou consideravelmente o universo dos bens considerados como patrimônio. Este alargamento impulsionou a utilização dos inventários como ferramenta de identificação e reconhecimento do patrimônio cultural.

Construído este breve histórico sobre a evolução do conceito de patrimônio, partiu-se para a discussão sobre os inventários. A seguir, foi montado um quadro sobre o aparecimento e o desenvolvimento dos inventários, onde se objetivou compreender a evolução das metodologias de aplicação desta ferramenta, através da passagem de uma listagem de bens para um sistema de gestão.

1.2 Inventário

A palavra inventário, segundo o dicionário da língua portuguesa, significa descrição detalhada do patrimônio de pessoa falecida; levantamento minucioso; rol; lista (HOUAISS, 2010). Neste sentido, se relaciona ao patrimônio com significado de herança. Quando se trata de patrimônio cultural, o Dicionário do IPHAN estabeleceu a definição abaixo:

“O termo inventário está associado ao termo patrimônio em seu primeiro sentido, como uma descrição detalhada de bens patrimoniais. Na trajetória da instituição, o conceito de inventário pode ser considerado chave, não somente porque remete ao necessário trabalho de identificação e seleção dos bens passíveis de proteção, mas porque permite a gestão da sua preservação, uma vez que, idealmente, manter atualizados os dados sobre os bens protegidos é condição para o desenvolvimento das ações de preservação e de promoção do patrimônio cultural. Além disso, embora não regulamentado, o instrumento do inventário mencionado na Constituição de 1988 pode também se remeter a uma fase necessária do trabalho de preservação de bens culturais e ser encarado como uma forma de proteção. Os diversos tipos de inventário adotados ou concebidos pela instituição refletem também as variadas concepções nela presentes sobre os objetivos e os significados da proteção aos bens culturais” (THOMPSON *In*: A composição do Dicionário, 2014, s.p.).

Dentro desse contexto, inventariar corresponde ao trabalho de identificação e seleção dos bens passíveis de proteção. Necessariamente, o inventário do patrimônio cultural parte do estabelecimento de um objetivo específico, definido por critérios e circunscrito em recortes sobre determinados universos sociais e territoriais (MOTTA; SILVA, 2016). A definição do objeto de trabalho e da forma de documentação a ser elaborada está diretamente ligada ao patrimônio que se pretende preservar.

O resultado do trabalho depende dos bens identificados, dos dados registrados e analisados, dos sujeitos envolvidos no processo, das pesquisas de delimitação dos territórios, dos períodos a serem abordados e das características a serem documentadas. Em resumo, o inventário depende, basicamente, de quem; o quê; por quê; para quem e onde são selecionados os bens.

Os inventários foram indicados como recomendações das cartas patrimoniais, desde o início do século XX. A Carta de Atenas, de 1931, além de recomendar que cada Estado desenvolvesse seu inventário, sugeria também que se constituíssem arquivos, ressaltando a relação entre os inventários, a produção do conhecimento, a difusão e o acesso às informações. Quanto aos tipos, os inventários se dividiram, fundamentalmente, em três categorias: de identificação, de proteção e científicos (MOTTA; SILVA, 2016).

Os inventários de identificação permitem um primeiro conhecimento dos bens culturais. Neste tipo de estudo, são coletados dados básicos, tais como a localização, o proprietário e a época da construção, e, ainda, se realiza registro fotográfico dos bens de interesse. Os inventários de proteção permitem reunir os dados necessários à tomada de decisões sobre a proteção dos bens. Os inventários científicos consistem em levantar e produzir informações necessárias a um conhecimento profundo para a identificação dos valores a serem preservados, visando orientar obras de conservação e restauração. As duas categorias mais utilizadas em trabalhos estrangeiros e no Brasil são a de identificação e a de proteção (MOTTA; SILVA, 2016).

Independentemente da nomenclatura e das classificações, o que importa é a compreensão dos inventários como instrumentos importantes para estabelecer diferentes níveis de aprofundamento, dependendo das escolhas dos pesquisadores e dos objetivos dos inventários. A elaboração de um inventário pode ser considerada como a construção do conhecimento. Ela é feita em camadas sobrepostas, em diferentes níveis de informação. Do genérico ao detalhado, do sítio urbano ao bem móvel dentro da edificação. O inventário deveria ser reconhecido como ponto de partida para qualquer outra ação.

Os inventários de proteção do patrimônio nasceram na França, após atos de vandalismo ocorridos no período da Revolução Francesa. Foram criados como forma de reconhecimento e organização das diferentes categorias de bens recuperados pela Nação. Para sua concretização, se elaborou um método para realização e para definição das regras de gestão desse patrimônio. (CHOAY, 2001). Neste período, os inventários eram reconhecidos como uma listagem de bens que deveriam ser preservados.

No Brasil, o instrumento do inventário foi utilizado desde o final da década de 1930, quando se implantou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (CASTRIOTA, 2009). A trajetória dos trabalhos de inventários no IPHAN demonstrou que registros sistemáticos passaram a ser realizados a partir da década de 1980.

Nesse momento inicial, eram elencados bens de referência para a construção de uma ‘identidade nacional’ dentro do conceito de “monumento nacional” e de ‘interesse excepcional’. Nessas pesquisas, os valores atribuídos aos bens eram os de monumentalidade e de excepcionalidade. Segundo Lúcio Costa, o objetivo dos

estudos era embasar “a indicação do monumento ou da peça de exceção” merecedora do “privilegio do tombamento” (1999, p.00).

O que se pretendia não era investigar o patrimônio, no sentido de desvendar valores da cultura nacional, de conhecer sua diversidade, mas de buscar os exemplares que correspondessem àquelas características já consagradas: “[...] espécie de aventura que deverá ser levada a cabo sem pressa, com o espírito esportivo próprio dos caçadores [...]. O ‘caçador’, diferente da ideia do explorador, parte para a aventura sabendo o que deseja encontrar” (MOTTA; SILVA, 1998, p.13-14).

Na década de 1960, a partir de novas concepções de patrimônio cultural e da preocupação com o crescimento acelerado das cidades, inúmeros pedidos de tombamento foram solicitados ao IPHAN. Como forma de resistência à especulação imobiliária, várias comunidades urbanas se organizaram, sobretudo nas grandes cidades, gerando uma nova demanda para a conservação dos imóveis e dos espaços urbanos. Para o atendimento dessas solicitações, ocorreu o início do processo de descentralização das ações de preservação.

A partir do ano de 1970, foram criados órgãos estaduais de patrimônio e, posteriormente, novas coordenações regionais do IPHAN. No começo dessa década, o arquiteto e urbanista Paulo Ormino de Azevedo coordenou o Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC) da Bahia. Ao ser convidado para realizar a parte patrimonial do Levantamento do Potencial Turístico do Estado da Bahia, percebeu a oportunidade de iniciar um inventário sistemático, nos moldes dos que havia visto na Europa⁶.

Seria um trabalho capaz de reunir informações disponíveis sobre os monumentos baianos e nacionais, tombados ou não, e ser uma ferramenta de preservação. O inventário como instrumento de gestão, conscientização e intercâmbio era uma preocupação recente na Europa.

A metodologia de realização do IPAC adotou um sistema de fichas e incluiu a apresentação de plantas baixas com indicação do estado de conservação. A inclusão dos levantamentos arquitetônicos tinha por objetivo embasar o planejamento de futuras intervenções nas edificações. A partir dessa constatação, o IPAC pode ser

⁶ Entre 1968 e 1970 cursou pós-graduação em restauração de monumentos e sítios pela Universidade de Roma.

considerado um inventário do tipo ‘científico’. O primeiro volume do IPAC foi publicado em 1975, com o título de Monumentos do município de Salvador.

O inventário realizado na Bahia tinha o entendimento de que o cadastramento dos bens culturais deveria ser um pré-requisito para o tombamento e não o contrário. Assim, o trabalho não se restringiu ao patrimônio reconhecido legalmente. Além da identificação e documentação de “edifícios interessantes do ponto de vista arquitetônico”, foi realizado um cadastro cultural sistemático do território, com vista ao planejamento urbano, e não apenas para a preservação de alguns edifícios isolados.

Conclui reforçando que para além da função básica de identificação e gestão de bens de interesse cultural, “[...] o inventário tem importantes efeitos de conscientizar e legitimar. A realização do inventário é um momento de discussão com lideranças locais e proprietários sobre o valor cultural de seus bens” (AZEVEDO in MOTTA, 1998, p. 61-71).

O trabalho desenvolvido pelo IPAC-Bahia serviu de referência e foi objeto de muitas discussões e críticas por parte dos profissionais da área. Distinguiu-se dos demais trabalhos realizados na época por causa de “sua modernidade na utilização de técnicas de inventariação e computação, pela riqueza das informações levantadas, pela qualidade de sua impressão e, pela continuidade conquistada com o esforço do grupo envolvido no projeto” (AZEVEDO in MOTTA, 1998, p. 82).

Em particular, no estado do Rio Grande do Sul, a defesa do patrimônio arquitetônico e cultural, juntamente com os estudos e a difusão do folclore, foi oficialmente iniciada em 1954, com a criação da Divisão de Cultura do Estado. Em 1964, foi estabelecida a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico, responsável pela política de preservação dos bens patrimoniais e culturais do Estado.

Na década de 1980, vários bens imóveis receberam proteção legal através de processos de tombamento em nível estadual. Nestes processos, foram considerados os valores histórico e arquitetônico agregados. O primeiro tombamento realizado nessa esfera foi da Ponte 25 de Julho, na cidade de São Leopoldo⁷. Em 1990, após a criação da Secretaria de Estado da Cultura, foi publicada a Portaria nº 11/1990, que criou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE.

⁷ Neste caso não houve abertura de processo administrativo. O bem foi diretamente inscrito no tomo, em caráter “De Ofício”. Segundo o Decreto-Lei nº 25/37, “De Ofício” é um dos três tipos de tombamento previsto. Utiliza-se em caso de bens pertencentes à União, Estados e Municípios. Os outros dois tipos de tombamento são: Voluntário – a pedido do proprietário – e Compulsório – nos casos em que o proprietário não aceitar a indicação e entrar com processo de impugnação. (ZAMIN, 2006, p.51)

Como já foi escrito, entre as décadas de 1930 e de 1970, os inventários realizados no Brasil tinham por objetivo identificar edificações de valor monumental e/ou excepcional, com a finalidade de protegê-las por meio do tombamento. Esses inventários eram concebidos como uma listagem de bens. Listagem entendida como no sentido da definição gramatical da palavra inventário. Foi somente na década de 1980 que começaram a ser realizadas, pelo IPHAN, pesquisas envolvendo apontamentos de bens não tombados. Tais inventários foram realizados por iniciativa das coordenações regionais – “que vivenciam de perto as limitações dos critérios de seleção”. Sentiu-se a necessidade de responder aos novos pleitos em relação à proteção de “outros patrimônios” ainda não reconhecidos. Estes estudos tiveram por objetivo o registro das características do patrimônio “como forma de demonstrar o seu valor” (MOTTA; SILVA, 1998, p.17).

A Constituição Federal de 1988 elencou nas práticas de preservação novos sujeitos, objetos e referências que deveriam “[...] estar presentes nos processos de identificação e de atribuição de valor aos bens como patrimônio cultural”. Com esta ampliação dos olhares sobre o patrimônio, foi necessário desenvolver novos “[...] procedimentos e metodologias de inventariação adequados à compreensão dos bens como detentores de referência cultural”. Importante enfatizar que tal legislação instituiu o inventário como instrumento de preservação do patrimônio.

Quase dez anos após a referência aos inventários na Constituição Federal, em 1995, no Encontro de Inventários de Conhecimento do IPHAN, os inventários de Conhecimento foram definidos como “[...] trabalhos de pesquisa que buscam a identificação e o registro de novos valores a preservar, através de levantamentos sistemáticos baseados na coleta de múltiplas informações em campo” (MOTTA; SILVA, 1998, p. 7).

Estes trabalhos de pesquisa inicialmente foram chamados de inventários *de Conhecimento*. Durante o Encontro de Inventários, se decidiu pela troca do nome Inventário de *Conhecimento* por Inventário de *Identificação* – termo utilizado pela UNESCO para trabalhos com esse caráter de investigação. Neste encontro, foi realizada uma apresentação do histórico de levantamentos realizados no Brasil. O *Quadro preliminar dos inventários de bens imóveis* do IPHAN relaciona os *inventários* propostos nas décadas de 1980 e 1990, buscando fornecer uma ideia geral dos procedimentos adotados nesses trabalhos.

O diagnóstico destes inventários de conhecimento constatou que raramente as propostas apresentavam sua memória descritiva, ou explicitavam os conceitos que direcionavam os levantamentos. A motivação da pesquisa era analisar os objetivos que os inventários realizados até o momento pretendiam alcançar. O trabalho analisou 51 propostas de inventários realizados em treze Coordenações Regionais CR/IPHAN. O estudo focou a identificação do objeto principal de investigação, a forma de coleta dos dados e os instrumentos de levantamento e dados levantados. Da análise, foram excluídas 12 propostas onde constavam apenas os títulos dos inventários.

Quanto ao objeto de identificação, predominou o registro de imóveis urbanos, especialmente os conjuntos. Os critérios de seleção dos bens adotados foram estabelecidos em função do valor de conjunto (68%) e do valor individual (22%). Lia Motta definiu como “valor de conjunto” os imóveis cuja importância e significado estão relacionados ao sítio urbano do qual são uma parte representativa. E como “valor individual” definiu os imóveis que exemplificassem uma determinada tipologia arquitetônica, mas que estão dispersos territorialmente, ou aqueles exemplares excepcionais no contexto de uma cidade.

Quanto à forma de coleta, predominaram os critérios estritamente arquitetônicos e estilísticos na seleção dos bens a serem inventariados (72%). Com relação à participação da comunidade, 28% dos métodos incluíram algum tipo de consulta ou envolvimento para a identificação dos bens. Os inventários analisados foram coordenados pelo IPHAN. Em 23 projetos, contaram com parcerias com outras instituições (prefeituras, universidades, órgãos estaduais de cultura) através de apoio técnico, executivo ou financeiro. Lia Motta afirma que “essas parcerias representaram uma abertura para adoção de conceitos diversificados acerca do patrimônio cultural” (MOTTA, 1998, p. 19).

Em relação aos instrumentos de levantamento e aos dados levantados, se utilizou formulários para o registro da denominação do imóvel, localização, informações descritivas: estado de conservação, uso e época da construção. Foram realizados registros fotográficos das fachadas. Grande parte dos trabalhos incluíram as plantas dos imóveis. Pouquíssimos registraram dados socioeconômicos.

A mesma autora concluiu o diagnóstico do quadro preliminar de inventários no Brasil afirmando que o IPHAN trabalhou no sentido de atender à nova demanda de identificação do patrimônio, especialmente nas regiões onde o acervo tombado era pouco numeroso. A mesma constatou a inexistência de uma política de inventários na

instituição. Apontou que as ações foram realizadas de forma dispersa e heterogênea, e que os dados não foram coletados visando a sua integração em um sistema de informações. Lia Motta indicou que uma política institucional deveria ser desenvolvida com a formulação de conceitos e critérios claros para a criação de um sistema com ações de forma sistemática e contínua (1998, p. 21).

Ainda conforme Motta, no que se refere aos inventários desenvolvidos no Rio Grande do Sul, considerados nesta pesquisa, foram apreciadas 12 propostas. Os tipos de bens levantados se dividiram em conjuntos urbanos, edificações e bens culturais. Cinco propostas, entretanto, não foram utilizadas nas análises por falta de informações suficientes a seu respeito. Foram os seguintes: **Levantamento do centro histórico de Antônio Prado** (1986); **Inventário do município de Caçapava do Sul** (1987); **Inventário dos bens culturais do Rio Grande do Sul** (1987); **Projeto Igreja** – bens imóveis religiosos nos municípios sob jurisdição do bispado de Novo Hamburgo; **Projeto ECIRS** – Elementos culturais das antigas colônias italianas no norte do Rio Grande do Sul. Preservação e valorização da paisagem urbana em núcleos de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul; **Inventário das cidades de Jaguarão e Pelotas**; **Inventário do município de Cachoeira do Sul**; **Projeto IPREMEC** – Instituto de Preservação da Memória Cultural de Santa Maria e Região (1998).

A forma de elaboração dos inventários evoluiu paulatinamente. Primeiramente, utilizada como uma listagem de bens passíveis de tombamento, foi ampliada para o atendimento da demanda de registro de bens não tombados. Uma contribuição importante na evolução dos inventários foram as mudanças ocorridas nos campos disciplinares da história e da geografia, fundamentais nas atividades de preservação. Talvez, a geografia tenha sido a área de estudos humanos e sociais que mais se desenvolveu.

O IPHAN incorporou de alguma maneira essas mudanças com a proposição feita pelo arquiteto e urbanista Luís Fernando Franco, em 1966, através da Informação nº 135⁸, onde propôs a transcrição dos centros urbanos dos livros de História e de Belas-Artes para o livro Arqueológico, etnográfico e paisagístico. Neste documento,

⁸ Informação nº 135/86, de 18/09/1986. O documento intitulado Transcrição de centros históricos inscritos nos livros de Tombo Histórico e de Belas Artes para o Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Elaborado por ocasião dos estudos para nova ratificação do tombamento da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Cidade inscrita no Livro Tombo das Belas Artes, desde 1938 (LINHARES, 2012, p. 38).

Franco colocava “[...] com base na compreensão desses bens à luz não apenas da história e da arquitetura, mas também da geologia, da antropologia, da arqueologia e da ecologia, entre outras disciplinas.” (Luís Fernando Franco *apud* LONDRES *In*: MOTTA, 1998, p. 37)

No começo dos anos 2000, o IPHAN passou por um processo de revisão da metodologia utilizada para a elaboração dos inventários do patrimônio material. Entre 2008 e 2011, houve o desenvolvimento do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do Patrimônio Material (SICG). A partir da aplicação desta nova ferramenta, ocorreu uma diversificação dos inventários temáticos com base em recortes regionais, étnicos, cronológicos, estéticos, entre outros. Os inventários começaram a ser reconhecidos como um *sistema de informações* sobre o patrimônio cultural de uma determinada região.

O desenvolvimento da metodologia SICG visou integrar dados sobre o patrimônio cultural imaterial. Através desse sistema, buscou-se propor um método unificado de documentação, inventário e cadastro de bens culturais. Baseou-se em georreferenciamento e classificação com vistas a criar uma cartografia do patrimônio (IPHAN, 2017).

Através do SICG, houve a identificação da possibilidade do inventário de bens e processos culturais fornecer informações para o enfrentamento da complexidade de problemas que ocorrem não somente na área da cultura, mas em outras áreas, como urbanismo, habitação, educação, entre outras.

Além de uma ferramenta de documentação, o SICG foi pensado para ser um instrumento de gestão do patrimônio cultural que facilite as decisões e a formulação de planos, projetos, normas e ações (IPHAN, 2017). Buscando a conciliação entre a preservação, as demandas e as necessidades da população atual, nos sítios protegidos, especialmente nas áreas urbanas, o caráter dinâmico das cidades deve ser considerado.

Nesse sentido, a Carta de Novo Hamburgo acolheu a preservação do patrimônio e as necessidades da população.

“[...] ser visto como um fator de desenvolvimento – humano e econômico – e não como um entrave aos anseios dos moradores e proprietários de bens tombados. Por isso, os estudos para normatização dos centros históricos devem ir muito além do estabelecimento de regras, mas, a partir da compreensão da dinâmica das cidades, propor alternativas viáveis para a

compatibilização entre preservação e desenvolvimento urbano” (Carta de Novo Hamburgo, 2012, p.1).

Metodologia SICG

O SICG foi um instrumento desenvolvido para integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material. O sistema reúne em uma base única informações sobre documentação, inventário e cadastro de bens culturais. Para o seu desenvolvimento são realizadas pesquisas históricas e iconográficas, levantamento de campo, elaboração de mapas temáticos georreferenciados, análises e proposições normativas.

O conjunto de informações, organizado em fichas, se divide em três módulos: Conhecimento, Análise e Gestão. As cores verde, azul e vermelho estão especificadas na metodologia e identificam as fichas correspondentes a cada um dos módulos. M1, M2 e M3, respectivamente (Figura 01).

Figura 01 – Quadro resumo das fichas SICG elaboradas para as duas cidades.

MÓDULO 1 (M1) CONHECIMENTO	MÓDULO 2 (M2) ANÁLISE E GESTÃO	MÓDULO 3 (M3) CADASTRO
M1-01 contextualização geral	M2-01 pré-setorização	M3-00 planilha síntese
M1-02 contexto imediato	M2-02 caracterização dos setores	M3-01 cadastro geral / informações básicas
M1-03 informações sobre a proteção		M3-02 cadastro bem imóvel - arquitetura

Fonte: Elaborado pela autora, com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

O Módulo 1 – Conhecimento – apresenta três fichas denominadas M1-01, M1-02 e M1-03. A primeira ficha é um documento destinado à reunião de informações sobre a contextualização dos bens em relação aos territórios nos quais estão inseridos e a história do Brasil. A segunda trata das informações específicas sobre o contexto imediato que permitiram a caracterização geral dos sítios. A terceira ficha se refere à análise da legislação incidente sobre os bens.

Na elaboração deste módulo, se desenvolveram as pesquisas histórica, iconográfica e documental. Esta etapa engloba também o levantamento de campo, onde são coletadas informações referentes a todos os imóveis localizados dentro da área de estudo. Esta particularidade de trabalhar com a área de estudo em sua totalidade, reunindo dados não apenas dos bens considerados de relevância para o patrimônio cultural, é um dos diferenciais desta metodologia. O levantamento de campo é fundamental para a leitura e compreensão da cidade. A abrangência do levantamento reforça o caráter do inventário como instrumento de planejamento.

O Módulo 2 – Análise e Gestão – contém duas fichas: M2-01 e M2-02. A ficha M1-01 possui informações necessárias à construção de um entendimento setorializado sobre os diferentes componentes dos sítios e conjuntos urbanos, com vistas à normatização. A ficha M2-02 apresenta planos de gestão e preservação para essas áreas. Neste módulo, são estabelecidos os setores de tombamento e entorno a partir da análise dos dados obtidos no levantamento de campo realizado e no estudo da evolução histórica e urbana da região.

O Módulo 3 – Cadastro – exhibe três conjuntos de fichas: M3-00, M3-01 e M3-02. A primeira, em formato de planilha eletrônica, apresenta a síntese dos principais dados referentes a todas as edificações consideradas relevantes nas áreas estudadas. O segundo conjunto é formado por fichas individuais com identificação, localização e informações relevantes sobre os bens de interesse, componentes do espaço urbano: estado de conservação, estado de preservação, proteção existente e proteção proposta, propriedade e informações cadastrais. A terceira ficha é uma complementação da segunda – somente preenchida para os bens classificados no grau de proteção mais elevado.

Os bens de interesse cultural, elencados dentro da área de estudo, são classificados em graus de proteção. Esta classificação tem por objetivo regulamentar as intervenções que poderão ser realizadas nos imóveis. A metodologia estabelece

três graus de proteção: Conservação Rigorosa, Conservação Intermediária e Conservação Volumétrica.

Os imóveis classificados como C1: Conservação Rigorosa são aqueles de grande importância histórica e/ou arquitetônica, que mantém a maioria das características originais ou que, ao longo do tempo, sofreram alterações passíveis de reversão por restauração. Devem ser conservados integralmente.

Os imóveis classificados como C2: Conservação Intermediária são aqueles de relevância histórica e/ou arquitetônica que sofreram alterações ao longo do tempo, principalmente internas, mas que preservam ainda as características externas originais. Devem ser preservados externamente, permitindo, entretanto, alterações em seu interior, desde que não prejudiquem a leitura do bem.

Os imóveis classificados como C3: Conservação Volumétrica (imóveis de acompanhamento) são aqueles importantes para a leitura do conjunto, cuja volumetria deve ser preservada, sendo permitidas intervenções, desde que essas não comprometam o conjunto no qual se insere o bem.

Este módulo contempla ainda a elaboração de um Mapa Síntese para a localização espacial dos bens de interesse selecionados na área de estudo. O mapa apresenta também a classificação dos imóveis em graus de proteção.

Patrimônio material e imaterial

A promulgação da Constituição Federal de 1988 impulsionou a retomada das questões relacionadas à dimensão simbólica do patrimônio cultural. Com isto, tornou-se necessária a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos jurídicos e administrativos, voltados à construção de políticas de preservação do patrimônio imaterial. O atendimento a essas demandas resultou em duas ações concretas: o Decreto 3551/2000 e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), desenvolvido pelo IPHAN em 2000.

O Decreto Federal nº 3551, de 04 de agosto de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Determinou que o registro destes bens se daria em um dos quatro livros de registros existentes⁹, tendo “sempre como referência a continuidade histórica do bem

⁹ A saber: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão; Livro de Registro dos Lugares.

e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (BRASIL, 2000).

Permitiu, ainda, a possibilidade de abertura de novos livros de registros, quais fossem necessários para o devido enquadramento dos eventuais bens elencados. A análise das propostas de registros ficaria a cargo da presidência do IPHAN, bem como do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural desse órgão. O processo se instrumentalizaria por meio de instruções e pareceres. O documento estabeleceu, ainda, a obrigatoriedade de uma reavaliação decenal (prazo máximo) dos bens, de modo a permitir a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Quanto à criação do "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", o intuito era promover a “implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio”. O INRC é um instrumento de conhecimento com o objetivo de

“identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade” (*idem*, 2000, p. 08).

Sua outra função é

“apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação” (*idem*).

Para a realização deste processo, foi desenvolvido um tipo de inventário que estabeleceu uma metodologia de pesquisa como forma de subsidiar

“[...] a identificação dos sentidos de identidade associados a edificações, lugares, celebrações, formas de expressão e ofícios, visando à produção de registros textuais e audiovisuais que sejam sensíveis aos aspectos dinâmicos e contextuais das realidades consideradas” (CORSINO, 2000, p.24).

Neste inventário, o processo de trabalho foi dividido em três etapas: levantamento preliminar, identificação e documentação. A primeira consiste em definição da área a ser inventariada, sua subdivisão em localidades, reunião e sistematização de informações secundárias disponíveis. A segunda reflete um aprofundamento do conhecimento das referências culturais listadas na etapa anterior. Na terceira etapa, é realizada a sistematização, interpretação do conhecimento produzido nas etapas anteriores e lançamento de seu resultado no sistema INRC (BRASIL, 2000).

Atualmente, o IPHAN realiza um esforço institucional para compatibilização do INRC ao SICG. A intenção é a retomada da necessária relação entre os bens materiais e as referências culturais presentes na diversidade cultural brasileira. A categoria de paisagem cultural talvez seja, hoje, um dos principais passos dados no sentido da superação da falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial. Isso, através da ênfase na relação entre o homem e o meio, especialmente quando associada à noção de lugar, não como uma categoria de patrimônio imaterial, mas como um dos elos pertinentes para a constituição de um patrimônio cultural integral (CHUVA, 2012).

Segundo Lia Motta (2016), o SICG está sendo desenvolvido para absorver a totalidade das categorias de bens culturais, incluindo os de natureza imaterial, devendo reunir em uma base única as “[...] informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário, saberes, celebrações, formas de expressão e lugares, que formam o Patrimônio Cultural do Brasil” (IPHAN, s.d.).

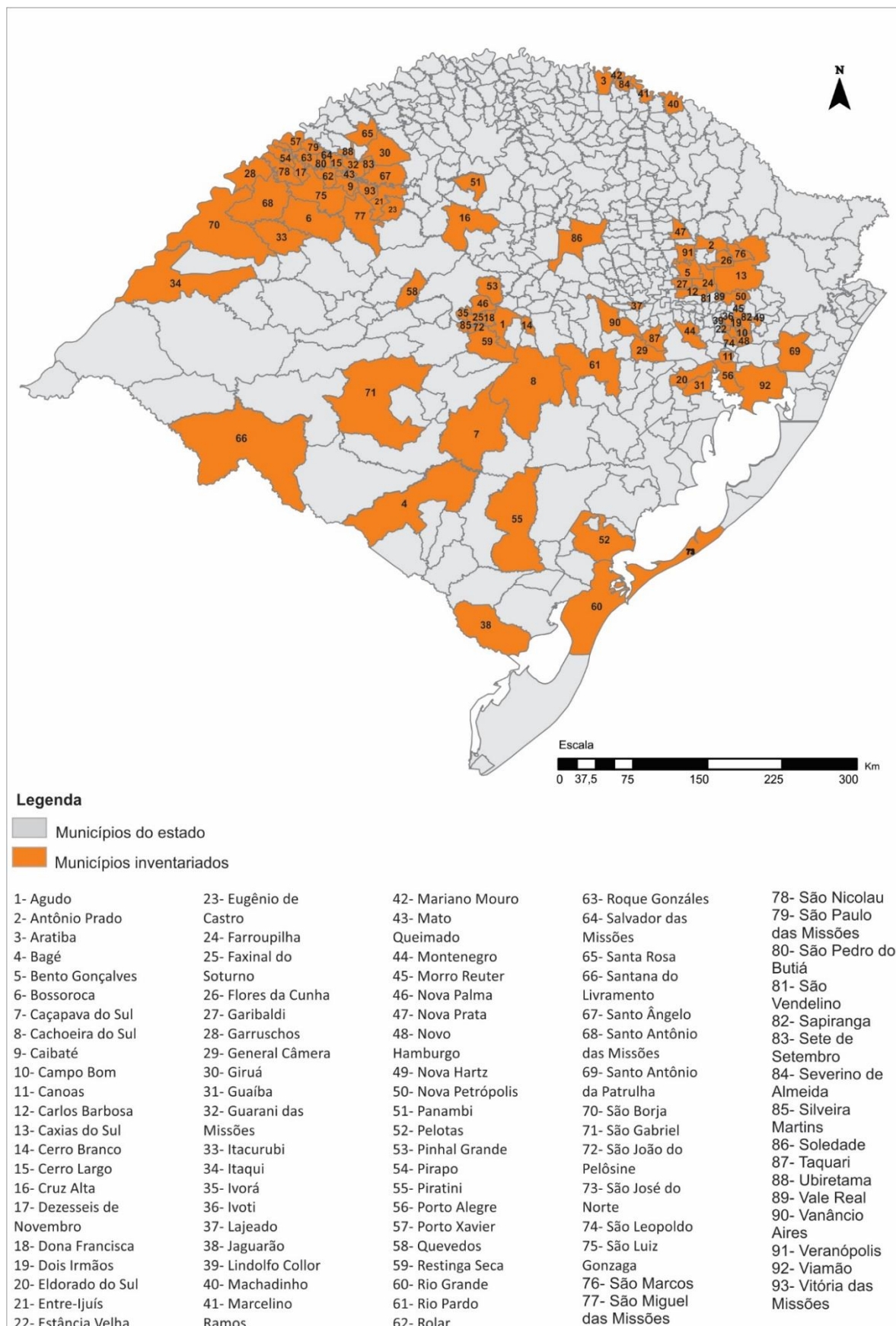
Inventários no Rio Grande do Sul

No estado do Rio Grande do Sul os projetos institucionais de inventários do patrimônio cultural foram desenvolvidos principalmente pelo IPHAN e pelo IPHAE. Os inventários realizados em Jaguarão e Bagé (2009) e em São Leopoldo (2016) marcaram a mudança na forma de elaboração dos inventários no Estado.

A partir da análise do rol de inventários finalizados e em andamento no RS (IPHAE, 2017), foi possível constatar que 93 dos municípios rio-grandenses utilizaram este instrumento para registro, identificação e preservação de seu patrimônio cultural edificado (Figura 02). Este número de municípios inventariados representa 19% do total de municípios do estado. Outro dado analisado foi a relação entre os municípios que elaboraram inventários e os municípios que possuem bens tombados em nível estadual. Dos 93 que possuem algum tipo de inventário, 59 possuem bens tombados em nível estadual.

O fato do número de municípios onde se realizaram inventários ser maior do que o número de cidades com bens tombados, reforçou o papel do inventário como instrumento de trabalho necessário para a identificação e seleção de bens passíveis de preservação. Demonstrou que os inventários não foram realizados apenas com o objetivo de elencar bens para o tombamento e sim, como forma de reconhecimento do patrimônio cultural das regiões.

Figura 02- Mapa dos municípios inventariados no RS



Fonte: IPHAE (2017), editado pela autora.

[illegible]

Fonte: Arquivo IPHAE (2017).

Como a ampliação dos conceitos e evolução dos métodos de identificação do patrimônio, outras questões precisaram ser abordadas. Um desses temas se refere à participação da comunidade nos inventários. Surgiram questionamentos sobre qual determinado grupo tem autoridade para definir o que é bem cultural, sobre quem tem autoridade e legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de quais valores, em nome de quais interesses e de quais grupos. Esses questionamentos trazidos à cena de forma indireta nos anos 1970, e bastante direta nos anos 1980.

foram abordados em dois documentos: Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC, Brasília, 1981, e artigos 215 e 216 da Constituição Federal, de 1988.

A Constituição determina que

“o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e, de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, art. 216, § 1º).

O Estado, como ator protagonista na preservação do patrimônio cultural, estabelece o que será inventariado através do seu olhar técnico. Esse olhar vem sendo lapidado com a introdução de novos conceitos e critérios, o que tem resultado na ampliação daquilo que é considerado como patrimônio (GUTIERREZ; NEUTZLING, 2016).

O inventário, elaborado por técnicos como forma de governabilidade e tecnologia de governo, necessita da participação da comunidade (olhar comum) para que o patrimônio cultural seja encarado como uma ‘cultura viva’. Resultou em processos de significação, de apropriação e de identidade. A complexidade do processo de elaboração do inventário do patrimônio cultural é amenizada quando se envolve a comunidade local neste processo.

Com essa participação, se torna mais fácil interpretar a cidade e, conseqüentemente, conservar as raízes culturais do lugar, sem que haja uma discrepância entre a visão dos técnicos responsáveis pelo inventário e a visão da comunidade. Para a compreensão do patrimônio cultural, material e imaterial, em sua totalidade, o inventário precisa ser elaborado com a contribuição de duas partes: a leitura formal e a leitura simbólica do lugar.

A Carta de Pelotas, de 1978, através da afirmação de que “só se protege o que se ama, mas só se ama o que se conhece”, demonstra claramente como é fundamental a participação das comunidades na preservação do patrimônio cultural. O desafio que se apresenta é como trabalhar com a participação da comunidade no caso dos inventários.

A consciência patrimonial não é uma unanimidade. Nem todos estão vocacionados para o reconhecimento dos usos do passado. A chave para a proteção do patrimônio de forma participativa pode ser o ativismo. Sem o ativismo de comunidades, tanto de leigos como de não-leigos, torna-se mais difícil a defesa do

patrimônio. Por meio do ativismo, as comunidades ressignificam o passado e configuram o presente. (McCARTHY, 2008).

O desafio é encontrar a forma de promover o ativismo e a participação da comunidade nas questões relacionadas ao patrimônio. Na elaboração dos inventários de patrimônio material são muitos os atores envolvidos. Apresentam interesses diversos e, muitas vezes, conflitantes. Devido à extensão territorial onde os inventários são realizados, a comunidade é formada por vários grupos distintos: moradores, usuários, agentes imobiliários, defensores do patrimônio, entre outros.

Nos casos dos inventários realizados em Jaguarão e São Leopoldo, não houve participação direta da comunidade. Alguns técnicos das prefeituras, sensíveis às questões relativas ao patrimônio, participaram das discussões.

A forma como a arqueóloga Linda Derry (2011), em sua experiência no Alabama, define comunidade “como um grupo de pessoas reunidas em torno de um bem comum” pode ser uma alternativa para o desafio do trabalho com os inúmeros atores participantes do processo do inventário. Derry afirma que, a partir do momento em que as questões se tornam relevantes e significativas para suas vidas, as pessoas se envolvem naturalmente e começam a se preocupar com o patrimônio que as cerca.

Em 2013, Lúcio Menezes Ferreira, em seu artigo “Essas coisas não lhes pertencem: relação entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades” sintetiza a relação com a comunidade:

Não é o arqueólogo que educa, unilateralmente, a comunidade, mas, sim, é ele quem aprende com ela: no trabalho etnográfico, ele dialoga sobre os anseios identitários da comunidade; descobre (descobrir na dupla acepção de inventariar e inventar) a pluralidade de significados que as comunidades atribuem aos artefatos e sítios arqueológicos. A etnografia arqueológica, assim, tem fundamento simultaneamente político e epistemológico. Ela provoca a pensar a diversidade cultural como relação indestrinchável entre o presente e o passado e, ainda, sobre as tecnologias de governo promovidas pela ativação do patrimônio cultural. (FERREIRA, 2013, p. 95).

Estas considerações utilizadas pela arqueologia também poderiam ser aplicadas na arquitetura para a realização da participação e da interação com a comunidade no processo de elaboração dos inventários do patrimônio material, nos campos histórico, artístico e cultural.

Outras metodologias

Os inventários, independentemente do método escolhido, precisam ser condicionados pelo objetivo da pesquisa e pelos valores considerados no momento. Não deveriam ser considerados definitivos, e, sim, permanentemente evolutivos. Contudo, os inventários não são isentos, imparciais, neutros. São frutos de escolhas e de seleções feitas a partir dos seus realizadores. Em todos os casos, a dificuldade principal consiste em escolher um método para sua elaboração (VARINE, 2013).

A metodologia para elaboração de inventários de patrimônio material desenvolvida pelo IPHAN precisa ser aprimorada na questão referente à participação da comunidade. Outras metodologias que envolvem a comunidade diretamente em sua elaboração. Hugues de Varine, em seu livro **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**, apresentou algumas metodologias para a elaboração de inventários. Classificou-as em quatro tipos: tecnocrático, científico, compartilhado e participativo.

O inventário tecnocrático é elaborado por agentes do serviço público das áreas de desenvolvimento, turismo, cultura e assuntos fiscais. Tem por objetivo demonstrar alguma coisa, convencer, acumular materiais e permitir comparações entre territórios. Neste método, o patrimônio é classificado segundo categorias utilitárias: valor econômico, qualidade da atração turística, a beleza, e o caráter espetacular.

É um inventário de fácil e rápida elaboração. Entretanto, não promove o envolvimento mais aprofundado de nenhum dos participantes. Considera que o patrimônio deve desempenhar um papel no momento presente. Fica reduzido às suas formas mais visíveis sem referência à complexidade de sua natureza e sem ligações com a cultura viva da comunidade (VARINE, 2013).

O inventário científico é elaborado por profissionais da cultura, das universidades e pelos especialistas na conservação dos bens culturais. Tem por objetivo o registro dos bens de valor patrimonial. Segundo Varine, na França sua realização é descentralizada no nível das regiões e departamentos, o que gera proximidade entre os responsáveis pela elaboração dos inventários e as comunidades. Em virtude disso, os proprietários privados e as coletividades locais são consultados. A população em geral ainda permanece isolada do processo, apesar das consequências que o 'tombamento' pode trazer para os indivíduos e para a vida local.

São inventários extremamente complexos que utilizam critérios científicos. O desenvolvimento é lento e, por vezes, não acompanha o ritmo das intervenções arquitetônicas e urbanas. É uma concepção de inventário puramente passiva – de registro. Para ser ativa, seria preciso que esse inventário alimentasse ações de gestão e planejamento. Mesmo que estas fossem exclusivamente culturais.

Os dois tipos de metodologias anteriormente apresentadas trataram o inventário como assunto de Estado, de especialistas e da academia. Caracterizaram-se como métodos distantes das preocupações com o desenvolvimento. Nesses casos, os atores locais são excluídos do processo de elaboração. Varine afirma que “o desenvolvimento sustentável é uma questão de todos em um território, e o conhecimento do patrimônio deve ser compartilhado” (2013, p.51).

O terceiro tipo, classificado como inventário compartilhado, propõe um método dividido em três etapas: levantamento preliminar, informação e apropriação. A primeira consiste na realização de levantamento entre a comunidade local – habitantes, associações, eruditos locais, proprietários de imóveis – para a identificação daquilo que consideram como patrimônio. Através do compartilhamento de seus saberes, tais pessoas são transmissoras não apenas de informações que guardam na memória, mas também de lembranças e saberes esquecidos, evocados neste processo.

A segunda etapa consiste em informar a população local sobre o trabalho de inventário que está sendo realizado. Na terceira fase, se promove o processo de apropriação do patrimônio inventariado pela comunidade em geral. É nesta fase que a dinamização do patrimônio – impraticável nos inventários tecnocráticos e científicos – desempenha todo o seu papel de informação, de educação e de mobilização.

Varine cita, como uma das possíveis maneiras de promover a apropriação, a da realização de exposições. Afirmar ser uma maneira fácil de realizar um inventário compartilhado, pois os seus habitantes/participantes/visitantes são os melhores informantes quando sua memória é provocada por uma apresentação visual que eles podem criticar (2013).

O autor aponta que a limitação do método reside no fato de que

“[...] o habitante é considerado, frequentemente, um simples informante, inteligente e útil, certamente. Mas a decisão sobre o inventário, as escolhas,

a catalogação dos dados são ainda assunto dos *experts*, dos profissionais”. (VARINE, 2013, p. 53).

Alega ainda que, através do rigor científico, a garantia de imparcialidade e a confiabilidade do resultado serão maiores. Conclui que “a objetividade (relativa, entretanto) do agente cultural virá a corrigir algumas distorções das subjetividades dos interlocutores locais” (*idem*, p. 53).

As constatações sobre a limitação do método do inventário compartilhado e os possíveis conflitos em torno da memória, oriundos deste tipo de metodologia, reforçam a necessidade da elaboração de um sistema de atribuição de valores para o patrimônio.

O quarto e último tipo apresentado por Varine é o inventário participativo. Transcende o compartilhado. Nesta metodologia, a população é quem define o que entende por patrimônio e o que deve ser preservado, sem deixar aos especialistas o cuidado de fazê-lo a partir de critérios científicos.

Tem por objetivo revelar escolhas menos ‘clássicas’ daquilo que se entende por patrimônio. O método apresenta defeitos ligados em particular à “subjetividade dos habitantes e aos fenômenos da moda”. O mais difícil reside nas “perspectivas de futuro de tal inventário, feito pela geração ativa de hoje, com seus gostos e sua relação com o passado. O que será dele em duas ou três gerações?” (2013, p.55)

Como a administração municipal pode aceitar sem discussão as escolhas impostas por pessoas sem a competência acadêmica minimamente indispensável?

Varine conclui que o inventário participativo “é, e deve permanecer, estritamente complementar ao tombamento dos monumentos, sítios e de outros elementos culturais e naturais”. Ainda utópico na maior parte das situações, mas é a forma acabada de inventário local, de difícil elaboração e metodologicamente exigente. Além disso, “deve ser repetido em intervalos regulares para dar conta da evolução da cultura e modas.” (2013, p.56).

Um exemplo bem sucedido da aplicação desta metodologia foi o Projeto Inventário Participativo de Viamão. Desenvolvido entre os anos de 1998 e 1999 pela Secretaria Municipal da Cultura Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Viamão. Teve como objetivo relacionar os bens de interesse sociocultural para preservação existentes nas mais diversas regiões do município.

Os técnicos do Departamento da Memória Cultural, auxiliados por estudantes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS), reuniram moradores de cinco das 16 regiões do Orçamento Participativo de Viamão – quais sejam: Centro, Santa Isabel, Cecília, São Lucas e Águas Claras – buscando identificar os principais traços da memória local.

As informações compiladas permitiram a composição de uma listagem final de bens indicados para preservação, baseados nos critérios de valor cultural e de identidade, em relação à população viamonense. As informações sobre os bens elencados foram tornadas disponíveis publicamente (ORTIZ, 1999).

1.3 Atribuição de valores ao patrimônio edificado

O objetivo desta parte do texto foi discorrer sobre alguns pontos da problemática da atribuição de valores ao patrimônio. Procurou demonstrar como os valores atribuídos evoluíram juntamente com os conceitos de patrimônio. Buscou evidenciar que o tema ainda carece de um estudo mais aprofundado de aplicação dos conceitos como forma de estabelecimento de critérios para a seleção de bens inventariados.

A presente pesquisa tratou da questão de atribuição de valores ao patrimônio edificado. Nesta abordagem, considerou os termos ‘valor’ como qualidade conferida e ‘patrimônio edificado’ como bens de interesse portadores de significância cultural. O historiador da arte Giulio Carlo Argan afirmou

“Uma vez que as obras de arte são coisas às quais está relacionado um valor, há duas maneiras de tratá-las. Pode-se ter preocupação pelas coisas: procura-las, identifica-las, classifica-las, conserva-las, restaura-las, exibi-las, compra-las, vende-las; ou, então, pode-se ter em mente o valor: pesquisar em que ele consiste, como se gera e se transmite, se reconhece e se usufrui” (2005, p. 13).

A partir dessa consideração sobre as ‘coisas’ e o ‘valor das coisas’, verificamos que o objetivo dos inventários elaborados, até o momento, se concentrou na escolha dos bens de relevância cultural, ou seja, ‘nas coisas que têm valor’. Neste trabalho, o que se procurou identificar foram ‘os valores atribuídos para as coisas’, tanto como forma de seleção quanto de classificação do patrimônio arquitetônico urbano.

A tarefa de conferir mérito é complexa, às vezes pouco objetiva, mas de extrema importância no processo de preservação do patrimônio. Leonardo Castriota

afirmou que “em última instância vai ser a atribuição pela comunidade ou pelos órgãos oficiais que leva à decisão de se conservar (ou não) um bem cultural” (2009, p.93). A conservação dos prédios arrolados se realiza através de intervenções arquitetônicas. Essas intervenções deveriam se fundamentar em critérios claramente definidos. Por sua vez, esses critérios precisariam estar embasados nos valores estabelecidos ao bem. Sendo assim, se deduz que a decisão sobre a conservação patrimonial está diretamente relacionada à atribuição de valor aos bens de interesse cultural.

No campo do patrimônio, a atribuição de valores se vinculou diretamente com a escolha dos bens que foram preservados. A relação entre documento e monumento, apresentada por Jacques Le Goff, reforçou que estes materiais da memória podem se apresentar sob duas formas principais: os ‘monumentos’, herança do passado, e os ‘documentos’, escolha do historiador. Segundo o autor, o que sobrevive não é conjunto daquilo que existiu no passado, mas o resultado da escolha efetuada por aqueles que se dedicam à ciência do passado, os historiadores (2013, p. 485).

As políticas de preservação do patrimônio se basearam na dialética lembrar-esquecer. Para a manutenção de uma memória, privilegiaram-se certos aspectos em detrimento de outros. Para a decisão sobre o que é patrimônio e para a manutenção não somente dos bens materiais por si mesmos, mas, também, dos valores neles incorporados, se tornou imprescindível definir porque, como e por quem o patrimônio é valorizado. Sendo assim, se coloca a “premente necessidade de se esmiuçar os valores em jogo na conservação do patrimônio cultural”, através de “teorias de valor” – marco importante na tentativa de se estabelecer fundamentos teóricos mais rigorosos para a área da conservação (CASTRIOTA, 2009, p. 107).

No conceito tradicional de patrimônio, os critérios utilizados para a classificação de um bem eram sua excepcionalidade estética ou sua ligação a um fato memorável da história. Com a evolução dos conceitos – de patrimônio histórico para patrimônio cultural – os critérios utilizados para a identificação e classificação desse patrimônio também precisaram ser ampliados. Aos valores histórico e de excepcionalidade outros valores começaram a ser considerados (CASTRIOTA, 2009).

Atualmente, se faz necessária uma matriz muito mais complexa para a atribuição de valores, onde os critérios de escolha e seleção deveriam ser claramente explicitados. Mesmo com a reconhecida importância da atribuição de valores, ela foi deixada em segundo plano no campo do patrimônio. Nesta área, os estudos sobre materiais e técnicas construtivas estão bastante avançados. Porém, além da técnica,

o significado das coisas deveria nortear a elaboração dos critérios de intervenção e de planos de gestão.

O campo do patrimônio foi dividido em três perspectivas identificáveis: a conservação física; o contexto de gestão; e a significância cultural e valores sociais. Segundo Castriota (2009), persistiu um desequilíbrio entre a ênfase dada a cada uma delas, com um claro predomínio das duas primeiras. A conservação física se refere ao comportamento dos materiais e sistemas estruturais, as causas e mecanismos de deterioração, as intervenções possíveis e a eficácia a longo prazo dos tratamentos.

O contexto de gestão alude aos objetos de análise a disponibilidade e uso de recursos materiais e humanos, as condições políticas e legislativas, entre outros. À significância cultural e valores sociais, “caberia a investigação sobre as questões centrais do porquê e do para quem um objeto ou lugar é significativo e para quem eles são conservados” (CASTRIOTA, 2009, p. 108). Nesse sentido, esse mesmo autor coloca que

“[...] a agenda da pesquisa na área de conservação ainda está centrada nos seus aspectos físicos, raramente envolvendo a discussão dos significados e valores complexos em jogo, dos agentes e das negociações possíveis. Ainda é vista fortemente como uma tarefa mais técnica que social. A conservação não estaria conseguindo estabelecer uma base conceitual mais sólida, atraindo as contribuições mais significativas das ciências humanas e sociais. **Daí a necessidade de um marco teórico mais sólido para se enfrentar essa questão, e a necessidade de se explorar a fundo a questão dos valores como um aspecto particular do planejamento e da gestão da conservação**” (CASTRIOTA, 2009, p. 109). Grifo nosso.

Na tentativa de desenvolver um estudo sobre a questão referente aos valores atribuídos aos bens, as três obras utilizadas para embasamento desta pesquisa foram: **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**, de Alois Riegl; **Vivências com a arquitetura tradicional do Brasil: registros de uma experiência técnica e didática**, de Júlio N. B. de Curtis e, **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**, de Norma Lacerda e Sílvia M. Zancheti.

O historiador de arte Alois Riegl foi o responsável por uma obra de fundamental importância acerca das questões relativas à tutela e conservação dos monumentos históricos. Em 1903, publicou **O Culto Moderno dos Monumentos**. Nesse livro, o autor tratou sobre “a problemática dos processos que levam um determinado período histórico a atribuir certo tipo de valor ao monumento” (RIEGL, 2014, p. 11). O conteúdo

da obra se aprofundou mais “no valor outorgado ao monumento do que no monumento em si, tratando valor não como categoria eterna, mas como evento histórico” (CUNHA, 2006, p. 1).

O arquiteto e urbanista porto-alegrense Júlio N. B. de Curtis foi responsável pela primeira iniciativa de estabelecimento de critérios para atribuição de valor ao patrimônio realizada no Rio Grande do Sul. Na década de 1970, com o intuito de estabelecer novas “referências para salvaguarda do patrimônio ambiental urbano” de Porto Alegre, procurou desenvolver “[...] um critério capaz de ajuizar a ordem em que merecem proteção as edificações listadas como dignas de proteção [...]” (CURTIS, 2003, p. 334-335). Esse critério tinha como objetivo ser utilizado como referência para a intervenção do poder público sobre o patrimônio a ser protegido.

Em 2012, Norma Lacerda e Sílvia M. Zancheti, ambos arquitetos e urbanistas, organizaram o livro denominado **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceito e Métodos**. Entre outros temas, essa obra tratou dos conceitos de autenticidade, integridade, significância cultural e dos valores atribuídos aos bens patrimoniais.

Alois Riegl, em sua definição de monumento, os classificou em intencionais e não-intencionais. Os monumentos intencionais seriam aquelas obras criadas “[...] pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)” (2014, p. 31). Os monumentos não-intencionais seriam aqueles cuja destinação original não lhes confere a significação de monumentos: somos nós, sujeitos modernos, que a atribuímos.

A diferença entre eles residiu no protagonismo da atribuição de valor. Nos monumentos intencionais, o valor de memória foi outorgado pelo próprio monumento. Nos monumentos não-intencionais, o valor foi atribuído pelo sujeito. É a esse tipo de monumento que a sociedade moderna se referiu quando passou a utilizar o termo monumentos históricos e artísticos. Segundo Riegl, o monumento histórico foi uma criação da sociedade moderna. A partir dessa mudança de atitude, verificou-se o despontar de um novo valor de rememoração, não mais aquele ligado à memória coletiva, mas ao valor histórico-artístico.

Em sua obra, o autor apresentou os valores de rememoração divididos em três classes: histórico, de antiguidade e de rememoração intencional ou artístico. O valor histórico foi predominante até o século XIX, consistia no entendimento do monumento

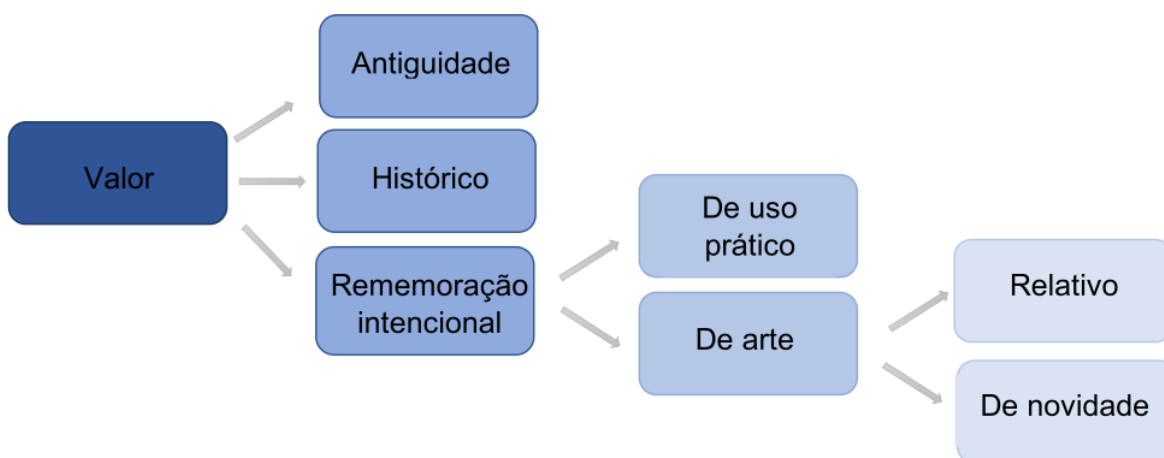
como testemunho de uma época, de um estágio de evolução humana. O valor de antiguidade, reconhecido imediatamente, ao primeiro contato, onde fica claro o aspecto não moderno do monumento (RIEGL, 2014).

Riegl entendeu o objeto como um organismo natural que traz em si as marcas do desgaste provocado pelo tempo e pelas ações da natureza. Para ele, a antiguidade “[...] revela-se como algo incompleto, à qual falta coerência, por certa tendência à dissolução da forma e da cor, que constituem características claramente opostas às do objeto moderno, ou seja, criações recentes” (RIEGL, 2014, p. 50).

O valor de rememoração intencional ou artístico é o que mais se aproxima dos valores de contemporaneidade, na medida em que remete à busca de um eterno presente e exige do monumento “[...] nada menos do que a imortalidade, o presente eterno, a essência incessante” (RIEGL, 2014, p.63).

O valor de rememoração intencional ou artístico se dividiu em dois tipos: valor de uso prático, relativo às necessidades materiais dos homens (sensoriais), e valor de arte, relativo às necessidades do espírito, segundo a caracterização dada pelo autor. Por sua vez, o valor de arte foi subdividido em valor de arte relativo e valor de novidade (Figura 04). O primeiro se refere à capacidade que o monumento antigo mantém de sensibilizar o homem moderno (mesmo com a sua aparência não moderna, tem a capacidade de satisfazer a “vontade artística” moderna). O segundo diz respeito àquilo que se espera do monumento: a aparência nova e fresca de uma obra recém-criada (RIEGL, 2014, p.18).

Figura 04 - Esquema de valores segundo Riegl.



Fonte: Elaborado pela autora (2018) com base em RIEGL, 2014.

Na década de 1970, o arquiteto e urbanista Júlio Curtis, na elaboração de referências para salvaguarda do patrimônio, denominou de “Grau de Prioridade” a hierarquia dos valores atribuídos aos bens para o estabelecimento de critérios de

proteção. Esse grau era obtido pela somatória dos onze valores por ele estabelecidos: arquitetônico; tradicional e/ou evocativo; ambiental; de uso atual; de acessibilidade com vistas à reciclagem; de conservação; de recorrência regional e/ou raridade formal; de raridade funcional; de risco de desaparecimento; de antiguidade; e de compatibilidade com a estrutura urbana (CURTIS, 2003, p.334) (Figura 05).

Na definição do autor, o valor arquitetônico foi atribuído às edificações que apresentaram “particular interesse pelas qualidades de suas frontarias”, considerando que as fachadas predominam na paisagem urbana. O valor tradicional e/ou evocativo se referiu à “qualidade que confere à edificação interesse de permanência na memória coletiva”. O valor ambiental foi conferido às edificações cuja “ausência” subtraia a atenção para a paisagem onde estiver inserida, ou cujo entorno particularmente a valoriza (CURTIS, 2003, p.334).

O valor de uso atual foi atribuído para as edificações que dispensariam reciclagem, caso corretamente utilizadas. O valor de acessibilidade, com vistas à reciclagem, se referiu tanto a facilidade de conexão da edificação com o sistema viário principal quanto a sua capacidade de integração com os equipamentos de lazer e cultura da cidade. Também se incluíam nesse valor o “prédio que ofereça espaço capaz de acolher e possibilitar funcionamento eficiente a órgãos da administração pública” (CURTIS, 2003, p.334).

O valor de conservação seria utilizado para as edificações que dispensassem qualquer tipo de obra ou reparo de caráter urgente. O valor de recorrência regional e/ou raridade formal estava ligado à edificação “produzida por manifestação de cultura regional ou qualificada por formas plásticas e interesse visual, porém de ocorrência rara”. Já, o valor de raridade funcional, foi atribuído às edificações cuja função arquitetônica venha se tornando inusitada ou sofrendo transformação em nível de tornar seu programa original incompatível com as necessidades da vida atual (CURTIS, 2003, p.334-335).

O valor de risco de desaparecimento foi usado em edificações localizadas em zona onde se permitia substituí-la por área construída apreciavelmente maior que a sua. Também se encontra em risco a edificação depredada ou carente de conservação. O valor de antiguidade foi atribuído para “edificações construídas até o entorno temporal da Revolução de 30, considerado pelo autor como marco referencial da modernidade brasileira”. O valor de compatibilidade com a estrutura urbana se

referiu aos prédios cuja localização não colidisse com diretrizes da estrutura urbana (CURTIS, 2003, p.335).

Figura 05 - Esquema de valores segundo Curtis.



Fonte: Elaborado pela autora (2018) com base em CURTIS, 2003.

A evolução no campo do patrimônio ampliou a discussão sobre as questões referentes à preservação e à atribuição de valores. Com o passar dos anos, os conceitos como autenticidade, integridade e significação cultural foram incorporados. Esses conceitos tornaram-se importantes na construção de uma nova visão para o tema de atribuição de valores.

O conceito de autenticidade se refere à condição de autêntico, legítimo. No campo da conservação urbana, esse conceito passou a ser estudado a partir da segunda metade do século passado. Foi apresentado na Carta de Veneza como “uma característica inerente ao patrimônio a ser preservado, imprescindível para que o bem continue transmitindo seus valores” (LACERDA; ZANCHETI, 2012, p. 34).

A Conferência de Nara, realizada no ano de 1994, constituiu um importante documento para a consolidação sobre o entendimento do conceito de autenticidade. Nesse documento, foi considerada como principal fator de atribuição de valores conferidos às características culturais de um bem (ICOMOS, 1994).

O conceito de integridade corresponde àquilo que se apresenta ileso, pleno, intacto. A UNESCO, no Guia Operacional do Patrimônio Mundial, de 2005, apresentou integridade como “uma medida da inteireza e de estar intacto do patrimônio natural e/ou cultural e seus atributos”. “A verificação da integridade está relacionada com o grau em que o bem cultural, em sua matéria e em sua dinâmica social, detém seus atributos característicos e os processos responsáveis pela atribuição de significados ao bem.” (LACERDA; ZANCHETI, 2012, p. 37-38).

Sobre a relação entre os conceitos de autenticidade e integridade, Norma Lacerda afirmou que

“[...] a autenticidade está relacionada com o patrimônio como um qualificador e é aplicada exclusivamente ao patrimônio cultural. A integridade, por sua vez, refere-se à identificação das condições funcionais e históricas de um sítio cultural ou natural. Os dois conceitos podem ser tidos como complementares; no entanto, um não substitui o outro.” (2012, p. 38)

A partir de 1980, com a divulgação da Carta de Burra, o conceito de significância cultural ganhou repercussão. Nesse documento, houve uma definição do termo e uma tentativa de operacionalização da significância. A Carta estabeleceu que significação cultural “designará o valor estético, histórico, científico, ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras” (ICOMOS, 1980).

Sílvia Zancheti definiu o conceito de significância cultural como:

O conjunto de valores que é o resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes de um objeto. Enfatiza-se que esse julgamento é feito no presente e utiliza como referência os significados e valores do passado apoiado em instrumentos de memória reconhecidos pela sociedade (LACERDA e ZANCHETI, 2012, p. 39)

A partir da incorporação desses novos conceitos ao campo do patrimônio, Norma Lacerda procurou desenvolver um sistema para a atribuição de valores para os bens culturais. Como forma de estruturar esse sistema aos três valores apresentados por Alois Riegl – histórico, de antiguidade e artístico –, a autora acrescentou outros sete valores, que são: cultural; simbólico; cognitivo; econômico; de uso; de opção; e de existência (LACERDA; ZANCHETI, 2012) (Figura 06).

Figura 06 - Esquema de valores segundo Lacerda.



Fonte: Elaborado pela autora (2018) com base em LACERDA; ZANCHETI, 2012.

Para a definição dos valores histórico, de antiguidade e artístico, a autora adotou os conceitos anteriormente estabelecidos por Riegl. Para o valor cultural, afirmou que esse está diretamente relacionado ao valor histórico. Como o passado é culturalmente construído, o valor histórico está impregnado de valor cultural na medida

em que reforça a identidade social. Lacerda afirmou que “é a consciência do passado que permite criar uma identidade comum entre este, o presente e o futuro” (2012, p.47).

Com relação ao valor simbólico dos bens patrimoniais, constatou que esse valor aparece na medida em que responde “[...] às necessidades múltiplas dos seus habitantes em termos de conhecimento, de rememoração e, em extensão, do permanente processo de criação e recriação da identidade coletiva” (LACERDA; ZANHETI, 2012, p.49).

A autora continua a explanação alegando que o valor cognitivo se consistiu no “suporte narrativo da memória”. O valor econômico foi associado ao valor de uso, reside na utilidade do bem. Esse se relaciona ao potencial do bem enquanto fonte de crescimento econômico. O valor de opção denotou a possibilidade de atribuição de um valor futuro, uma vez que gerações diferentes avaliam o bem em função de um conjunto de valores relativos. O valor de existência significou o “valor dado a bens ou a seres vivos pelo simples fato de existirem ou viverem” e se fundamenta nos conceitos de singularidade e irreversibilidade (LACERDA; ZANCHETI, 2012, p.51).

Com relação à atribuição de valores, Norma Lacerda afirmou que “[...] é impraticável a realização de intervenções em bens patrimoniais sem que seja apreendido um sistema de valores que apresente escalas de preferências e de importância dos diversos atores envolvidos no processo de decisão” (LACERDA; ZANCHETI, 2012, p. 44). O desenvolvimento de um sistema de valores resulta no desenvolvimento de duas ações distintas. Primeiramente, a proposição dos valores. Posteriormente, a indicação dos critérios para a definição de uma estrutura hierárquica dos valores elencados.

Quanto aos valores, Lacerda afirmou que podem ser condensados em três valores básicos: valor de uso – atual; valor de opção – valor de uso futuro; e valor de existência – condensa todos demais valores (2012, p. 52). Quanto aos critérios para a definição de uma estrutura hierárquica dos valores elencados aos bens patrimoniais, a autora apresentou as seguintes considerações:

- “ • Os valores são mais altos quanto maior for a sua duração. Diz-se duradouro um valor que tem a capacidade de se prolongar no tempo. É o caso de inúmeras edificações históricas que testemunham o tempo decorrido desde a sua edificação;
- Os valores são tanto mais altos quanto menos divisíveis forem. Uma obra de arte pode ser apreciada pelo seu valor artístico e usufruída por muitas pessoas ao mesmo tempo. Portanto, é da essência de tais valores serem ilimitadamente comunicáveis sem sofrerem divisão ou diminuição;

- O valor que serve de fundamento a outros é mais alto que os que se fundam nele. O exemplo são os valores históricos que fundamentam o sentimento de identidade coletiva e, portanto, o valor cultural”. Ou seja, o cultural é fundamentado no histórico;
- Os valores são tão mais altos quanto maior for a satisfação que a sua realização produz nas pessoas, pessoas essencialmente diferenciadas social e culturalmente. Não se pode esquecer que são as pessoas, os grupos sociais, a comunidade que conferem valor.” (LACERDA, 2012, p. 52- 53).

O mercado, movido pelos interesses imobiliários, ignora o valor de existência. Áreas antigas, portadoras de valores históricos, artísticos e culturais, de inúmeras cidades brasileiras, foram arrasadas em função desses interesses. “A não conservação priva a sociedade das suas raízes, da sua identidade e do conhecimento, elementos indispensáveis ao processo de criação e, portanto, de inovação” (LACERDA; ZANCHETTI, 2012, p.52). O valor econômico, onde os custos podem ser facilmente previstos e contabilizados, não deve se sobrepor aos demais valores, pois trata-se de bens repletos de significação cultural.

Atribuição de valores e proteção institucional

O processo de elaboração do inventário “é permeado por juízos de valor uma vez que se destina à construção de narrativas sobre determinados grupos sociais e/ou determinada história” (MOTTA, 2016, s.p.). A atribuição de valores ao patrimônio apresentou variações de acordo com o nível de proteção conferido ao bem: mundial, nacional, estadual ou municipal. A forma de proteção legal em cada uma das esferas também foi distinta.

Em nível mundial, a UNESCO utilizou o instrumento de classificação para proteção do patrimônio digno de preservação. Para a escolha do patrimônio arquitetônico, foram aplicados os critérios de autenticidade e excepcionalidade. Em nível nacional, o IPHAN adotou o tombamento como instrumento de proteção. A definição dos valores que seriam considerados como critério para a escolha dos bens elencados para proteção ficou estabelecida no texto do Decreto Lei 25 de 1937, que explicitou em seu art. 1º

“Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a **atos memoráveis da história** do Brasil, quer por seu **excepcional valor** arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico [sic]”. (BRASIL, 1937, s.p). Grifo nosso.

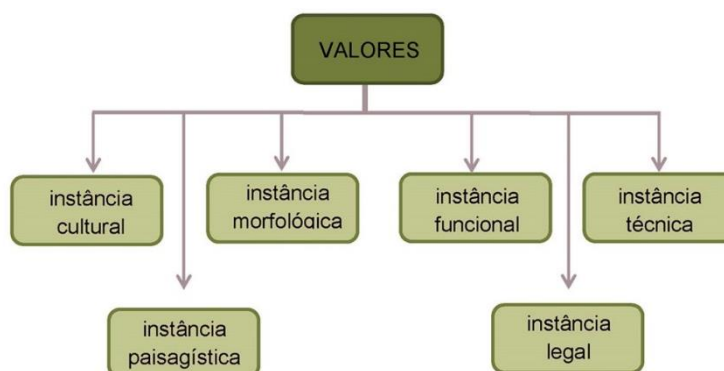
A análise de alguns processos de tombamentos, em nível federal, realizada pela historiadora Márcia Chuva, constatou a prevalência desses valores de excepcionalidade e monumentalidade (CHUVA, 2012).

Nas esferas federal e estadual, a relação entre o valor atribuído aos bens elencados para preservação esteve diretamente relacionada aos títulos dos Livros Tombos¹⁰, onde este patrimônio foi inscrito. Na esfera municipal, geralmente, existe apenas um Livro Tombo para inscrição do patrimônio histórico e cultural, onde atualmente, ainda prevalecem os valores de excepcionalidade e monumentalidade.

Os inventários não constituem, legalmente, uma forma de proteção em si, mas sim instrumentos de identificação do patrimônio a ser preservado. Promovem a preservação somente quando associados a uma legislação específica. Os critérios de excepcionalidade e monumentalidade adotados como forma de proteção legal nos processos de tombamento, realizados em níveis mundial, nacional, estadual e municipal, não são adequados aos inventários.

Em 2012, o IPHAE instituiu o Sistema de Rastreamento Cultural – metodologia de inventário que estabeleceu critérios indicativos à atribuição de valores aos bens inventariados. Este Sistema estabeleceu seis grupos de valores: cultural; paisagístico; morfológico; funcional; técnico e legal. (Figura 07).

Figura 07 - Esquema de valores segundo IPHAE, RS.



Fonte: Elaborado pela autora (2018) com base em IPHAE, 2017.

O Manual de Preenchimento da ficha M1-01, referente a bens edificados, indicou que, no item Valores Estabelecidos ao Bem, deverão ser descritos os “valores existentes no bem que o tornam passível de integrar o inventário”. Esses valores estão expostos na “Tabela Valores estabelecidos ao bem” (Figura 08), disponibilizada pelo Instituto (IPHAE, 2017).

¹⁰ O IPHAN e o IPHAE/RS possuem quatro livros Tombo, a saber: Histórico; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; de Belas Artes; e das Artes Aplicadas.

Figura 08 – Quadro de valores estabelecidos ao bem - M01 - bens edificados/IPHAE

Instâncias: Valores de seleção estabelecidos aos bens inventariados – IPHAE	
INSTÂNCIA CULTURAL:	
Referência histórica	Fato histórico de interesse para a comunidade
Valor de antiguidade	Marco histórico no processo de transformação da cidade
Valor tradicional ou evocativo	Significado referencial para a comunidade. Significado afetivo
Referência coletiva	Por seu significado, torna-se ponto de referência coletiva
INSTÂNCIA MORFOLÓGICA	
Valor arquitetônico	Edificações que oferecem interesses pelas qualidades formais que apresentam
Referência historiográfica	Influência de modelo consagrado da história da arquitetura
Raridade formal	Expressão rara de manifestação da cultura regional ou qualificada, por formas valorizadas
Elemento referencial	Elemento construído preponderante na paisagem urbana
Compatibilidade dos anexos	Valor encontrado explicitada a compatibilidade do original e seu(s) anexo(s)
INSTÂNCIA FUNCIONAL	
Compatibilização com a estrutura urbana	Delimitação não acarreta conflitos com a dinâmica do sistema urbano
Potencial de reciclagem	Estrutura passível de readequação funcional
Uso tradicional	Permanência de usos originais nas estruturas existentes
Uso peculiar	Presença de atividade de caráter peculiar
INSTÂNCIA TÉCNICA	
Raridade na técnica construtiva	Execução através de técnica construtiva rara
Raridade no emprego de materiais	Emprego de materiais em desuso
Risco de desaparecimento	Processo acelerado de degradação, portanto, em risco de desaparecimento
Bom estado de conservação	Obras que resistiram ao tempo sem adequada manutenção
INSTÂNCIA PAISAGÍSTICA	
Compatibilização com a paisagem urbana	Em harmonia com a diversidade da paisagem, com o contexto urbano, seja em escala e/ou tipologia
Conjunto de unidades – cenário	Sua inexistência descaracteriza o cenário que compõe. O valor existe no conjunto de unidades
Estruturação do cenário da quadra	Conjunto estruturador, preponderante na configuração da paisagem da quadra
Elemento referencial	Destaque na paisagem, torna-se referência
INSTÂNCIA LEGAL	
Proteção federal	Incidência de legislação de preservação em nível federal
Proteção estadual	Incidência de legislação de preservação em nível estadual
Proteção municipal	Incidência de legislação de preservação em nível municipal

Fonte: IPHAE (2017).

O quadro representado abaixo (Figura 09) reuniu os valores atribuídos por Riegl, Lacerda, Curtis e pelo IPHAE. Procurou relacionar os valores estabelecidos em função dos conceitos apresentados. Concluiu que os dois primeiros autores trabalharam com os conceitos de forma mais teórica. Os valores apresentados por Curtis e pelo IPHAE demonstraram-se mais operacionais.

Figura 09 - Quadro com resumo de valores atribuídos ao patrimônio.

Autor	RIEGL	LACERDA	CURTIS	IPHAE
Valor	antiguidade	antiguidade	antiguidade	antiguidade
	histórico	histórico	ambiental	referência histórica
	de rememoração intencional (artístico)	artístico	arquitetônico	arquitetônico
		cultural	tradicional e/ou evocativo	tradicional ou evocativo
		simbólico	de uso atual	referência coletiva
		cognitivo	de acessibilidade	referência historiográfica
		econômico	de conservação	raridade formal
		de uso	de recorrência regional e/ou raridade formal	elemento referencial
		de opção	de raridade funcional	compatibilidade dos anexos
		de existência	de risco de desaparecimento	potencial de reciclagem
			de compatibilidade com a estrutura urbana	compatibilização com a estrutura urbana
				uso tradicional
				uso peculiar
				raridade na técnica construtiva
				raridade no emprego de materiais
				risco de desaparecimento
				bom estado de conservação
				compatibilização com a paisagem urbana
				conjunto de unidade - cenário
				estruturação do cenário da quadra
				elemento referencial
				proteção federal
				proteção estadual
				proteção municipal

Fonte: Elaborado pela autora (2018) com base em CURTIS (2003), IPHAE (2012), LACERDA (2012) E RIEGL (2014).

A partir dos valores estabelecidos pelos autores estudados, e levando em consideração a experiência da autora, de prática profissional na elaboração de inventários, percebeu-se uma carência metodológica no que diz respeito à hierarquia de atribuição dos valores, se partiu para a apresentação de proposições para a construção um sistema de atribuição de valores ao patrimônio arquitetônico urbano. Tal ação teve o intuito de contribuir para a metodologia SICG de realização de inventários no que se refere à atribuição de valores aos bens de interesse cultural.

1.4 Considerações parciais

Este capítulo apresentou a evolução das metodologias utilizadas na elaboração dos inventários. Demonstrou que essas metodologias evoluíram juntamente com os conceitos sobre patrimônio. Com a distinção entre “monumento” e “monumento histórico”, ocorreu o consequente alargamento do conceito de patrimônio arquitetônico para patrimônio cultural. Por meio da expansão das práticas patrimoniais – nos campos cronológico, tipológico e geográfico –, surgiu a necessidade de ampliação das ações de identificação e registro do patrimônio a ser preservado.

Os inventários, inicialmente realizados como forma de registro de uma ‘coleção de objetos’, paulatinamente se transformaram em um sistema de gestão do patrimônio. O desenvolvimento das Ciências Humanas e Sociais, em especial da geografia, por meio dos conceitos de paisagem e lugar, foi componente indispensável nesse processo.

O reconhecimento oficial dos inventários, no Brasil, deu-se em 1988, através da promulgação da Constituição Federal. A aplicação, de forma mais eficaz, desse instrumento ocorreu a partir de 2008, instrumentalizado com o desenvolvimento da metodologia SICG/IPHAN. Paralelamente, novas questões relativas à ampliação da participação na elaboração dos inventários passaram a ser consideradas.

Com o entendimento de que o patrimônio cultural está associado à memória coletiva, e de que é composto por manifestações de cunho material e imaterial, partiu-se para o aperfeiçoamento das práticas de registro, tendo como objetivo ampliar a participação da comunidade na elaboração dos inventários. A criação no INRC, no ano 2000, demonstrou ser uma boa iniciativa de atendimento dessa demanda. Independentemente da metodologia adotada para a realização dos inventários, notou-

se uma preocupação constante com a questão dos critérios relativos à atribuição de valores.

Através do entendimento da interligação entre a explicitação dos valores atribuídos aos bens arquitetônicos com a ampliação da participação da comunidade e a preservação do patrimônio edificado, percebe-se a necessidade de estabelecimento de critérios de seleção e de classificação. Para a ampliação da participação, com a inclusão de novos atores na tarefa de escolher aquilo que será considerado patrimônio, o estabelecimento de critérios de seleção e de classificação precisa estar claramente definido e compreendido por todos os envolvidos no processo.

A preservação do patrimônio edificado se realiza por meio de intervenções e da conservação e restauração dos imóveis. Essas ações precisam estar alicerçadas em critérios. A atribuição de valores ficou em segundo plano no campo do patrimônio. Priorizaram-se os trabalhos referentes à conservação dos materiais e a gestão.

A evolução do campo do patrimônio ampliou a discussão sobre as questões referentes à preservação e à atribuição de valores. Os conceitos de autenticidade, integridade e significação cultural foram incorporados e tornaram-se importantes na construção de uma nova visão para o tema de atribuição de valores.

2. CASO DE JAGUARÃO

O capítulo anterior apresentou a construção do marco teórico. Neste capítulo, tem início a segunda parte desta dissertação, com a apresentação do primeiro caso de estudo – o inventário realizado no centro histórico da cidade de Jaguarão.

Recorte dos inventários realizados para a dissertação

Para a realização do inventário na cidade de Jaguarão no ano de 2009 foi utilizada a metodologia SICG/IPHAN. Os estudos se desenvolveram com base no roteiro básico de elaboração de inventários, descrito anteriormente¹¹. Para a elaboração desta dissertação foi estabelecido um recorte no inventário realizado.

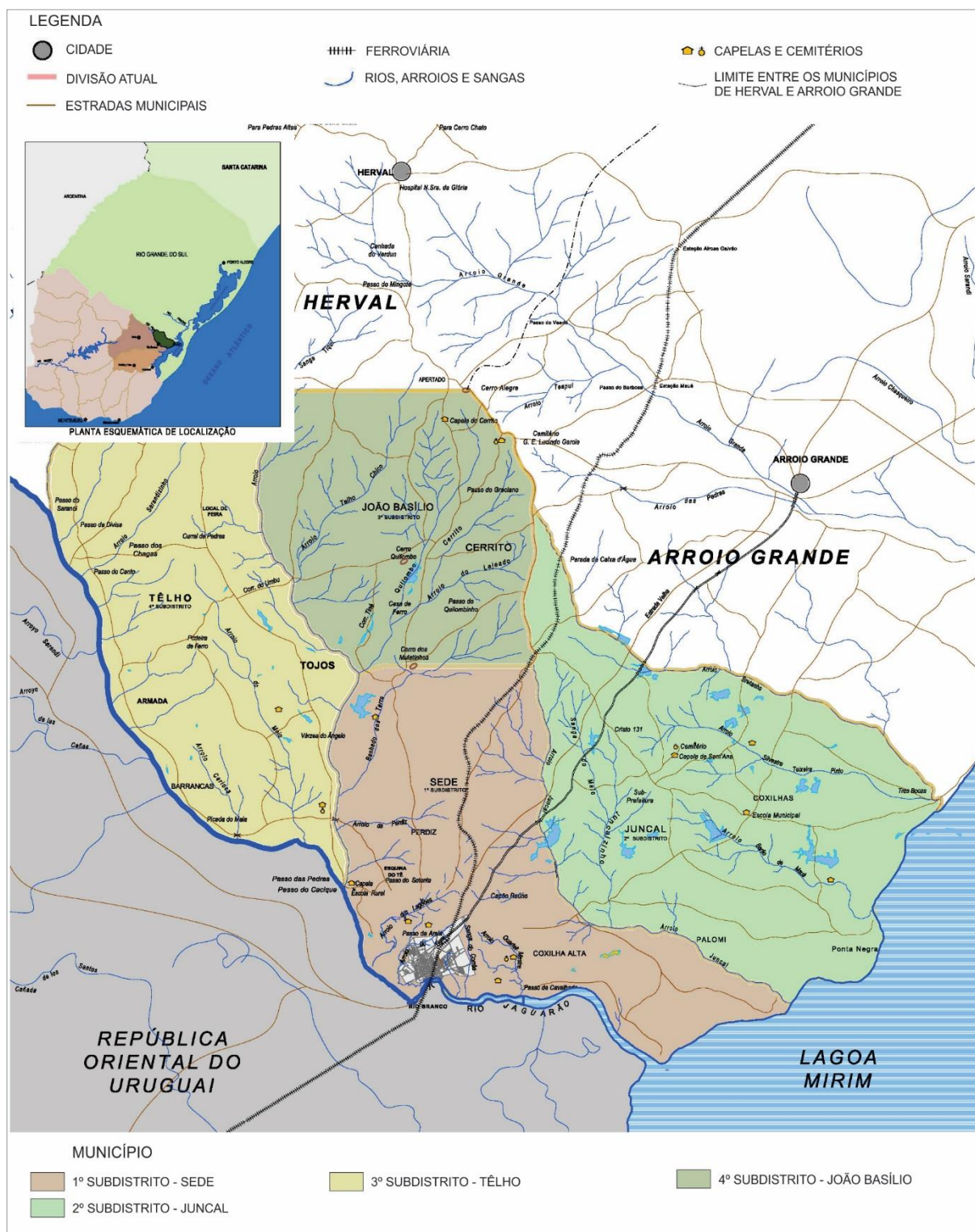
Neste capítulo, o caso estudado foi exposto de forma sucinta e com ênfase nos aspectos diretamente relacionados ao objeto desta pesquisa: atribuição de valores ao patrimônio. As variáveis selecionadas foram aquelas diretamente envolvidas no processo de escolha dos bens de interesse cultural: linguagens arquitetônicas; bens de interesse; graus de proteção e zonas de preservação.

2.1 Contextualização

O município de Jaguarão localiza-se na região Sudeste Rio-grandense, na rota do Mercosul, fazendo fronteira com a República Oriental do Uruguai. Distante 395 Km da capital do estado, possui área de 2.054,39 Km², população absoluta de 28.310 habitantes (IBGE, 2015) e formado por quatro subdistritos: Sede, Juncal, João Basílio e Telho (Figura 10).

¹¹ Ver Processo de elaboração dos inventários na Introdução desta pesquisa.

Figura 10 – Mapa do município de Jaguarão. RS.

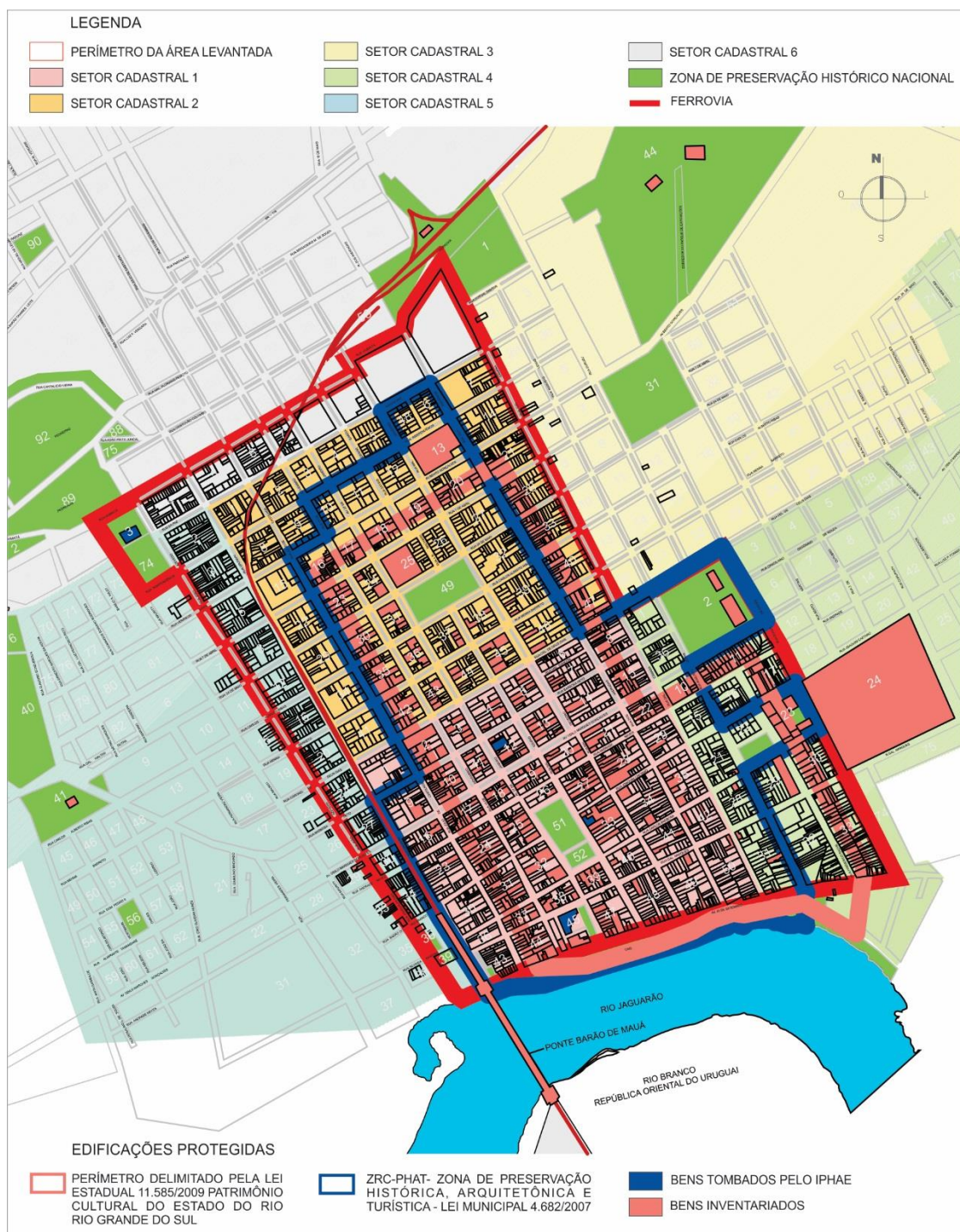


Fonte: NEUTZLING, 2009b, s.p.

A cidade de Jaguarão foi alvo de estudos e propostas de proteção desde a década de 1980. Em 2009, havia dois processos abertos para tombamento em nível federal: um para o Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, visando a proteção

de seu Centro Histórico, e outro para a Ponte Internacional Barão de Mauá. No âmbito estadual, o conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão e a Ponte Barão de Mauá foram declarados patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com outros conjuntos urbanos e edificações em vários municípios gaúchos, conforme a Lei nº 11.585/2001 (Figura 11).

Figura 11 – Mapa das proteções existentes. Jaguarão, RS.



Fonte: NEUTZLING, 2009b, s.p.

Essa lei se constituiu basicamente de uma listagem, não estabelecendo nenhum tipo de instrumento de ação para as áreas ou monumentos. Em nível estadual, existem quatro bens tombados pelo IPHAE na cidade de Jaguarão: o Theatro Esperança, o Mercado, a Casa de Cultura Pompílio Neves de Freitas e a Enfermaria Militar.

Na década de 1980, através de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Jaguarão e a Fundação Nacional Pró-Memória, do então SPHAN, e com apoio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, foi realizado o Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão (IPACJ). Uma das ações do denominado Projeto Jaguar, esse estudo cadastrou por volta de 600 edificações relevantes, em uma área delimitada a partir de estudos sobre a evolução urbana. Além disso, elaborou análises e estabeleceu módulos por similaridades tipológicas e formais.

Com base nesses estudos, foi publicado, em 1992, o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (PRIJ). Este estudo, por sua vez, indicou uma série de instrumentos urbanísticos, que visavam não só à preservação da paisagem urbana local como também a harmonização entre os bens edificados e as novas construções a serem realizadas dentro das zonas preservadas. O programa definia Zonas de Proteção, tanto naturais como arquitetônicas, índices urbanísticos e diretrizes de intervenção. Porém, seus índices e definições só vieram a se efetivar no Plano Diretor Participativo de Jaguarão de 2006 – com algumas modificações nos instrumentos e no zoneamento proposto (NEUTZLING, 2009b).

No final de 2007, em complemento a este Plano Diretor, foi sancionada a Lei municipal nº 4.682, que instituiu a Lei de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Turístico de Jaguarão (PPHAT), tendo como base os estudos realizados no PRIJ e no Projeto Jaguar. Essa Lei estabeleceu diretrizes gerais, definiu usos e índices urbanísticos e delimitou Zonas de Preservação, tanto Históricas e Arquitetônicas quanto Naturais.

Elencou, também, critérios e tipos de intervenções, características tipológicas e multas em caso de descaracterizações. Quanto às edificações consideradas de interesse cultural, dos aproximadamente 600 bens listados pelo projeto Jaguar, a Lei de preservação elegeu apenas 243 como “[...] imóveis de maior relevância histórica, arquitetônica e turística de Jaguarão” (Lei nº 4.682/2007) (NEUTZLING, 2009b).

A legislação apresentou uma considerável preocupação formal, mas não estabeleceu um argumento teórico para a escolha dos tipos a serem preservados, daquilo que seria considerado como valor histórico, nem critérios claros para intervenção. Quanto à pintura das fachadas, por exemplo, determinou que “deverá ser observada a harmonia do conjunto existente e os padrões originais” (Lei municipal 4.682/2007. Art. 21, inciso VI). Não mencionou, porém, como seriam esses padrões e o que seria essa harmonia em medidas objetivas.

Quanto à análise dos projetos de novas construções e de intervenções em edificações protegidas, não especificou o método de avaliação do projeto, para que o mesmo fosse aprovado. Informou, apenas, que todas as intervenções “deverão ter prévia análise da Secretaria de Planejamento e Obras com referendo do Comitê Gestor do Plano Diretor”.

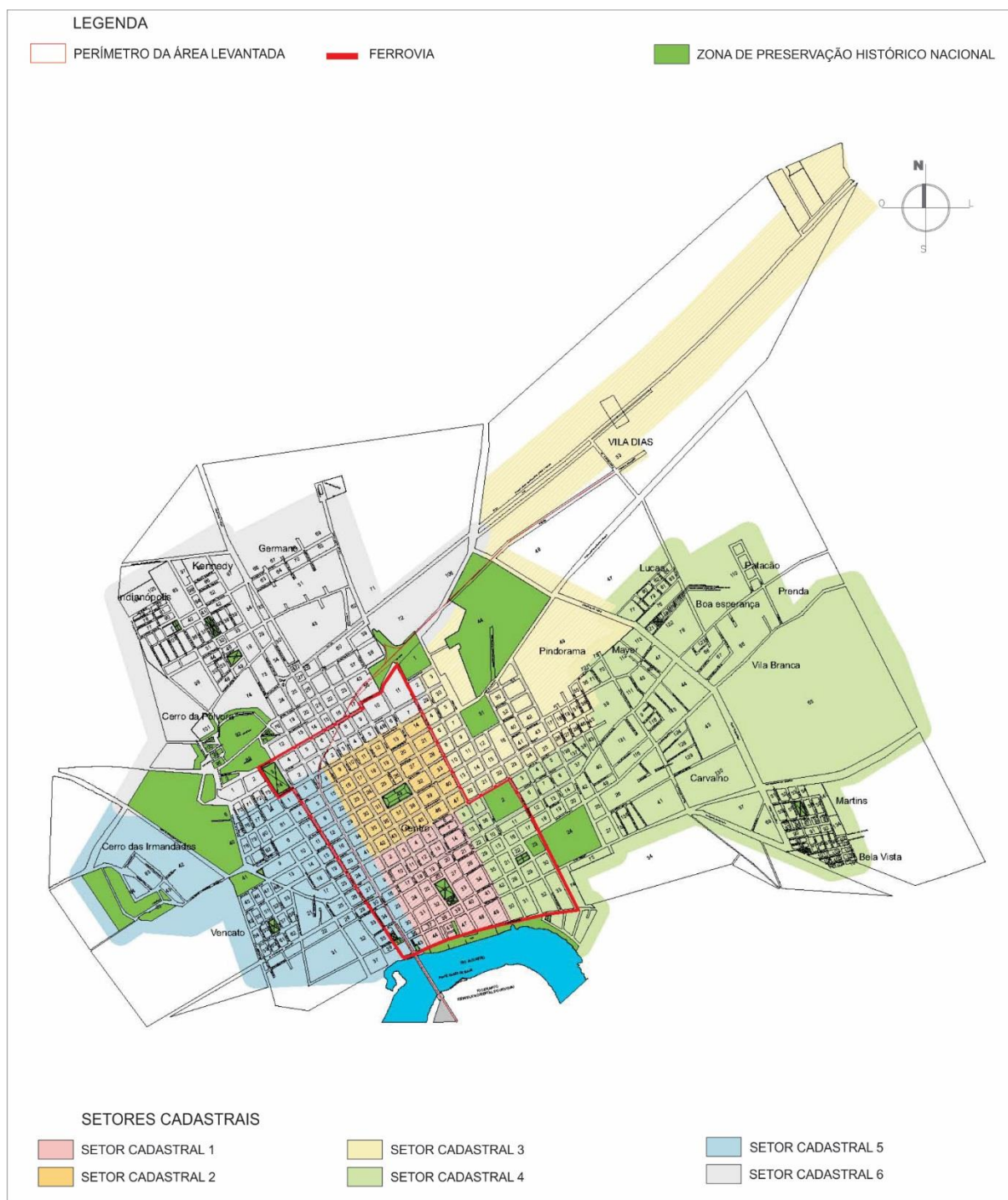
Em 2009, o IPHAN contratou uma equipe especializada para elaboração do inventário do patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade. O trabalho tinha por objetivo promover subsídios para o tombamento do centro histórico da cidade, em nível federal. Sob nossa coordenação, trabalharam oito profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo e história, e sete estagiários de arquitetura e urbanismo. O perímetro estudado registrou informações sobre os 124 quarteirões e todos os 3.083 lotes existentes na área. Elencou-se, aproximadamente, 600 edificações como de interesse cultural.

2.2 Inventário realizado

O inventário, realizado segundo a metodologia SICG, reuniu informações organizadas em fichas. Como exposto anteriormente, os temas pesquisados se dividiram em três módulos: Conhecimento, Análise e Gestão e Cadastro. Como resultado, o inventário estabeleceu dez setores de planejamento e elencou 632 imóveis como de interesse cultural. As informações analisadas resultaram na caracterização do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão e subsidiaram a elaboração do Dossiê de Tombamento em nível federal¹² (Figura 12).

¹² Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão. RS. Processo nº 1.569-T08 (2008). Inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e no Livro de Tombo Histórico em dezembro/2012. (IPHAN, 2016).

Figura 12 – Área de estudo: Jaguarão, RS.



Fonte: NEUTZLING, 2009b, s.p.

Breve histórico

A cidade de Jaguarão foi implantada na margem esquerda do rio Jaguarão, em frente à cidade uruguaia de Rio Branco, situada do outro lado daquele rio, na margem direita. Ambas tiveram sua origem na disputa pelo território entre as coroas ibéricas. A necessidade de fornecimento de alimento para as tropas fez com que, aos poucos,

uma população de viandeiros (fornecedores de víveres) se estabelecesse no local, bem como alguns pequenos comerciantes (NEUTZLING, 2009).

O município de Jaguarão teve sua origem nas instalações militares erguidas pelos castelhanos. As estratégias de ocupação das coroas ibéricas no sul do continente americano eram distintas: os espanhóis erguiam guardas; os lusos concediam terras. Em 1791, os portugueses iniciaram as doações de sesmarias nas nascentes do rio Jaguarão. (GUTIERREZ *et al.*, 2009).

Em 1792, Jaguarão começou com a instalação do *Fortin de la Laguna*, implantado pelos de Castela. Em 1802, o Fortim e a Estância Real do Cerrito foram rendidos pelos lusitanos. A ocupação civil ficou por conta dos comerciantes legais e ilegais, chamados viandeiros, que abasteciam os militares dos dois lados. (GUTIERREZ e NEUTZLING, 2010).

Em 1812, foi criada a Freguesia do Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão. Duas décadas depois, em 1832, foi elevada a Vila. A elevação à cidade ocorreu em 1855, paralelamente a uma epidemia de cólera que ocasionou paralisação do desenvolvimento local. Superada essa crise, Jaguarão retornou às suas atividades e novas obras foram planejadas, visando melhorias na área urbana. Entretanto, o desenvolvimento do município enfrentou mais um período de guerra. Em 1865, foi invadida por uruguaios do partido Blanco. Após vencer esta investida, o município recebeu o título de 'Cidade Heroica'.

No ano de 1867, uma nova epidemia de cólera assolou a população. Após cada momento de crise, foi preciso retomar as atividades e recomeçar as obras. Em 1872, uma nova planta da cidade foi elaborada indicando o crescimento da área urbana. Foram construídas finas residências e houve melhoria na infraestrutura, nos serviços e nos equipamentos urbanos. Os telégrafos, telefones, luz elétrica, redes de água e esgoto pluvial representaram a chegada da modernidade em Jaguarão. Principalmente a partir da década de setenta, do século XIX, a produção, especialmente a rural, proporcionou o desenvolvimento da área urbana.

Nesse período, o comércio, a agricultura e a pecuária foram as principais atividades econômicas de Jaguarão. Entretanto, a partir da década de 1930, apesar da construção da ponte unindo o Brasil e o Uruguai, com a diminuição da produção agropastoril e das charqueadas, a situação de Jaguarão começou a declinar. Somase a isso a Lei Federal número 2.597, de 1955, do governo do presidente Café Filho,

que aumentou a fiscalização na Faixa de Fronteiras, dificultando o estabelecimento de indústrias sem a prévia autorização do governo central.

Além disso, durante o período ditatorial, entre 1964 e 1985, igualmente, Jaguarão ficou localizada na Área de Segurança Nacional, o que limitou seu desenvolvimento, devido às medidas do governo militar. Ocorreu uma estagnação do desenvolvimento, parcialmente advindas da decadência das atividades principais e a proibição da instalação de outras. Não obstante, problemas históricos, referentes à questão fundiária, também constituíram fator importante para explicar a condição econômica jaguarense.

Essa situação de estagnação começou a ser revertida, aos poucos, com a assinatura do tratado Mercosul¹³, em 1991, quando iniciou um maior intercâmbio entre os países da América do Sul. Para o município de Jaguarão, foi prevista a construção de uma segunda ponte sobre o rio Jaguarão e a reforma da Ponte Internacional Barão de Mauá, cuja estrutura não está mais suportando o grande fluxo de caminhões de cargas pesadas. A localização fronteiriça, nesse momento, poderá proporcionar um novo desenvolvimento econômico de Jaguarão (NEUTZLING, 2009b).

Caracterização do conjunto histórico e paisagístico

Nesta etapa do inventário, a intenção foi a de reunir informações que possibilitassem a caracterização do conjunto histórico e paisagístico do centro histórico da cidade de Jaguarão.

Através das etapas de levantamento e análise, percebeu-se que no núcleo mais antigo de Jaguarão a malha urbana exibiu características semelhantes no que diz respeito ao parcelamento: os quarteirões com formato regular, em geral quadrados ou retangulares, e os lotes de forma retangular, com larguras variadas, mas com profundidade de meia quadra. Nessa área, predominaram quarteirões com lotes voltados para as ruas do eixo norte-sul.

No segundo loteamento, os lotes se encontraram voltados para as quatro faces da quadra, proporcionando uma configuração diferenciada. Os lotes de esquina, geralmente maiores e mais valorizados, principalmente no tecido original, abrigam os

¹³ Mercado Comum do Sul, mais conhecido como Mercosul, é uma organização intergovernamental fundada a partir do Tratado de Assunção de 1991.

grandes prédios. Nas duas áreas distintas da parte mais antiga da cidade, se verificou o contraste entre a testada dos lotes e sua extensa profundidade.

A área central da cidade e seu entorno imediato preservaram as características originais do traçado urbano: uma retícula regular e homogênea, formada por ruas e quarteirões de tamanhos variados. As configurações identificadas permitiram a leitura de três momentos do processo evolutivo urbano: o núcleo formador, uma primeira ampliação (chamada também de 'segundo loteamento'), e, ainda uma expansão mais recente, no século XX (ou 'terceiro loteamento').

As três áreas mantiveram o mesmo princípio regulador, com parcelamento semelhante (tanto macro quanto micro). Diferiram em função das características da estrutura viária. A primeira área se caracterizou pelo traçado reticulado e passeios estreitos. As ruas com calçamento em paralelepípedos e as calçadas em ladrilhos hidráulicos. A arborização se apresentou praticamente restrita às praças.

O segundo loteamento correspondeu à primeira expansão urbana, iniciada na década de 1840. Assim como o projeto de ordenamento do núcleo formador, também visou organizar o ambiente construído e desenhar a cidade. Obedeceu a uma série de preceitos, posteriormente transformados em regras pelos códigos de Posturas Municipais.

Sua malha urbana manteve o mesmo traçado reticulado do núcleo original, com significativa diferença em relação à largura das vias principais, que contaram com canteiro central arborizado, dividindo o fluxo de veículos em dois sentidos. Quanto à pavimentação, também predominaram o uso de paralelepípedos e ladrilhos hidráulicos.

A terceira área correspondeu aos acréscimos no traçado existente (primeiro e segundo loteamentos), que ocorreram na década de 1960, nas direções norte e leste. A malha urbana seguiu a continuidade do segundo loteamento, com ruas largas e canteiro central arborizado, dividindo o fluxo de veículos em dois sentidos.

Quanto às descaracterizações no tecido urbano, a construção da BR-116 foi a intervenção que mais afetou o núcleo histórico de Jaguarão. Essa influência não se refletiu no traçado viário, que é praticamente o mesmo desde o início da povoação, mas, sim, na configuração das ruas. Em função do grande fluxo de veículos em direção à cidade uruguaia de Rio Branco, toda a extensão da rua foi asfaltada.

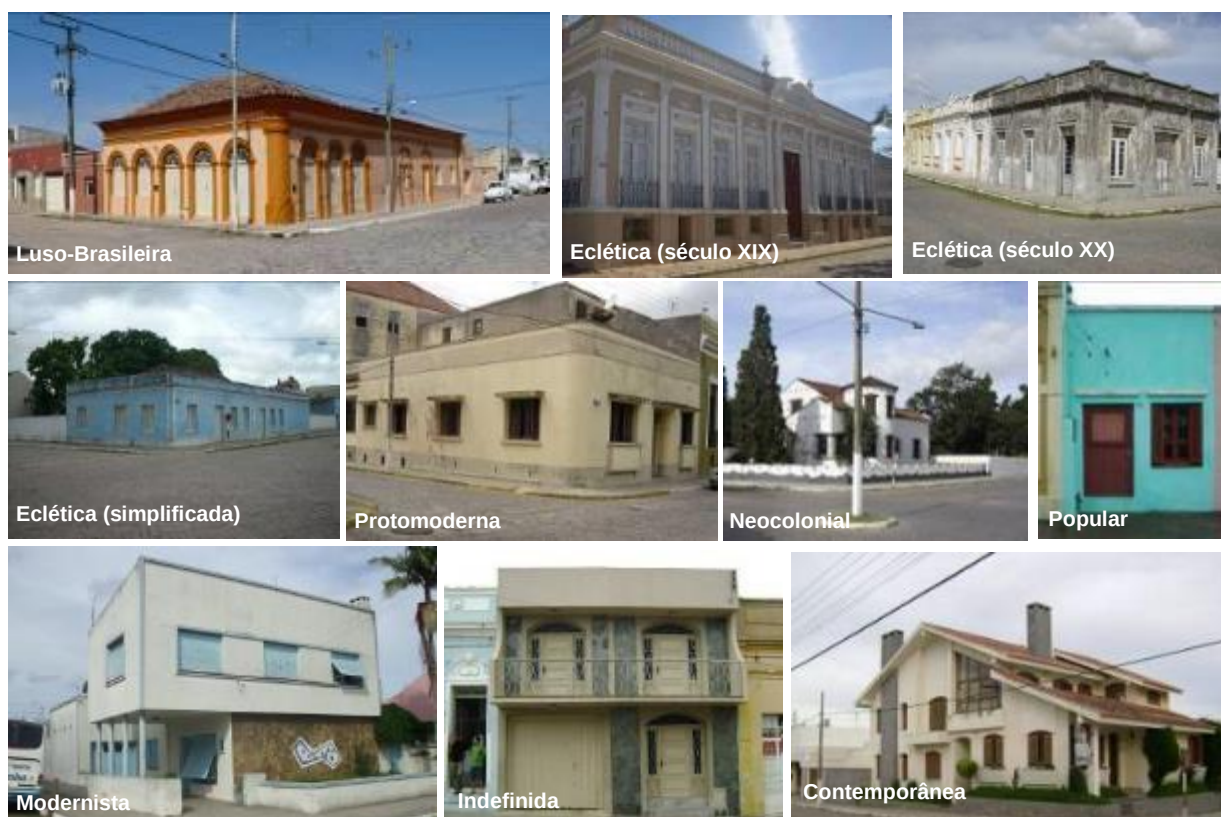
Entre as variáveis utilizadas no levantamento de campo, analisadas na elaboração do inventário, as quatro destacadas para a exposição a seguir foram

aquelas diretamente envolvidas no processo de escolha dos bens de interesse cultural.

Linguagens arquitetônicas

O levantamento de campo localizou e quantificou as edificações com linguagens arquitetônicas tradicionais. Esses exemplares identificados representaram as transformações dos diversos períodos que a cidade atravessou nos níveis histórico e econômico. A seleção destes imóveis foi baseada na tabela síntese, elaborada com a descrição das características predominantes em cada uma das linguagens (NEUTZLING, 2009b). As edificações foram classificadas com base nas dez linguagens arquitetônicas elencadas: luso-brasileira; ecléticas – século XIX, XX e simplificada; protomoderna; neocolonial; modernista; popular; indefinida e contemporânea (Figura 13).

Figura 13 – Exemplares das linguagens arquitetônicas verificadas no levantamento. Jaguarão, RS.



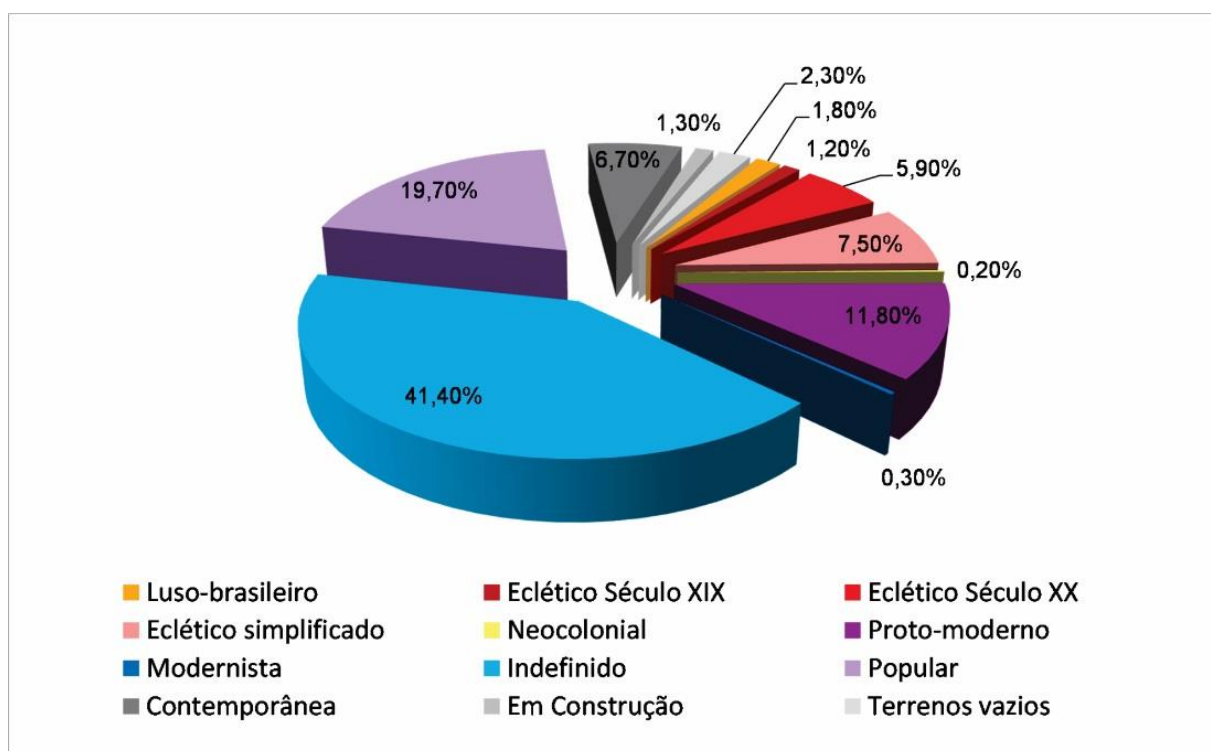
Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2009b, s.p.

Na área estudada as edificações com estilo indefinido corresponderam a pouco mais de 41% do total de construções. Essas edificações, na maioria obras

recentes, geralmente são sobrados de porte médio, onde não se observou organização dos elementos ou princípio compositivo. As construções ecléticas (somando as variações) chegaram próximo dos 16%. O mesmo ocorreu com as edificações protomodernas, com aproximadamente 12%. A análise dessas informações permitiu identificar quantitativamente uma das características representativas da arquitetura local: a quase equiparação entre o número de edificações de características ecléticas com as protomodernas. A quase igualdade numérica entre as edificações ecléticas e protomodernas não correspondeu ao percebido visualmente no local. Os grandes casarões de linguagem eclética, dos séculos XIX e XX, com suas grandes proporções e vasta ornamentação, se apresentaram com maior evidência na paisagem (NEUTZLING, 2009b).

Outras duas linguagens arquitetônicas se destacaram na região - a eclética simplificada com 7,5% e a arquitetura popular, com presença bastante significativa, representando, aproximadamente, 20% das edificações da área de estudo (Figura 14).

Figura 14 – Gráfico das linguagens arquitetônicas. Jaguarão, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2009b, s.p.

A maior parte destes imóveis se localizou na área central da cidade, formada pelo tecido mais antigo. Entre as construções fora desse perímetro, se destacaram as ruínas da antiga Enfermaria Militar, localizadas no Cerro da Pólvora – em uma posição

com ótima visibilidade do entorno; a estação ferroviária e a Chácara do Galo – um dos poucos remanescentes das chácaras suburbanas existentes ao redor da cidade, no final do século XIX, e que conservou a linguagem luso-brasileira (Figura 15).

Figura15 – Mapa das linguagens arquitetônicas. Jaguarão, RS.

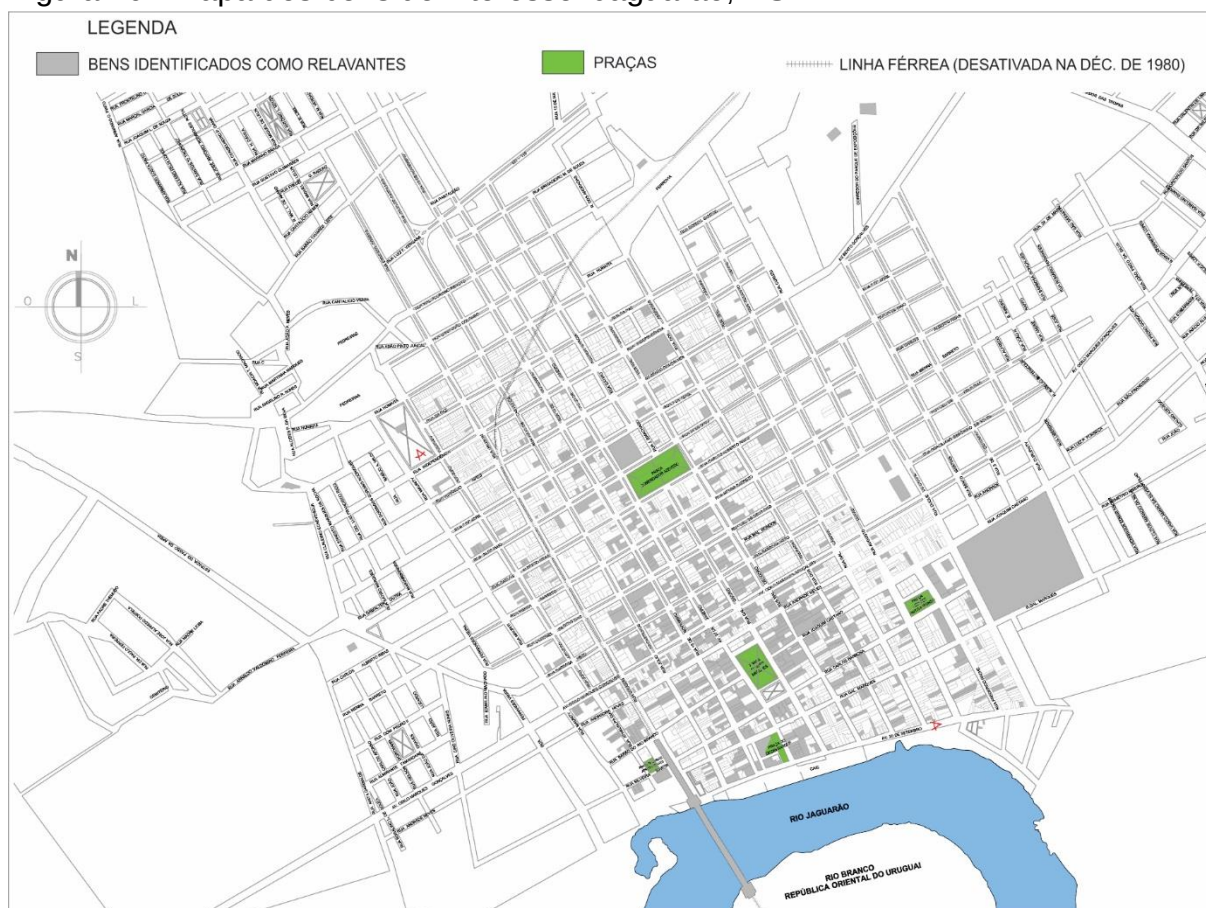


Fonte: NEUTZLING, 2009b, s.p.

Bens de interesse

O inventário elencou imóveis públicos e privados, referentes aos diferentes períodos da evolução urbana e arquitetônica da cidade. Diferentes funções e atividades tiveram representatividade: edificações institucionais, residenciais, comerciais e religiosas. Conforme explicado anteriormente, no item referente à metodologia, no primeiro módulo do inventário – Conhecimento, os bens de interesse cultural foram selecionados e localizados espacialmente no mapa da cidade. Nesta etapa, os critérios de seleção das edificações se basearam no valor de antiguidade e na linguagem arquitetônica (Figura 16). No terceiro módulo – Cadastro, foram elaboradas fichas individuais para os 632 imóveis considerados como bens de interesse cultural.

Figura 16 - Mapa dos bens de interesse. Jaguarão, RS.



Fonte: NEUTZLING, 2009b, s.p.

Graus de proteção

Os bens identificados como de interesse cultural foram divididos nos três graus de proteção estabelecidos: Conservação Rigorosa, Intermediária e Volumétrica. Essa classificação foi realizada, basicamente, através da análise das linguagens arquitetônicas das edificações. Com a elaboração do mapa síntese, foi possível registrar a localização desses imóveis na malha urbana. Essa distribuição das edificações auxiliou na elaboração do traçado das poligonais das zonas de tombamento e entorno.

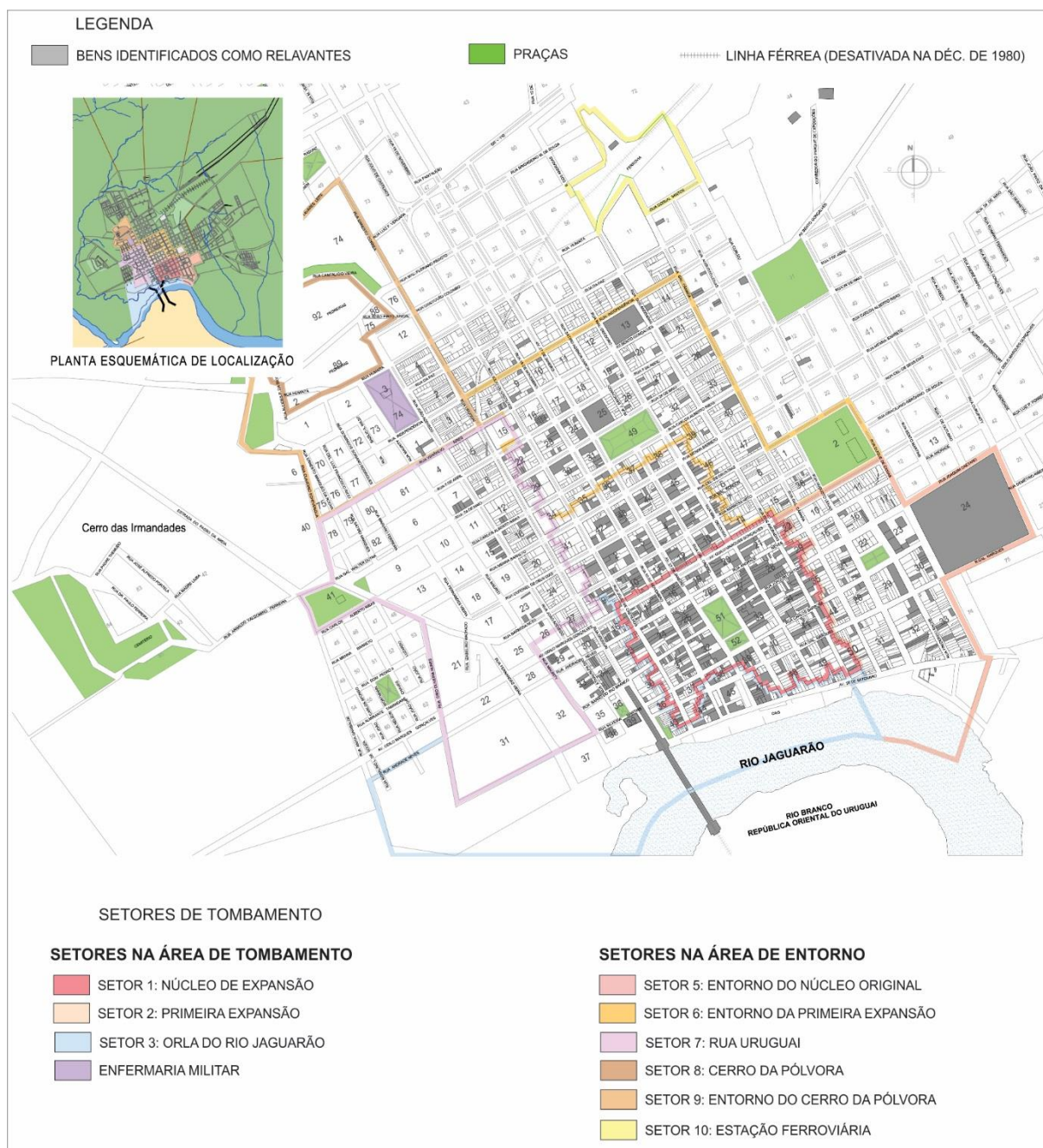
Zonas de preservação

A área de estudo foi dividida em dez setores de planejamento, a partir da análise dos condicionantes históricos e geográficos e dados obtidos no levantamento de campo realizado. Com base nas características morfológicas diferenciadas, foram delimitados quatro setores na área proposta para tombamento e seis na proposta para entorno (Figura 17).

A área proposta para tombamento manteve preservada a leitura de continuidade do conjunto urbano e apresentou um número significativo de edificações de interesse. A área proposta como entorno apresentou rupturas na leitura de continuidade do conjunto urbano e uma menor concentração de bens de interesse de preservação. Teve como função garantir uma zona de transição entre o espaço mais preservado do Centro Histórico e o restante da cidade, que funcionasse com uma área de 'amortecimento' de impactos sobre o patrimônio cultural do município.

O setor correspondente ao Cerro da Pólvora (formado pelo parque, pela pedreira e pelas ruínas da antiga enfermaria militar), apesar de descontínuo em relação ao restante do Centro Histórico, foi proposto como área de tombamento devido à sua extrema importância histórica e paisagística. Da mesma forma, descontínuo em relação ao Centro Histórico, o setor correspondente à área da antiga Estação Ferroviária configurou-se como um setor isolado de preservação. Foi elencado devido à sua importância histórico-cultural no contexto da fronteira meridional.

Figura 17 – Mapa das zonas de planejamento. Jaguarão, RS.



Fonte: NEUTZLING, 2009b, s.p.

2.3 Considerações parciais

Este capítulo investigou os critérios adotados para a atribuição de valores ao patrimônio arquitetônico urbano no inventário realizado em Jaguarão. O recorte adotado para apresentação dos dados priorizou os aspectos relacionados com a seleção dos bens de interesse e com o estabelecimento das zonas de proteção.

Foram levantadas informações referentes a todos os imóveis localizados dentro da área estabelecida para estudo, sejam elas referentes àqueles considerados representantes do patrimônio histórico, ou relativas às edificações contemporâneas. Procurou-se retratar o inventário em duas escalas distintas: macro e micro – sítio e bens, respectivamente. O intuito foi demonstrar que as características e a identidade do lugar estão diretamente relacionadas com a escolha dos bens de interesse do patrimônio cultural.

Quanto ao sítio, por meio da apresentação de breve histórico e da caracterização do conjunto histórico e paisagístico, foi possível identificar os elementos que constituíram as referências culturais peculiares daquele espaço. Os critérios adotados para o estabelecimento de uma setorização das áreas partiram da premissa de mapear as rupturas e continuidades na leitura dos conjuntos, e as alterações, na sua integridade e conservação. A leitura do sítio teve por objetivo identificar o estado atual, através da configuração de seus usos, de sua integridade e grau de conservação e o do mapeamento das possíveis “vocações” da área.

Para o estabelecimento do conjunto histórico e paisagístico e suas zonas de preservação, critérios de valor não foram explicitados. Foi apresentada a caracterização das zonas e os seus limites foram constituídos em função da antiguidade do tecido urbano e das edificações de interesse ali existentes, assim como no grau de concentração dessas construções.

Quanto aos bens, no inventário realizado em Jaguarão não foi utilizada uma metodologia específica para a atribuição de valores aos imóveis de interesse cultural. As edificações foram selecionadas durante o levantamento de campo, em virtude da linguagem arquitetônica e do valor de antiguidade apresentados. A identificação ocorreu de maneira visual. Segundo Riegl, o valor de antiguidade de um monumento revela-se imediatamente, ao primeiro contato com uma obra na qual fica claro seu aspecto não moderno (RIEGL, 2014).

Com relação à linguagem arquitetônica, escolheu-se os imóveis possuidores de linguagens tradicionais: luso-brasileira, ecléticas – século XIX, XX e simplificada, protomoderna, neocolonial e modernista. Essas edificações foram localizadas espacialmente em um mapa específico, chamado de Mapa de Bens de Interesse.

A interpretação e análise das informações relativas ao sítio e aos bens resultaram no estabelecimento das Zonas de Preservação. Em função das características de homogeneidade e grau de preservação/integridade do patrimônio do sítio, não se percebeu de forma latente a necessidade do estabelecimento de valores aos bens, nem de critérios de seleção e classificação.

3. CASO DE SÃO LEOPOLDO

O capítulo anterior apresentou a síntese do inventário de Jaguarão. Neste capítulo tem início a terceira parte desta dissertação, com a apresentação do segundo caso de estudo – a síntese do inventário realizado no centro histórico da cidade de São Leopoldo.

Recorte dos inventários realizados para a dissertação

Para a realização do inventário na cidade de São Leopoldo no ano de 2016 foi utilizada a metodologia SICG/IPHAN. Os estudos se desenvolveram com base no roteiro básico de elaboração de inventários, descrito anteriormente¹⁴. Para a elaboração desta dissertação, realizou-se um recorte no inventário produzido.

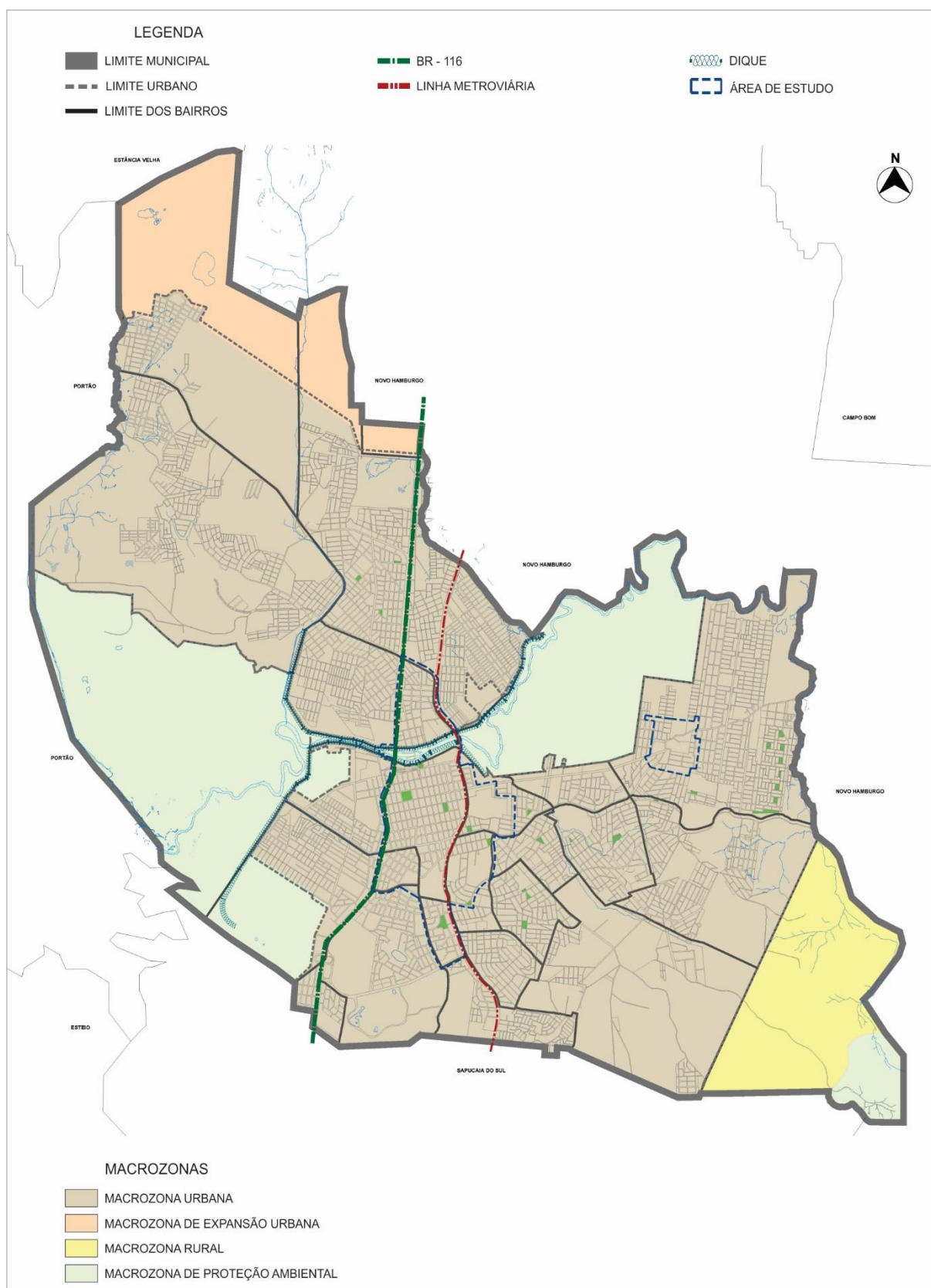
Neste capítulo, o caso estudado foi exposto de forma breve e com foco nos aspectos diretamente relacionados ao objeto desta pesquisa: atribuição de valores ao patrimônio. As variáveis selecionadas foram aquelas diretamente envolvidas no processo de escolha dos bens de interesse cultural: linguagens arquitetônicas; bens de interesse; graus de proteção, instâncias culturais e zonas de preservação.

3.1 Contextualização

O município de São Leopoldo localiza-se na região metropolitana de Porto Alegre/RS, distante 31,4 Km da capital do estado. Possui área de 102,738 Km² e população absoluta de 214.087 habitantes. A população urbana corresponde a 99,6% da população total do município. (IBGE, 2016 – censo demográfico 2010). (Figura 18).

¹⁴ Ver Processo de elaboração dos inventários na Introdução desta pesquisa.

Figura 18– Mapa do município de São Leopoldo, RS.



Fonte: NEUTZLING, 2016, s.p.

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado, entre os anos de 1980 e 2007, promoveu o tombamento de seis bens edificados de São Leopoldo, em nível estadual. No mesmo período, delimitou quatro poligonais que protegem o entorno desses bens. Em nível municipal, a Lei nº 7778/2012 elencou imóveis como bens de interesse sociocultural e, entre outros objetivos, estabeleceu

“normas e regulamentos para garantir a preservação do patrimônio cultural, dentro de uma perspectiva histórica e urbanística, com aprimoramento da gestão urbana, bem como o fomento de atividades socioeconômicas e culturais para dinamizar tanto o Centro histórico como o conjunto histórico e a área de interesse patrimonial”.

A Lei nº 6125/2006, por sua vez, instituiu o Plano Diretor e estabeleceu Áreas Especiais de Interesse Cultural (AEIC), onde áreas públicas ou privadas que apresentaram ocorrência de patrimônio cultural deveriam ser preservadas, revitalizadas ou recicladas, a fim de evitar a deterioração, a perda ou o desaparecimento das características que lhe conferiam peculiaridade.

Com relação à legislação incidente sobre a área de estudo, uma das maiores pressões sofridas pelo patrimônio histórico da cidade foi a ausência de restrições legislativas de ordenação urbana no âmbito da limitação de gabarito. Pela lei vigente, o índice construtivo estava relacionado com as dimensões do terreno, não havendo limite de altura para a construção de edificações em nenhuma área da cidade.

Em 2009, através de parceria firmada entre a Prefeitura Municipal e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), foi desenvolvido o Projeto ‘Revita: Requalificação de São Leopoldo’. Esse trabalho tinha o propósito de promover a qualificação da região central da cidade através da valorização do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural. Os resultados desse estudo serviram de embasamento para a elaboração da Lei Municipal nº 7778/2012, que elencou uma relação de imóveis como bens de interesse de preservação sociocultural (Figura 19).

Figura 19 – Vista aérea de São Leopoldo, RS.

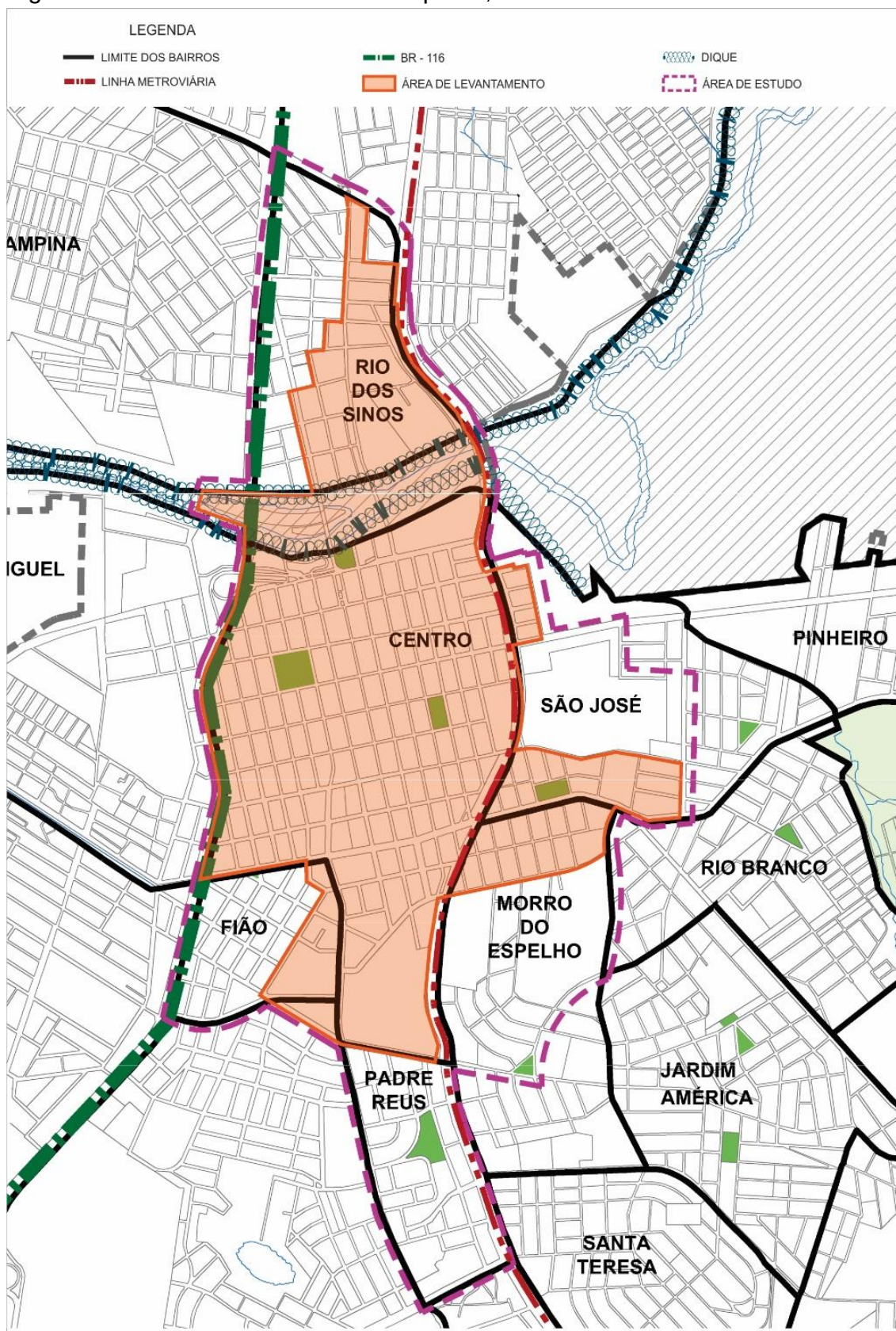


Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de São Leopoldo.

A Prefeitura Municipal de São Leopoldo, motivada pela sociedade civil e por ação dos órgãos de proteção do patrimônio estadual e federal (IPHA e IPHAN) e do Ministério Público, contratou uma equipe especializada para elaboração do inventário do patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade. O inventário teve por objetivo revisar, atualizar e ampliar a listagem de imóveis de interesse sociocultural, elencados pela Lei Municipal nº 7778/2012. Essa Lei discorreu sobre a manutenção, intervenção, alienação e incentivos voltados para os 135 bens imóveis integrantes do acervo histórico, cultural e patrimonial de São Leopoldo.

Para elaboração do inventário, sob nossa coordenação, trabalharam sete profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo e história, além de quatro estagiários de arquitetura e urbanismo. Os trabalhos foram iniciados no segundo semestre de 2014 e finalizados no primeiro semestre de 2016. O perímetro estudado registrou informações sobre os 207 bairros e todos os 3.657 lotes existentes na área. Elencou-se, aproximadamente, 500 edificações como de interesse cultural. (Figura 20).

Figura 20 – Área de estudo: São Leopoldo, RS.



Fonte: NEUTZLING, 2016, s.p.

3.2 Inventário realizado

O inventário realizado, segundo a metodologia SICG, reuniu informações organizadas em fichas. Como exposto anteriormente, os temas pesquisados se dividiram em três módulos: Conhecimento, Análise e Gestão e Cadastro. Como resultado, o inventário estabeleceu sete zonas de ambiência e elencou 492 imóveis como de interesse cultural. As informações analisadas subsidiaram a caracterização do conjunto histórico e paisagístico de São Leopoldo.

Breve histórico

A cidade de São Leopoldo encontra-se localizada em terreno plano e alagadiço, às margens do rio dos Sinos, e integra a Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. Em 1824, na extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, foi instalada a Colônia de São Leopoldo. Neste mesmo ano, chegaram os primeiros 39 imigrantes germânicos. (Figura 21).

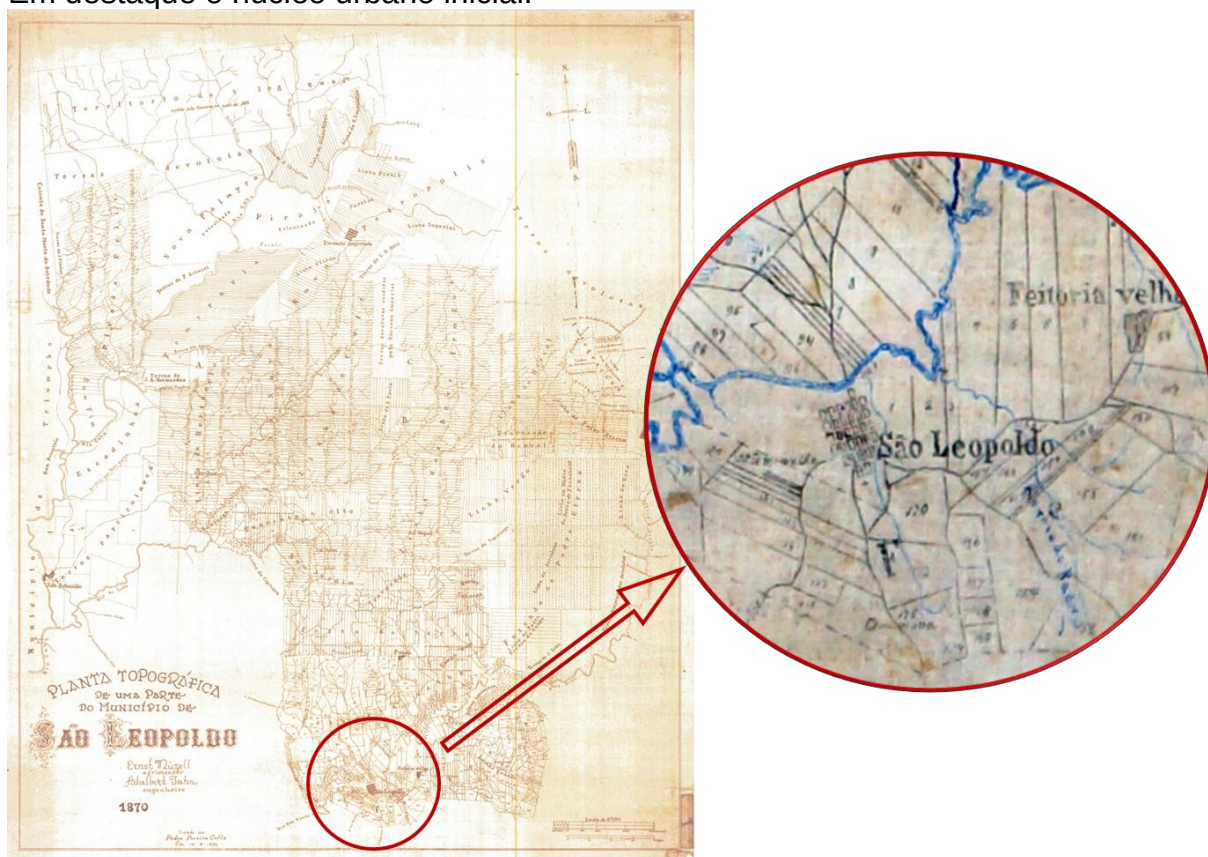
Figura 21 – Real Feitoria do Linho Cânhamo, em sua linguagem original. s/d. São Leopoldo, RS.



Fonte: Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Conforme o mapa elaborado pelo agrimensor Ernst Mützeli e pelo engenheiro Adalbert Jahn, em 1870, esta primeira 'colônia alemã' estendia-se por enorme porção de terras. Ao norte, alcançava o rio Caí, a oeste, o atual município de Triunfo, a leste, o trecho inicial do rio dos Sinos, e, ao sul, a margem esquerda desse mesmo rio (Figura 22). O núcleo administrativo desta colônia coincide com o atual centro histórico da cidade.

Figura 22 – Planta Topográfica do Município de São Leopoldo/RS (1870). Em destaque o núcleo urbano inicial.



Fonte: HUNSCHKE, 1979, p. 29. Editado pela autora.

A colônia se desenvolveu com a produção agrícola e a comercialização de excedentes, escoada através do rio dos Sinos. Em 1846, foi elevada à categoria de vila e, em 1864, cidade. No final do século XIX, viveu um período de desenvolvimento fabril. Com a construção da estrada de ferro (1874), da faixa de cimento¹⁵ (1934) e da BR 116 (1941), a centralidade ribeirinha da povoação foi sendo deslocada em direção a essas vias.

¹⁵ Conforme MOEHLECKE (1998, p. 52), trata-se da primeira estrada deste tipo construída no Rio Grande do Sul e a segunda do Brasil. A primeira foi executada em Petrópolis, Rio de Janeiro.

Com o tempo, a grande extensão territorial inicial da colônia diminuiu face à emancipação de vários distritos da zona rural. Como resultado desse processo, o território do município de São Leopoldo foi reduzido e hoje apresenta aproximadamente 10% da área original da colônia.

A fundação da Colônia de São Leopoldo transformou-se ao longo do século XIX e XX no marco da imigração “alemã” no Brasil. Esse fato conferiu ao município o reconhecimento como “Berço da Colonização Alemã¹⁶” no Brasil, através da Lei Federal Nº 12.394, de março de 2011.

Caracterização do conjunto histórico e paisagístico

A leitura da malha urbana apresentou quarteirões com formatos predominantemente regulares e retangulares, especialmente na zona delimitada pelas avenidas Getúlio Vargas, Mauá, Dom João Becker e João Correa. Este traçado está baseado na conformação oriunda, especialmente, do primeiro plano de ocupação, datado de 1833.

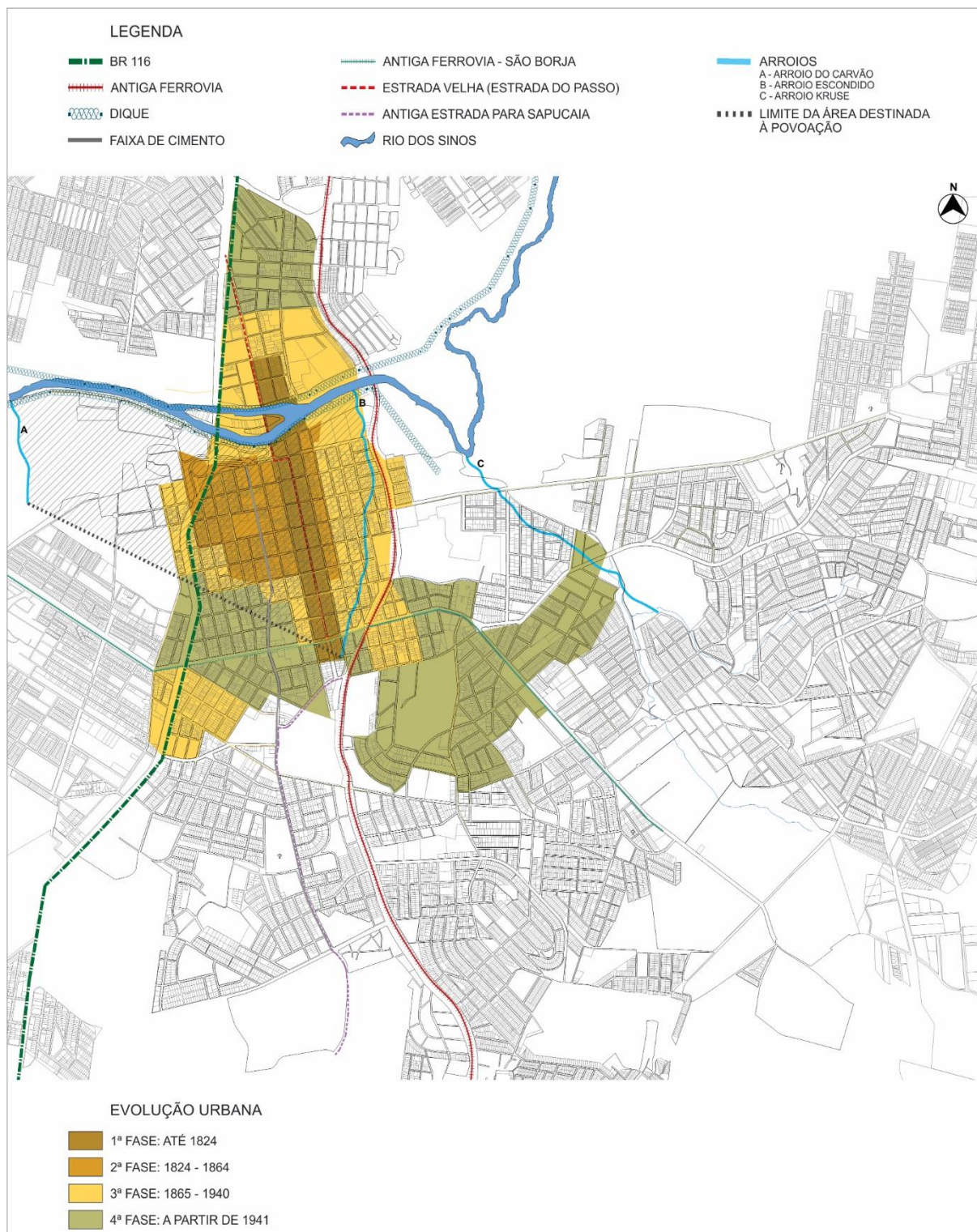
Os lotes, em geral retangulares, de larguras variadas, têm profundidade de meia quadra. Na porção mais antiga da cidade predominaram quarteirões com lotes voltados para as ruas do eixo norte-sul. Essa forma alongada, com traçado principalmente ortogonal, foi condicionada por sua topografia.

A cidade apresenta áreas de baixa altitude, ao longo do rio dos Sinos, áreas permanentemente alagadiças de planície de inundação e, afastando-se das margens, aumento gradativo de altitude. Essa diferença altimétrica exigiu outro tipo de traçado, adaptado à topografia local, especialmente no Morro do Espelho.

Para essa região, houve, inclusive, um plano de ocupação com traçado orgânico adequado ao relevo, que não foi executado. No bairro Fião foi possível perceber que a malha se manteve ortogonal, porém oblíqua em relação ao eixo norte-sul. Essa rotação acompanhou a antiga divisão de terras da colônia (Figura 23).

¹⁶ Neste trabalho, o termo ‘alemão’ faz referência ao germânico. A Alemanha seria um Estado-Nação somente em 1871. Ver explicação completa na nota de rodapé 4.

Figura 23 – Mapa de evolução urbana. São Leopoldo, RS.



Fonte: NEUTZLING, 2016, s.p.

Para a realização da leitura do espaço urbano, foi realizado levantamento de campo em uma área delimitada no centro da cidade, e coletadas informações referentes ao uso, gabarito, implantação, linguagem arquitetônica, tipologia, estado

de caracterização e estado de conservação. Para uma melhor leitura das informações levantadas, foram elaborados mapas temáticos, tabelas-síntese com a definição utilizada para cada linguagem arquitetônica e tabelas quantitativas para cada uma das categorias. Com isso, chegou-se a uma leitura quantitativa e perceptiva do conjunto urbano local.

Entre as variáveis utilizadas no levantamento de campo e analisadas na elaboração do inventário, as cinco destacadas para exposição a seguir foram aquelas diretamente envolvidas no processo de escolha dos bens de interesse cultural.

Linguagens arquitetônicas

No levantamento de campo, foram localizadas e quantificadas as edificações com linguagens arquitetônicas tradicionais e identificados outros exemplares representativos da arquitetura local. Essa seleção foi baseada na tabela-síntese elaborada com a descrição das características predominantes em cada uma das linguagens (Figura 24). As edificações foram classificadas com base nas quinze linguagens elencadas: luso-brasileira; ecléticas séculos XIX e XX; protomoderna; neocolonial¹⁷; teuto-brasileira; modernista; contemporânea; popular; indefinida; neogótica; neoteuto-brasileira e teuto-brasileira simplificada.

¹⁷ A terminologia "neocolonial" empregada na pesquisa diz respeito a toda arquitetura cuja solução de projeto recorre, simultaneamente, a elementos da arquitetura colonial brasileira (telhados cerâmicos terminados em beirais aparentes, vergas em arco abatido, etc.) e a outros elementos, alheios a esta, e, geralmente, inspirados por alguma tendência momentânea de arquitetura (pórticos curvos; acabamento externo em reboco crespo salpicado, frequentemente entremeado por lâminas de granito, etc.). Em específico, tais tendências provêm da influência exercida por antigos catálogos de arquitetura residencial, publicados e circulados na primeira metade do século XX no Brasil. A expressão abrange, portanto, as chamadas "casas de catálogo"; inclusive as chamadas residências "californianas", bangalôs, entre outras.

Figura 24 - Exemplos das linguagens arquitetônicas verificadas no levantamento. São Leopoldo, RS.



Fonte: GUTIERREZ; NEUTZLING, 2016, s.p.

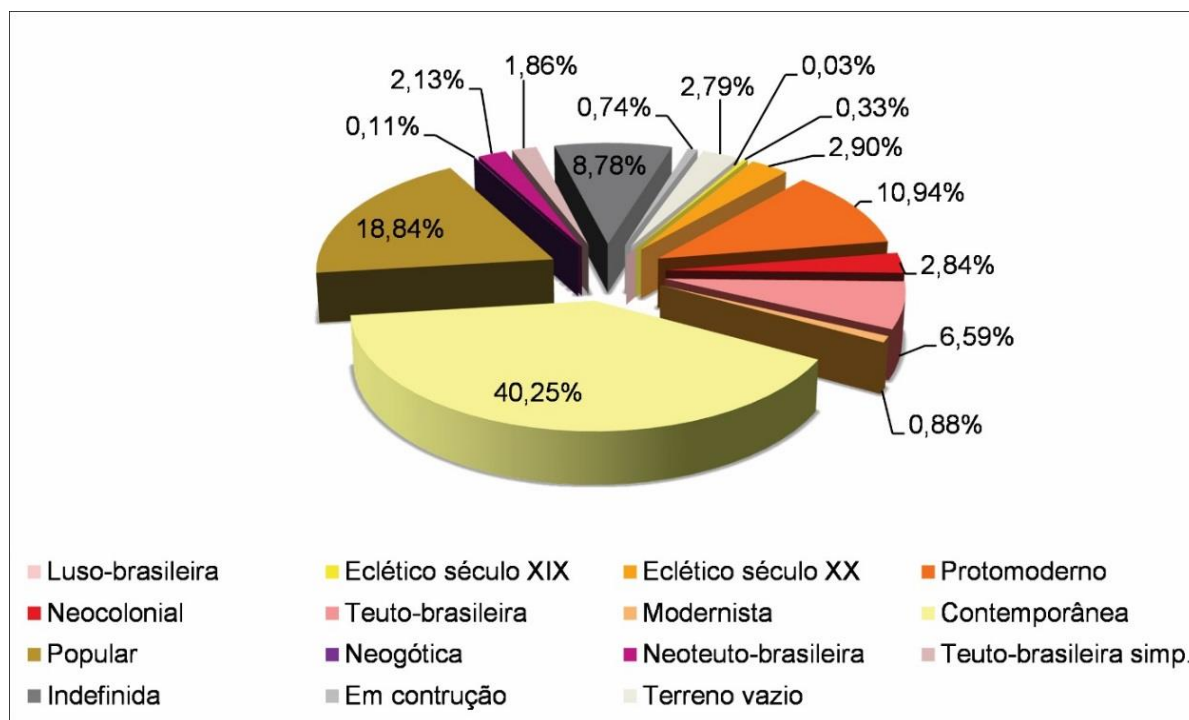
Na análise das linguagens arquitetônicas, com a inclusão de todos os imóveis da área de estudo, predominou a linguagem contemporânea com pouco mais de 40% dos exemplares. Esse percentual demonstrou que as edificações antigas foram, aos poucos, sendo substituídas por novas construções, resultado da tardia valorização e preservação do patrimônio cultural de maneira oficial por parte do município. A lei que elencou os bens de interesse foi sancionada somente em 2012.

Mesmo dentro deste contexto, foi identificada uma presença significativa de exemplares com linguagem teuto-brasileira (pouco mais de 10%), somando-se às três subdivisões desta linguagem: teuta, neoteuta e simplificada. As três vertentes distribuídas de forma pulverizada pelo tecido urbano, embora seus exemplares mais significativos tenham aparecido pontualmente no Morro do Espelho, nas Proximidades da avenida João Corrêa e no bairro Rio dos Sinos.

Também foi significativa a presença de edificações com linguagem protomoderna (quase 11%), sendo identificada como uma linguagem marcante na identidade da cidade. Foi adotada pela municipalidade em uma época de grande desenvolvimento urbanístico. A linguagem eclética do século XX (aproximadamente 3%) teve seus mais significativos exemplares edificados remanescentes ao longo da Rua Independência.

Em quantidade semelhante, cerca de 3%, apareceu a linguagem neocolonial, mais ao leste da cidade. Da arquitetura luso-brasileira, a primeira verificada historicamente na região, restou único exemplar na área levantada. (Figura 25).

Figura 25 – Gráfico das linguagens arquitetônicas. São Leopoldo, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

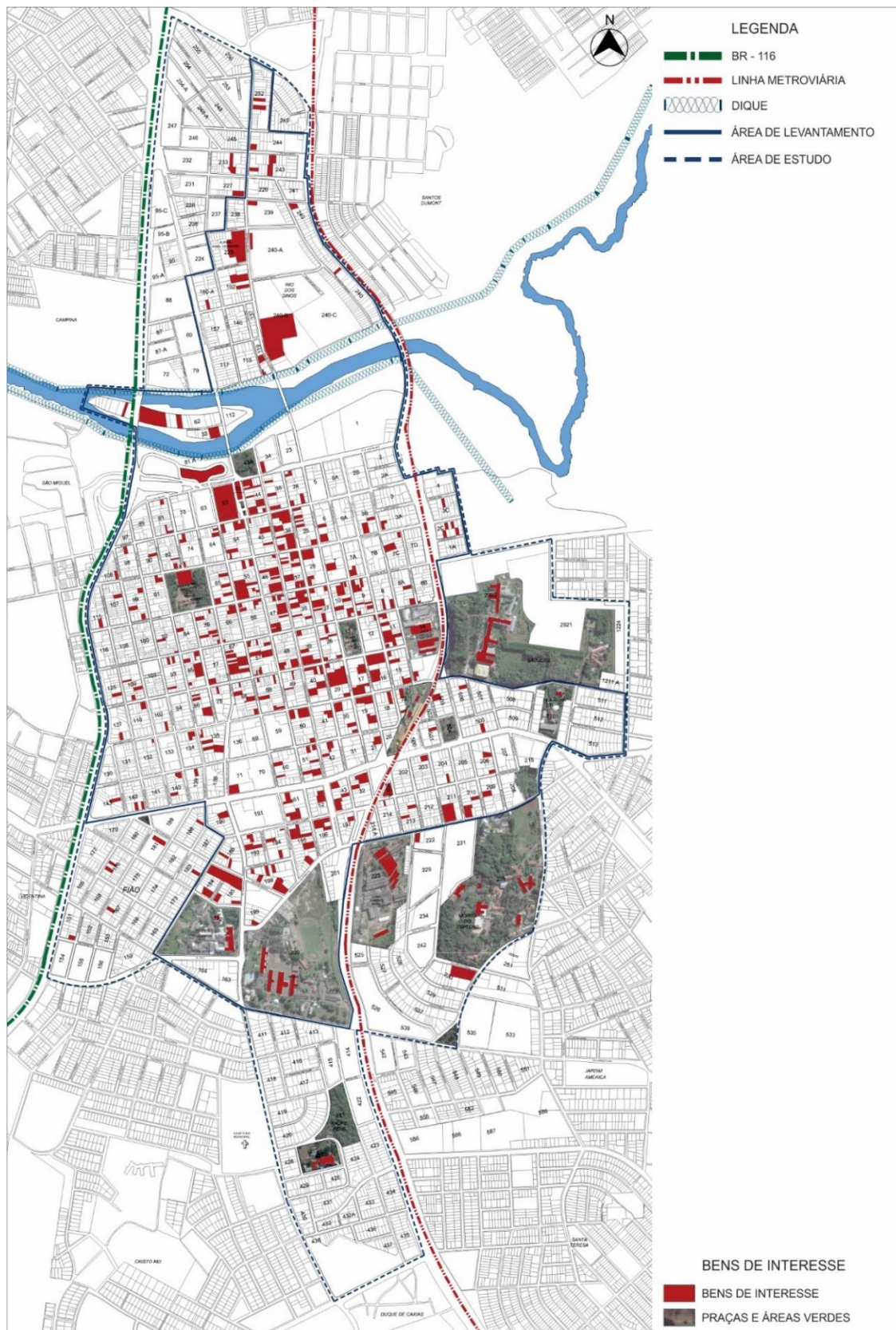
As linguagens arquitetônicas identificadas representaram as transformações ocorridas nos diversos períodos que a cidade atravessou, tanto em nível histórico como econômico. Algumas linguagens se apresentaram de forma recorrente em diferentes áreas da cidade, contribuindo para a estruturação de uma imagem urbana característica de determinados setores da área estudada.

Bens de interesse

O inventário elencou imóveis públicos e privados referentes aos diferentes períodos da evolução urbana e arquitetônica da cidade. Distintas funções e atividades foram representadas: edificações públicas, residenciais, comerciais e religiosas. Conforme explicado anteriormente, no item referente à metodologia, no primeiro módulo do inventário – Conhecimento, os bens de interesse cultural foram selecionados e localizados espacialmente no mapa da cidade. Nesta etapa, os

critérios de seleção das edificações basearam-se no valor de antiguidade e na linguagem arquitetônica (Figura 26).

Figura 26 - Mapa dos bens de interesse. São Leopoldo, RS.



Fonte: NEUTZLING, 2016, s.p.

No terceiro módulo – Cadastro, foram elaboradas fichas individuais para os 492 imóveis considerados como bens de interesse cultural. Nesta etapa, aos critérios de antiguidade e linguagem arquitetônica foi acrescido o critério de instâncias culturais para a classificação das edificações em três graus de proteção distintos. Nas fichas desse módulo, além de informações referentes às características das edificações, incluíram-se as instâncias culturais atribuídas ao imóvel como forma de explicitar o critério de escolha do bem.

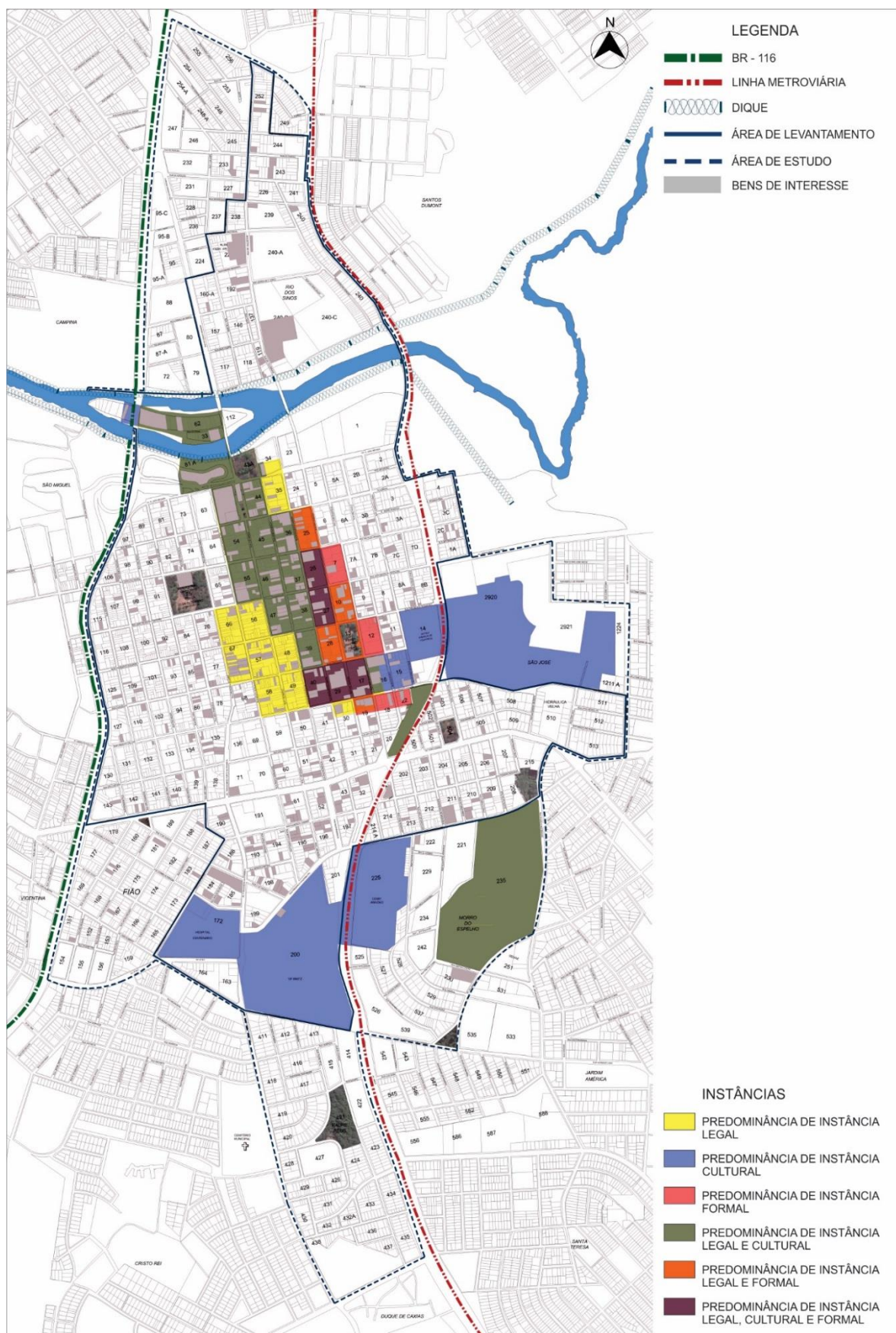
Instâncias Culturais

Para todos os bens de interesse elencados pelo levantamento de campo e para aqueles indicados como resultado da pesquisa histórica e iconográfica foram atribuídos valores através da classificação em seis grupos de Instâncias Culturais: cultural, morfológica, funcional, técnica, paisagística e legal.

Cada um desses grupos de Instâncias Culturais estava subdividido entre três e cinco subitens específicos. Sendo assim, a listagem do IPHAE apresentou um total de 24 valores de seleção. Como forma de quantificação para fins de classificação em graus de proteção, cada valor atribuído a um bem correspondeu a um ponto. Através dessa metodologia de seleção, foi possível quantificar numericamente os atributos de cada edificação. A classificação em graus de proteção estava diretamente relacionada com a pontuação recebida pelo imóvel.

Através da elaboração do Mapa de Predominâncias das Instâncias Culturais, foi possível perceber as áreas de concentração de cada um dos grupos. Essas áreas se sobrepuseram às áreas mais antigas da cidade, como demonstrado no Mapa de Evolução Urbana (Figura 27).

Figura 27 - Mapa de Predominância das Instâncias Culturais. São Leopoldo, RS.



Fonte: NEUTZLING, 2016, s.p.

Graus de proteção

Através da análise dos valores atribuídos aos bens pelas Instâncias Culturais pode-se chegar à classificação das edificações nos três graus de proteção estabelecidos: Conservação Rigorosa, Intermediária e Volumétrica. Por meio da elaboração do Mapa Síntese foi possível analisar a localização desses imóveis na malha urbana. Essa distribuição das edificações auxiliou na elaboração do traçado das poligonais das zonas de preservação.

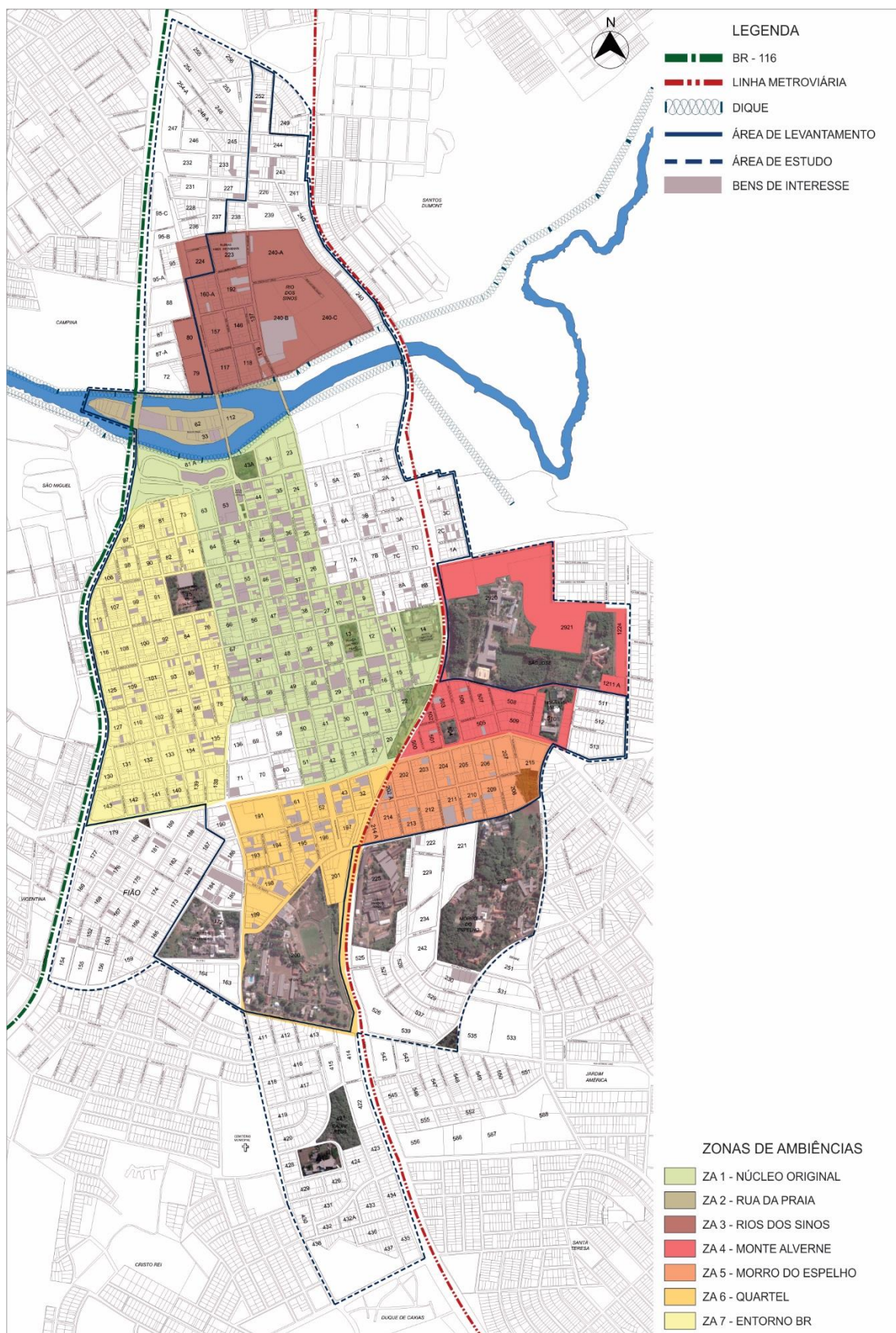
Zonas de preservação

A partir da análise dos dados obtidos no levantamento de campo realizado e da pesquisa sobre a evolução histórica e urbana, identificaram-se zonas com ambiências distintas na área estudada (Figura 28). Essas ambiências diferenciaram-se, principalmente, pelos elementos urbanos e naturais nelas contidos, e pelas diferentes formas de apropriação do espaço. Apresentaram características próprias e demandaram ações diferenciadas para a sua preservação e requalificação.

Com a análise dos condicionantes e da situação atual, e dada a heterogeneidade do tecido urbano, a região foi dividida em zonas de ambiências. Para a realização dessa divisão, considerou-se também a concentração de imóveis de interesse e o grau de proteção atribuído a esses bens.

As zonas propostas apresentaram características morfológicas diferenciadas. Quer dizer, algumas áreas mantiveram no seu espaço a leitura da continuidade do conjunto e outras apresentaram rupturas nesta leitura. Para a realização da caracterização geral dos setores, as zonas de ambiência tiveram seus aspectos descritos individualmente com relação aos itens analisados e adotados como critérios para setorização do sítio.

Figura 28 - Mapa das zonas de ambiência. São Leopoldo, RS.



Fonte: NEUTZLING, 2016, s.p.

3.3 Considerações parciais

Este capítulo investigou os critérios adotados para a atribuição de valores ao patrimônio arquitetônico urbano no inventário realizado em São Leopoldo. O recorte adotado para apresentação dos dados priorizou os aspectos relacionados com a seleção dos bens de interesse e com o estabelecimento das zonas de proteção.

Foram levantadas informações referentes a todos os imóveis localizados dentro da área estabelecida para estudo, sejam elas referentes àqueles considerados representantes do patrimônio histórico, ou relativas às edificações contemporâneas. Procurou-se retratar o inventário em duas escalas distintas: macro e micro – sítio e bens, respectivamente. O intuito foi demonstrar que as características e a identidade do lugar estão diretamente relacionadas com a escolha dos bens de interesse do patrimônio cultural.

Quanto ao sítio, por meio da apresentação de breve histórico e da caracterização do conjunto histórico e paisagístico, foi possível identificar os elementos que constituíram as referências culturais peculiares daquele espaço. Para o estabelecimento das zonas de preservação, os critérios de valor não foram explicitados. Foi apresentada a caracterização das zonas e os seus limites foram constituídos em função da antiguidade do tecido urbano e das edificações de interesse ali existentes, assim como se deram em relação ao grau de concentração dessas construções.

Quanto aos bens, no inventário realizado em São Leopoldo, à metodologia SICG/IPHAN foi acrescentado o método de atribuição de valores culturais, desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAÉ/RS). Com base nesses critérios, foram estabelecidos valores de seleção aos bens inventariados, através da classificação em seis grupos de instâncias propostos. Cada grupo contava com sua classificação pormenorizada em subitens, agrupados em temas referentes a fatos e marcos históricos, qualidades formais, usos (tradicional ou peculiar), raridade na técnica construtiva, raridade no emprego de materiais, relação com a paisagem urbana e incidência de legislação protetiva.

Semelhantemente ao ocorrido no inventário de Jaguarão, em São Leopoldo as edificações foram selecionadas durante o levantamento de campo, em virtude da linguagem arquitetônica e do valor de antiguidade apresentados. O valor histórico também foi considerado como valor de seleção nesse inventário. Com relação à

linguagem arquitetônica, escolheu-se os imóveis possuidores de linguagens tradicionais: luso-brasileira, ecléticas – séculos XIX e XX, protomoderna, neocolonial, modernista e teuto-brasileira. Essas edificações foram localizadas espacialmente em um mapa específico, chamado de Mapa de Bens de Interesse.

Por meio da análise e da quantificação dos valores atribuídos aos bens pelas Instâncias Culturais, as edificações foram classificadas nos três Graus de Proteção estabelecidos: Conservação Rigorosa, Intermediária e Volumétrica.

Mesmo com o avanço da inclusão de atribuição de valores aos bens de interesse no inventário de São Leopoldo, para o conjunto histórico e paisagístico e suas zonas de preservação, não foram explicitados os valores estabelecidos. Apresentou-se uma caracterização das zonas, tendo sido os seus limites, porém, constituídos em função da antiguidade do tecido urbano e dos valores atribuídos às edificações de interesse ali existentes, assim como do grau de concentração das instâncias culturais dessas construções.

4. ANÁLISE: METODOLOGIA SICG/IPHAN E ATRIBUIÇÃO DE VALORES

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, utilizou-se como método de procedimento o estudo comparativo. Seguindo os passos estabelecidos por esta metodologia, foram: selecionados os dois fenômenos comparáveis; definidos os elementos a serem comparados; realizada a coleta de dados; e, finalmente, analisadas e interpretadas as informações apresentadas.

Os dois fenômenos comparáveis escolhidos foram os inventários dos centros históricos de Jaguarão e São Leopoldo. Nesses casos de estudo, a metodologia aplicada para a realização do trabalho foi a mesma, o SICG/IPHAN. A única diferença metodológica entre os casos estudados residiu na utilização do método de “Valores de seleção estabelecidos aos bens inventariados”, desenvolvido pelo IPHAE no trabalho realizado em São Leopoldo.

Como elementos a serem comparados, selecionou-se a parte referente ao terceiro módulo destes inventários. Etapa que tratou da arquitetura urbana resultante do processo histórico e cultural de formação desses lugares. O Módulo 3, denominado Cadastro, exibiu três conjuntos de fichas: M3-00, M3-01 e M3-02.

A primeira apresentou a síntese dos principais dados, referente a todas as edificações consideradas como bens de interesse cultural. A segunda correspondeu a uma ficha individual com identificação, localização e informações relevantes sobre os bens de interesse. A terceira ficha foi utilizada como complemento da segunda, somente preenchida para os bens classificados no mais elevado Grau de Proteção, o de Conservação Rigorosa.

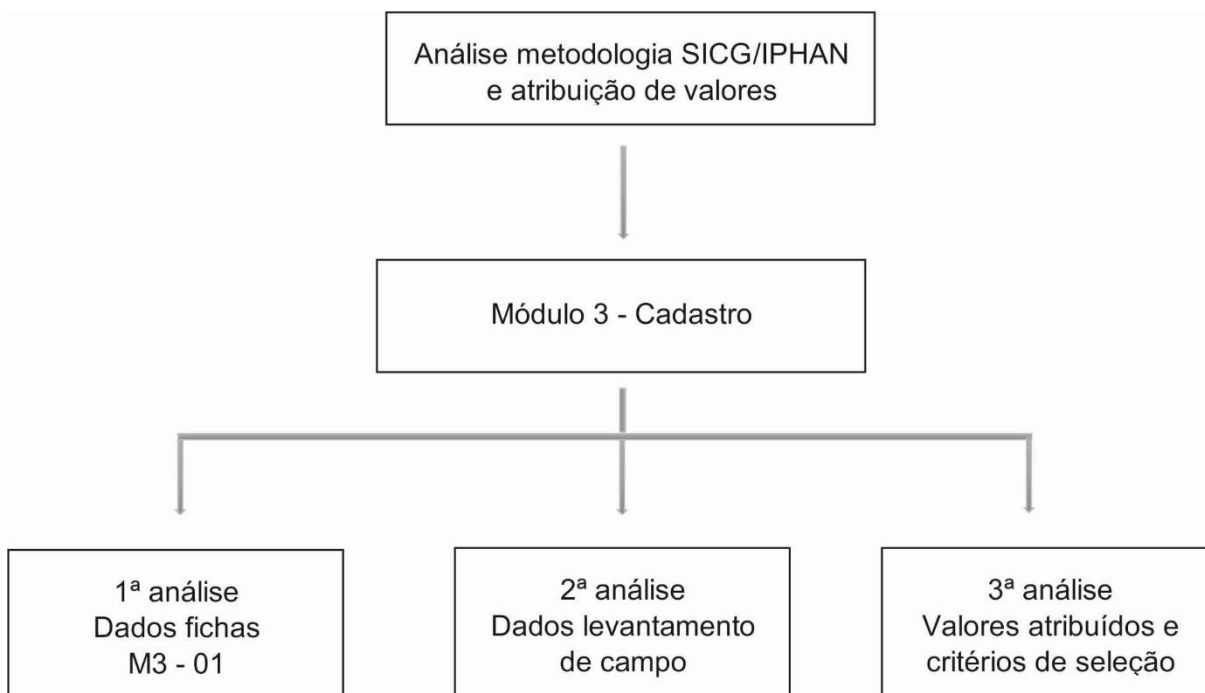
4.1 Análise do Módulo 3 – Cadastro

Para a realização do estudo comparativo, foi construído um sistema de categorias. O objetivo foi identificar e analisar a forma de atribuição de valores aos bens elencados como de interesse cultural em cada um dos inventários executados.

A partir do estudo das fichas denominadas M3-01, foram propostas três análises para a interpretação dos dados coletados em cada uma das cidades (Figura 29). A primeira realizada com base nos dados apresentados nas próprias fichas. A segunda baseada nos dados coletados durante a etapa do inventário correspondente

ao levantamento de campo. A terceira análise fundamentou-se na identificação dos valores atribuídos aos bens de interesse cultural como critérios de seleção e de classificação em Graus de Proteção.

Figura 29 – Esquema de análise metodologia SICG/IPHAN e atribuição de valores.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Primeira análise – dados das fichas M3-01

A primeira análise foi baseada nos dados apresentados nas fichas M3-01. Contemplou os seguintes aspectos: contexto, propriedade, estado de preservação, estado de conservação, proteção existente e proteção proposta.

Inventário de Jaguarão

No inventário realizado em Jaguarão, a área de estudo abrangeu 124 quarteirões. Dentro desta poligonal, foram identificados e cadastrados todos os lotes¹⁸ existentes, totalizando 3.083 unidades. Dentre as 2.980 edificações¹⁹ da área estudada, 632 foram elencadas como bens de interesse cultural.

¹⁸ Para a quantificação se considerou o lote como unidade dentro do quarteirão, pois em alguns casos não havia edificações, estando o lote vazio ou em construção.

¹⁹ O número de edificações foi obtido através da diferenciação entre o total de lotes e os lotes vazios (71) ou em construção (32).

Esses imóveis inventariados estavam localizados na área de estudo ou em seu entorno imediato. A zona rural do município de Jaguarão não fazia parte do recorte territorial estabelecido para a realização do levantamento de campo. Em virtude do destaque da pesquisa histórica, que identificou a formação do município baseada na defesa do território e apontou para a existência de estâncias fortificadas, partiu-se para a tentativa de identificação desses exemplares.

Foram elaboradas fichas de inventário para 15 estâncias localizadas no interior do município. Entre essas, três foram visitadas: A Estância dos Bonitos, localizada no 1º Subdistrito – Sede; a Estância do Juncal (Palomy); e a Estância São João, ambas situadas no 2º Subdistrito – Juncal. As demais propriedades rurais inventariadas foram: Charqueada da União; Estância Carolina; Estância das Figueiras; Estância Glória; Estância Picada do Maia; Estância Ponte Negra; Estância Santo Antônio; Estância Jerônimo; Estância União; Granja Carolina; Santa Izabel e São João Batista. (Figuras 30 e 31).

Figura 30 – Estância Palomy. Jaguarão, RS.



Fonte: NEUTZLING, 2009.

Figura 31 – Ficha cadastral Estância Palomy. Jaguarão, RS

Ministério da Cultura - IPHAN Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão		Módulo 3 - Cadastro Cadastro Geral/ Informações Básicas		M3 01	Ministério da Cultura - IPHAN Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão		Módulo 3 - Cadastro Cadastro Geral/ Informações Básicas		M3 01
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada) Região Platina do Rio Grande do Sul					1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada) Região Platina do Rio Grande do Sul				
1.2. Recorte Temático (Identificação do estudo) O avanço da fronteira meridional					1.2. Recorte Temático (Identificação do estudo) O avanço da fronteira meridional				
1.3. Identificação do Bem - (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações) Estância do Juncal (Palomy)					1.3. Identificação do Bem - (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações) Estância do Juncal (Palomy)				
1.4. Código Identificador (Iphan)					1.4. Código Identificador (Iphan)				
2.1. UF: RS					2.1. UF: RS				
2.2. Município: Jaguarão					2.2. Município: Jaguarão				
2.3. Localidade: 2º Subdistrito - Juncal					2.3. Localidade: 2º Subdistrito - Juncal				
2.4. Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)					2.4. Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)				
2.5. Código Postal					2.5. Código Postal				
2.6. Coordenadas Geográficas: Latitude Longitude					2.6. Coordenadas Geográficas: Latitude Longitude				
2.7. Altitude (m)					2.7. Altitude (m)				
2.8. Imagem					2.8. Imagem				
3.1. Patrimônio Mundial					3.1. Patrimônio Mundial				
3.2. Patrimônio Nacional					3.2. Patrimônio Nacional				
3.3. Patrimônio Estadual					3.3. Patrimônio Estadual				
3.4. Patrimônio Municipal					3.4. Patrimônio Municipal				
3.5. Patrimônio Privado					3.5. Patrimônio Privado				
3.6. Patrimônio Individual					3.6. Patrimônio Individual				
3.7. Patrimônio Coletivo					3.7. Patrimônio Coletivo				
3.8. Patrimônio de Bem Protegido					3.8. Patrimônio de Bem Protegido				
3.9. Nenhuma					3.9. Nenhuma				
4. CLASSIFICAÇÃO					4. CLASSIFICAÇÃO				
Obra de arquitetura					Obra de arquitetura				
8. CONTEXTO					8. CONTEXTO				
8.1. rural					8.1. rural				
8.2. urbano					8.2. urbano				
8.3. entorno preservado					8.3. entorno preservado				
8.4. entorno transformado					8.4. entorno transformado				
8.5. zona conjunta					8.5. zona conjunta				
8.6. bem isolado					8.6. bem isolado				
9. PROPRIEDADE					9. PROPRIEDADE				
9.1. pública					9.1. pública				
9.2. privada					9.2. privada				
9.3. mista					9.3. mista				
9.4. outra:					9.4. outra:				
10. ESTADO DE PRESERVAÇÃO					10. ESTADO DE PRESERVAÇÃO				
10.1. íntegro					10.1. íntegro				
10.2. pouco alterado					10.2. pouco alterado				
10.3. muito alterado					10.3. muito alterado				
10.4. descaracterizado					10.4. descaracterizado				
11. ESTADO DE CONSERVAÇÃO					11. ESTADO DE CONSERVAÇÃO				
11.1. bom					11.1. bom				
11.2. precário					11.2. precário				
11.3. em arruinamento					11.3. em arruinamento				
11.4. arruinado					11.4. arruinado				
12.1. Entidade Responsável: Sinere Rasmussen Neutzing & Cia Ltda					12.1. Entidade Responsável: Sinere Rasmussen Neutzing & Cia Ltda				
12.2. Técnico Responsável: Arq. Sinere Rasmussen Neutzing					12.2. Técnico Responsável: Arq. Sinere Rasmussen Neutzing				
12.3. Data: Julho/2009					12.3. Data: Julho/2009				
13.1. Identificação do Proprietário: Antônio Joaquim Lemos Piúma, Anna Piúma Neves, Margarida Lemos Piúma					13.1. Identificação do Proprietário: Antônio Joaquim Lemos Piúma, Anna Piúma Neves, Margarida Lemos Piúma				
13.2. Informações Históricas (síntese): Os campos da fazenda São João do Rincão de Jaguarão e Juncal faziam parte das terras ocupadas a partir de 1824 pelo comendador Francisco José Gonçalves da Silva. Delimitando-se diretamente com a Lagoa Mirim. Essa foi uma importante fazenda de criação de gados, situada sobre o Arroio Juncal. Os campos do Juncal, originalmente, pertenciam às antigas sesmarias, doadas às famílias Feijó e Vergara. A Sede da Fazenda do Juncal tinha boas acomodações para a família, com uma casa assobradada e espaçosa. OUTERPEL, Ester J.B. (Org.). Estâncias fortificadas. In: BRASIL, Maria do Carmo e MAESTRI, Mario (Org.) Peões, vaqueiros & cativos: estudos sobre a economia pastoril no Brasil . Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. pp. 168 a 218.					13.2. Informações Históricas (síntese): Os campos da fazenda São João do Rincão de Jaguarão e Juncal faziam parte das terras ocupadas a partir de 1824 pelo comendador Francisco José Gonçalves da Silva. Delimitando-se diretamente com a Lagoa Mirim. Essa foi uma importante fazenda de criação de gados, situada sobre o Arroio Juncal. Os campos do Juncal, originalmente, pertenciam às antigas sesmarias, doadas às famílias Feijó e Vergara. A Sede da Fazenda do Juncal tinha boas acomodações para a família, com uma casa assobradada e espaçosa. OUTERPEL, Ester J.B. (Org.). Estâncias fortificadas. In: BRASIL, Maria do Carmo e MAESTRI, Mario (Org.) Peões, vaqueiros & cativos: estudos sobre a economia pastoril no Brasil . Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. pp. 168 a 218.				
13.3. Outros nomes (especialistas, populares):					13.3. Outros nomes (especialistas, populares):				
Estância construída em meados do século XIX em linguagem luso-brasileira e tipologia de planta em "U", lembrando a configuração de um forte. Constitui-se como uma construção despojada em parte térrea e em parte assobradada com pontos de guarita em lados opostos. Sede de uma propriedade rural. Recentemente, foram colocadas mais aberturas, tanto portas como janelas, também modificadas as existentes. Apresenta ainda na propriedade elementos agregados a construção como os fortins e o aligebre.					Estância construída em meados do século XIX em linguagem luso-brasileira e tipologia de planta em "U", lembrando a configuração de um forte. Constitui-se como uma construção despojada em parte térrea e em parte assobradada com pontos de guarita em lados opostos. Sede de uma propriedade rural. Recentemente, foram colocadas mais aberturas, tanto portas como janelas, também modificadas as existentes. Apresenta ainda na propriedade elementos agregados a construção como os fortins e o aligebre.				
13.4. Seleção de Imagens (5cm de largura)					13.4. Seleção de Imagens (5cm de largura)				
   					   				
   					   				

Fonte: NEUTZLING, 2009, s.p.

O inventário das estâncias foi realizado a título de identificação desses exemplares de arquitetura rural. Como estavam fora da área de estudo, não foram estabelecidas ações de proteção para essas propriedades ao término do inventário. Os dados apontados nessas fichas não estão computados nas análises apresentadas nesta dissertação.

Com relação ao contexto, foram analisados três itens: zona, entorno e implantação. Todos os 632 imóveis elencados como bens de interesse cultural se localizaram dentro da zona urbana. Quanto ao entorno, 328 edificações estavam situadas em áreas de entorno preservado, os outros 304 imóveis estavam localizados em entorno transformado. No item relativo à implantação, identificaram-se 449 bens isolados e 183 como parte de conjunto arquitetônico.

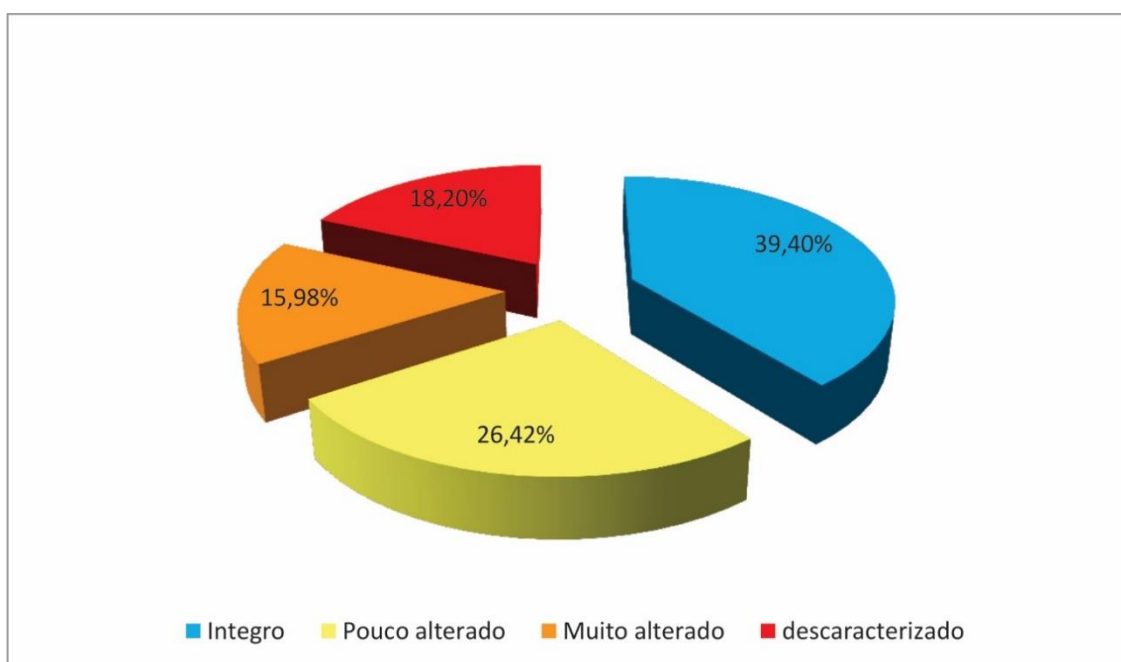
Com relação à propriedade, foram catalogadas 26 edificações de propriedade pública e 606 de propriedades particulares. A análise do estado de caracterização apontou 276 imóveis íntegros; 176 pouco alterados; 121 muito alterados e 59 descaracterizados. O exame do estado de conservação identificou 519 prédios em bom estado; 109 em estado precário; três em arruinamento e um prédio arruinado.

Com relação à proteção existente, essa se referiu ao tipo de proteção legal vigente para a edificação no momento da elaboração do inventário. A análise revelou quatro imóveis com proteção estadual individual; 171 com proteção municipal individual e 54 com proteção municipal de conjunto. Quanto à proteção proposta, três prédios mantiveram-se com proteção estadual individual; para 477 foi atribuída proteção municipal individual e para 152 municipal como conjunto.

Através da interpretação dos dados acima apresentados, pode-se concluir que o inventário realizado em Jaguarão resultou na seleção de 632 imóveis localizados na zona urbana. Verificou-se o entorno dessas edificações quase que igualmente dividido entre preservado (aproximadamente 52%) e transformado (cerca de 48%). A maioria dos imóveis (71%) se configuram como bens isolados. A propriedade privada predominou absolutamente (pouco mais de 95%).

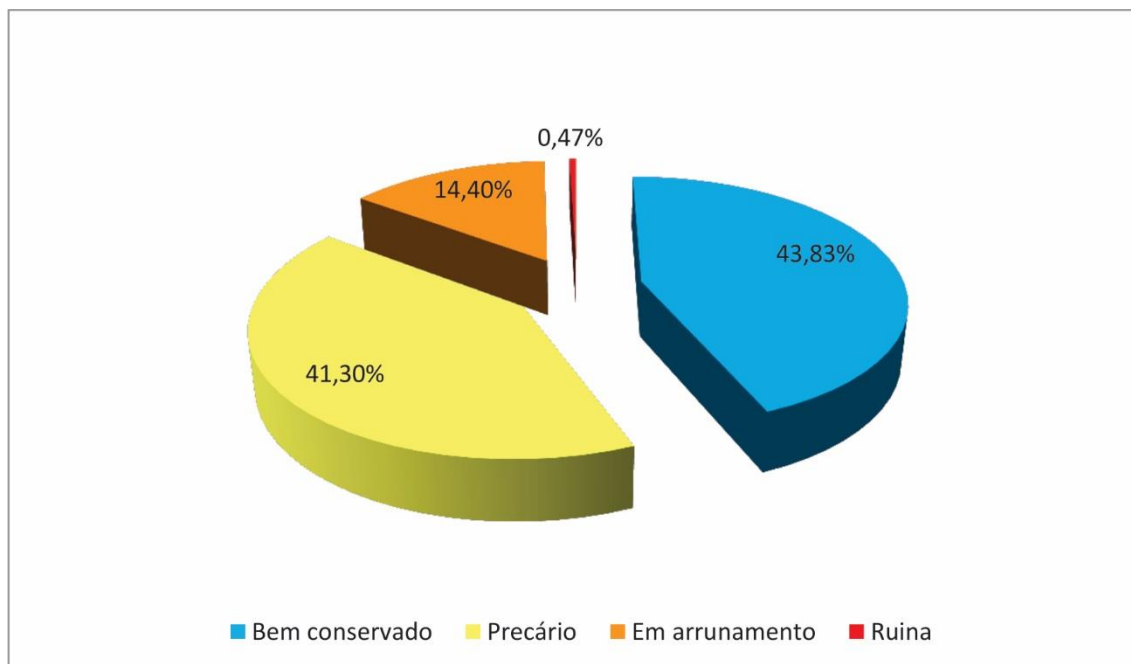
Com relação ao estado de caracterização (Figura 32), destacaram-se os imóveis íntegros (aproximadamente 40%). Quanto ao estado de conservação, 82% das edificações elencadas apresentaram bom estado de conservação (Figura 33). Cabe salientar que, neste item, apenas um imóvel foi identificado como arruinado. Após a realização do inventário, a proteção legal existente sobre o patrimônio edificado sofreu acréscimo de 275%. Aumentou de 229 para 632 o número de bens elencados como de interesse cultural.

Figura 32 – Gráfico do estado de caracterização. Jaguarão, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2009, s.p.

Figura 33 – Gráfico do estado conservação. Jaguarão, RS



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2009, s.p.

Inventário de São Leopoldo

No inventário realizado em São Leopoldo, a área de estudo abrangeu 207 quarteirões. Dentro desta poligonal, foram identificados e cadastrados todos os lotes²⁰ existentes, totalizando 3.657 unidades. Das 3.640 edificações²¹ na área estudada, 502 foram elencadas como bens de interesse cultural.

Além desses imóveis, nove conjuntos de edificações foram inventariados. Esses complexos arquitetônicos, referidos no trabalho simplesmente por 'Complexos', se situavam dentro do recorte territorial estabelecido para a realização do levantamento de campo. Foram elencados em virtude da proeminência obtida durante a realização da pesquisa histórica, que reconheceu a importância desses conjuntos para o desenvolvimento do município.

Os complexos inventariados foram: Fábrica de Phosphoros Sul Rio Grandense; Hospital Centenário; 19º Batalhão de Infantaria Motorizada; Amadeo Rossi Metalúrgica e Munições; Colégio Sinodal/Escola Superior de Teologia; Santuário

²⁰ Para fins de quantificação, considerou-se o lote enquanto unidade dentro do quarteirão, pois em alguns casos não havia edificações, estando o lote vazio ou em construção.

²¹ O número de edificações foi obtido através da diferenciação entre o total de lotes e os lotes vazios (13) ou em construção (4).

Sagrado Coração de Jesus (Padre Réus); Centro de Eventos Cristo Rei; Colégio São José e Museu do Trem.

Para esses Complexos, em função da impossibilidade de levantamento individual das edificações que os compunham, os valores de classificação em Graus de Proteção foram atribuídos de maneira genérica. Considerou-se a predominância de valores estabelecidos apenas para algumas edificações – consideradas de interesse – integrantes destes complexos arquitetônicos. Estas fichas não estão computadas nas análises apresentadas nesta dissertação, pois considerou-se os Complexos como conjuntos de edificações e não como bens isolados.

Com relação ao contexto, foram analisados três itens: zona, entorno e implantação. Todos os imóveis elencados como bens de interesse cultural localizaram-se dentro da zona urbana. Quanto ao entorno, as 492 edificações estavam situadas em áreas de entorno transformado. No item relativo à implantação, identificaram-se 416 bens isolados e 76 como parte de conjunto arquitetônico.

Com relação à propriedade, foram catalogadas 17 edificações de propriedade pública e 475 de propriedade particular. A análise do estado de caracterização apontou 195 imóveis íntegros; 162 pouco alterados; 124 muito alterados e onze descaracterizados. O exame do estado de conservação identificou 354 prédios em bom estado e 138 em estado precário.

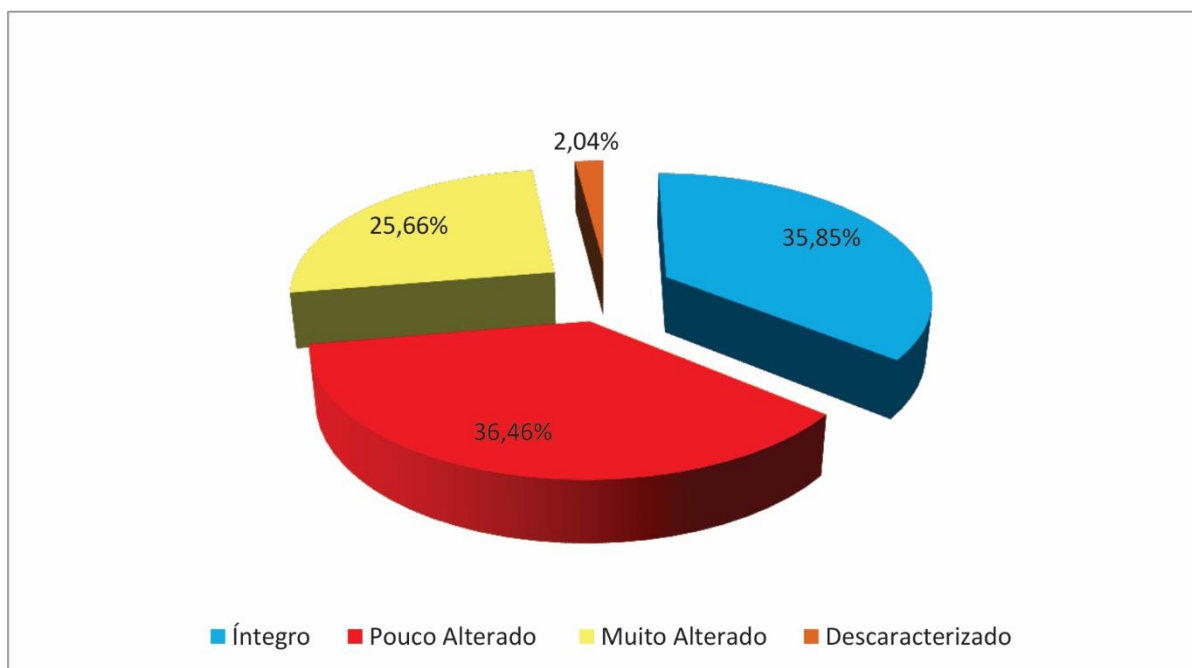
Com relação à proteção existente, essa se refere ao tipo de proteção legal vigente sobre o imóvel no momento de elaboração do inventário. A análise revelou três imóveis com proteção estadual individual e 79 com municipal individual. Na proteção proposta os três prédios se mantiveram com proteção estadual individual e para 489 imóveis foi atribuída proteção municipal individual.

Através da interpretação dos dados acima apresentados, pode-se concluir que o inventário realizado em São Leopoldo resultou na seleção de 492 imóveis localizados na zona urbana. O entorno dessas edificações se encontrou totalmente transformado (100%). A maioria dos imóveis (pouco mais de 84%) se configurou como bens isolados. A propriedade privada predominou absolutamente (quase 97%).

Com relação ao estado de caracterização (Figura 34), se encontrou quase que igualmente dividido entre os imóveis íntegros (aproximadamente 36%) e pouco alterados (quase 37%). Quanto ao estado de conservação, praticamente 75% das edificações elencadas apresentaram bom estado de conservação (Figura 35). Após a realização do inventário, a proteção legal existente sobre o patrimônio edificado sofreu

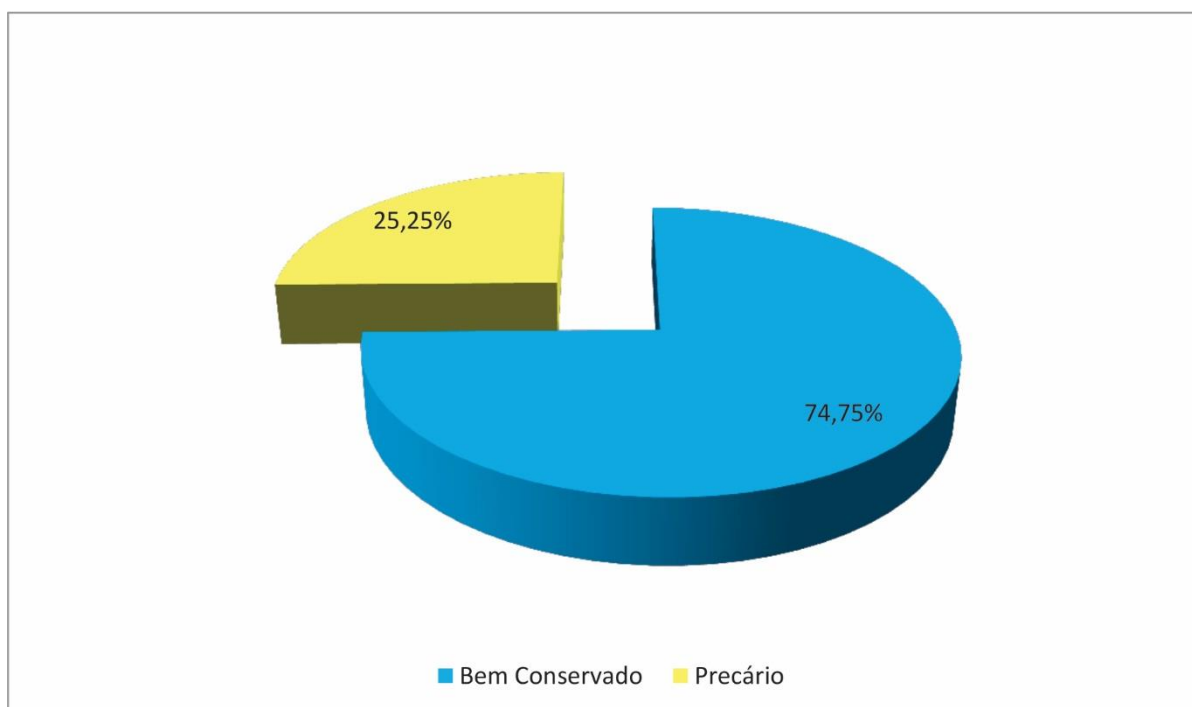
acréscimo de quase 600%. Aumentando de 83 para 492 o número de bens elencados como de interesse cultural.

Figura 34 – Gráfico do estado de caracterização. São Leopoldo, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

Figura 35 – Gráfico do estado de conservação. São Leopoldo, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

Segunda análise – dados do levantamento de campo

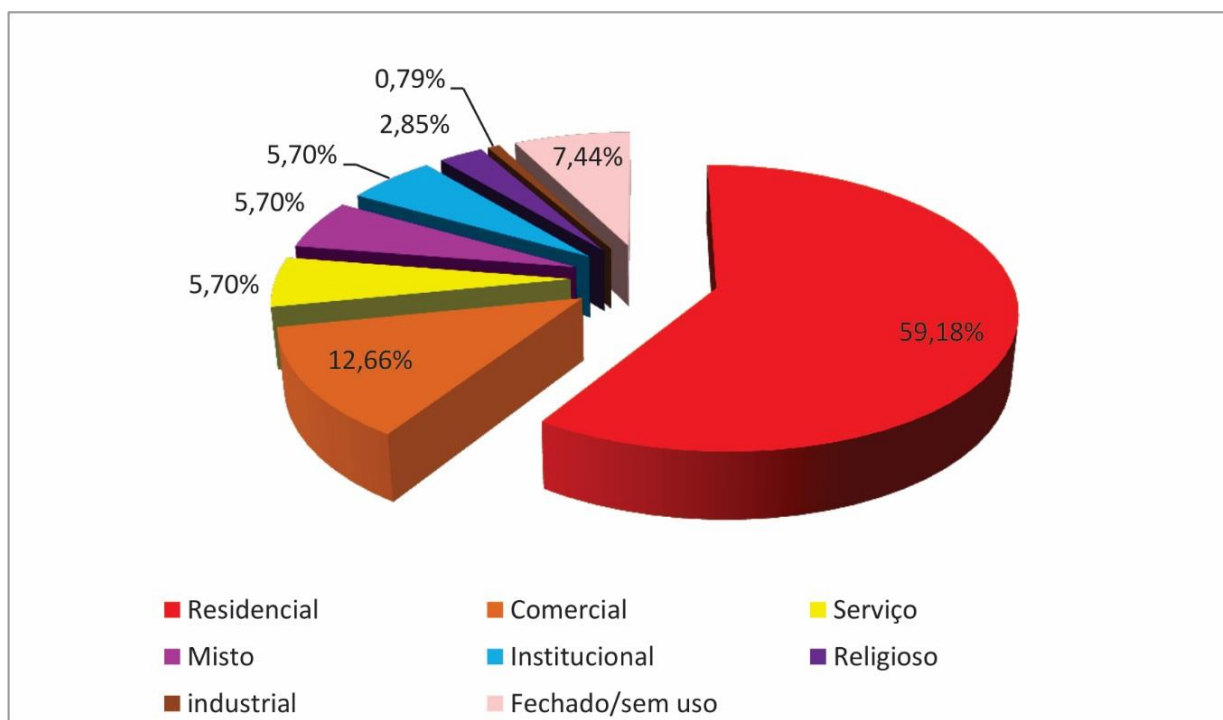
A segunda análise foi baseada nos dados obtidos através do levantamento de campo, realizado nas áreas de estudo em cada cidade. Contemplou os seguintes aspectos: uso, gabarito, implantação, linguagem e tipologia arquitetônica e estado de caracterização.

Inventário de Jaguarão

Com o intuito de atender ao objetivo desta pesquisa – atribuição de valores ao patrimônio – foi realizado recorte para a realização das análises. O recorte englobou os 632 imóveis listados como bens de interesse pelo inventário. As análises elaboradas considerando apenas os bens de interesse cultural contidos na poligonal de estudo revelaram um diagnóstico detalhado sobre as condições atuais do centro histórico da cidade de Jaguarão.

Com relação ao uso, na área levantada, as residências representaram aproximadamente 60% das edificações. Com bastante destaque na economia local, o comércio, com quase 13% dos imóveis, apresentou concentração nas proximidades da Ponte Barão de Mauá e do Mercado Público (Figura 36).

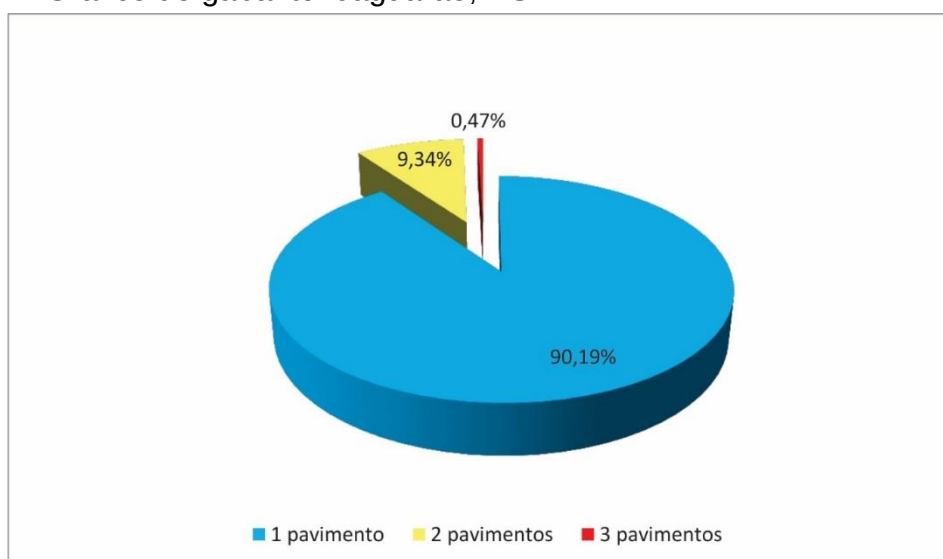
Figura 36 – Gráfico de uso. Jaguarão, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2009, s.p.

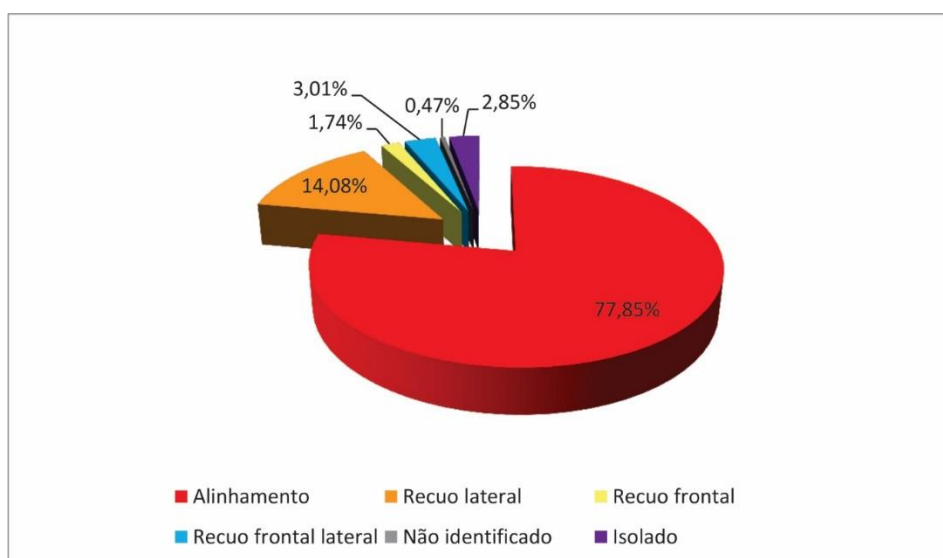
Quanto ao gabarito, na região em estudo, os bens elegíveis apresentaram quase 100% das edificações com até dois pavimentos. Deste número, a grande maioria das edificações, aproximadamente 91%, é térrea. (Figura 37). Com relação à implantação, predominaram as edificações construídas no alinhamento predial, quase 78%. Os quantitativos de gabarito e implantação demonstraram claramente o resultado da leitura do espaço, onde se observa uma massa compacta de edificações térreas, construídas no alinhamento, transmitindo sensação de horizontalidade (Figura 38).

Figura 37 – Gráfico de gabarito. Jaguarão, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2009, s.p.

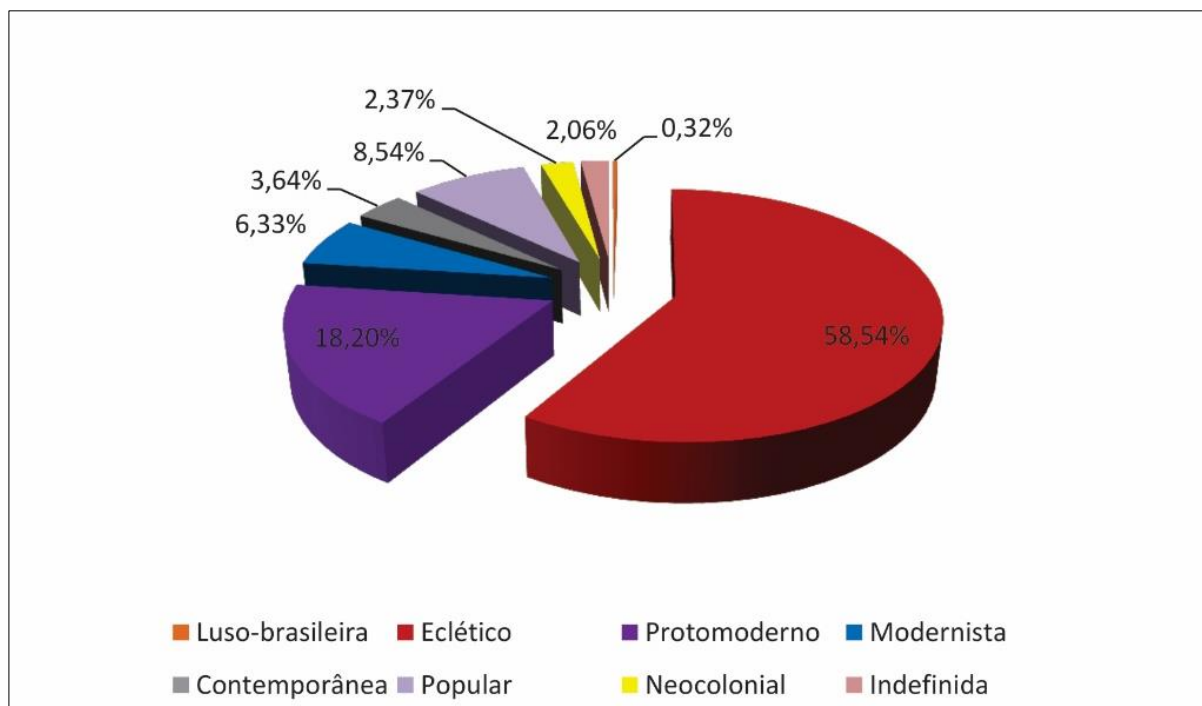
Figura 38 – Gráfico de implantação. Jaguarão, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2009, s.p.

Com relação às linguagens arquitetônicas, as edificações elencadas como de interesse cultural foram classificadas em oito categorias: Luso-brasileira; Eclética; Protomoderna; Neocolonial; Modernista; Contemporânea; Popular e Indefinida. Entre os bens de interesse, houve um predomínio da linguagem Eclética, com praticamente 59% dos imóveis. (Figura 39).

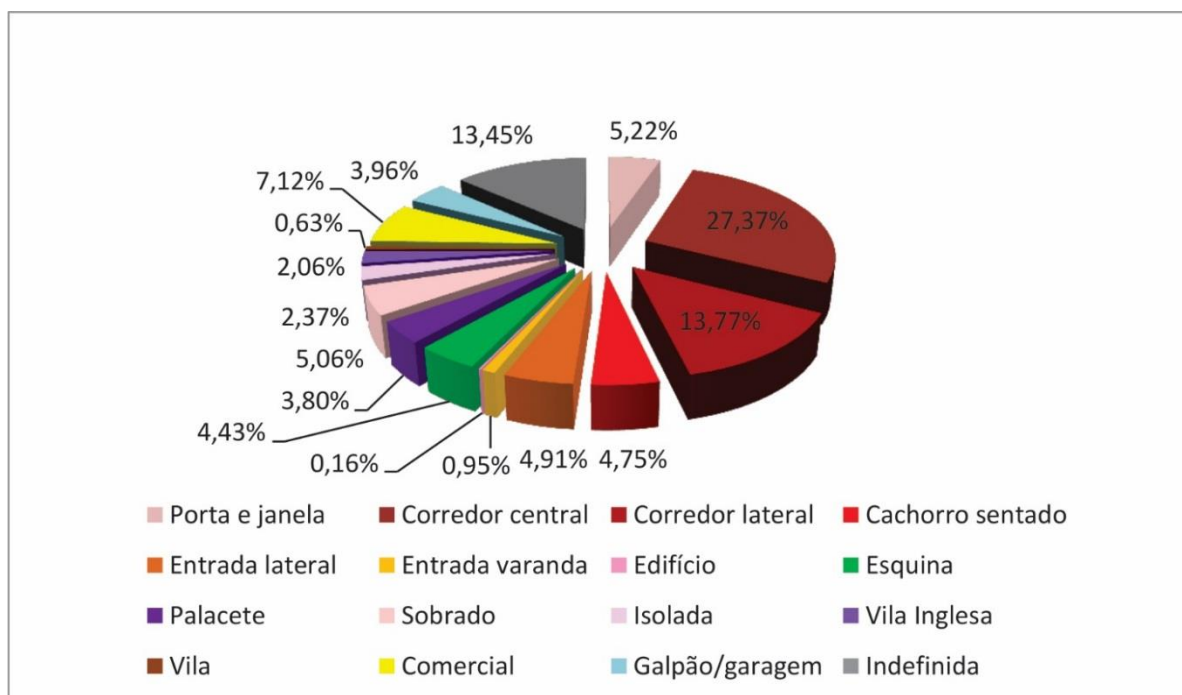
Figura 39 – Gráfico de linguagens arquitetônicas. Jaguarão, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2009, s.p.

Quanto às tipologias (Figura 40), os exemplares elencados como de interesse cultural encontrados na área em estudo foram classificados em 16 tipos. Predominaram edificações com tipologia Corredor Central (mais de 27%). A outra tipologia que apresentou maior representatividade foi Corredor Lateral (quase 14%).

Figura 40 – Gráfico de tipologia. Jaguarão, RS

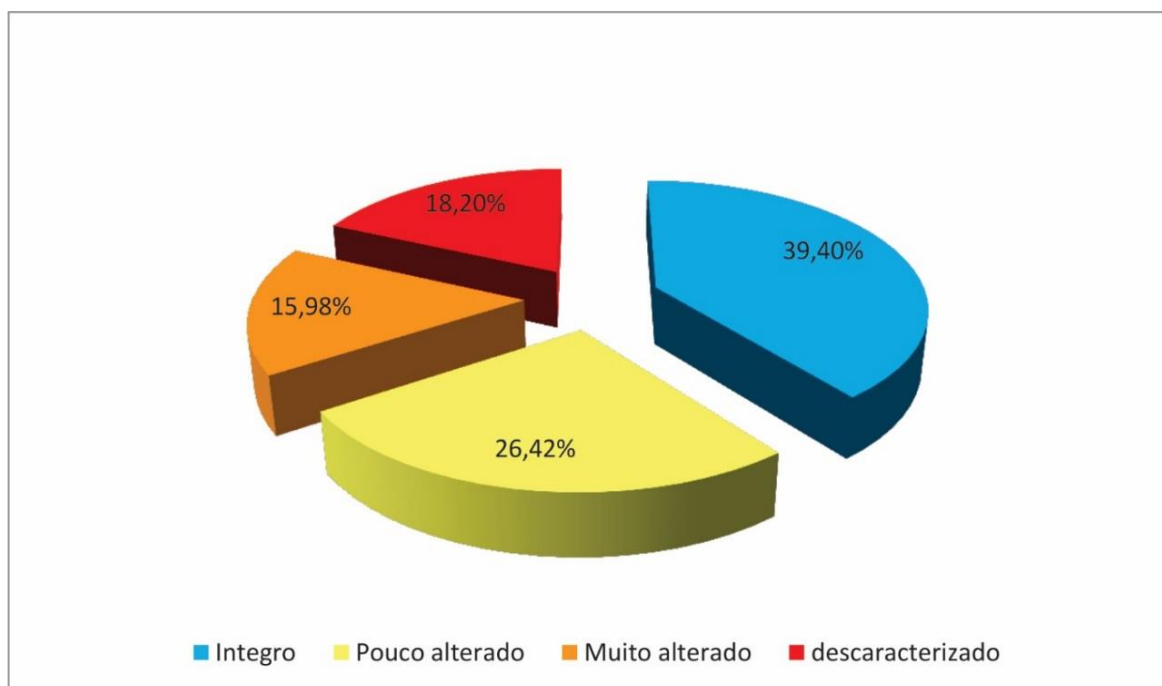


Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2009, s.p.

A terceira tipologia mais representada foi a Indefinida, englobou pouco mais de 13% das edificações. Os imóveis classificados nessa tipologia foram aqueles onde a tipologia original da construção não pode ser identificada em função das descaraterizações ocorridas nas fachadas dos prédios. Os demais imóveis se distribuíram entre as outras 13 tipologias, com incidência pulverizada.

Com relação ao estado de caracterização, predominaram as edificações íntegras (quase 46%) e pouco alteradas (aproximadamente 27%). Os imóveis muito alterados e descaracterizados representaram 27% do total de bens elencados como de interesse. (Figura 41).

Figura 41 – Gráfico de caracterização. Jaguarão, RS.



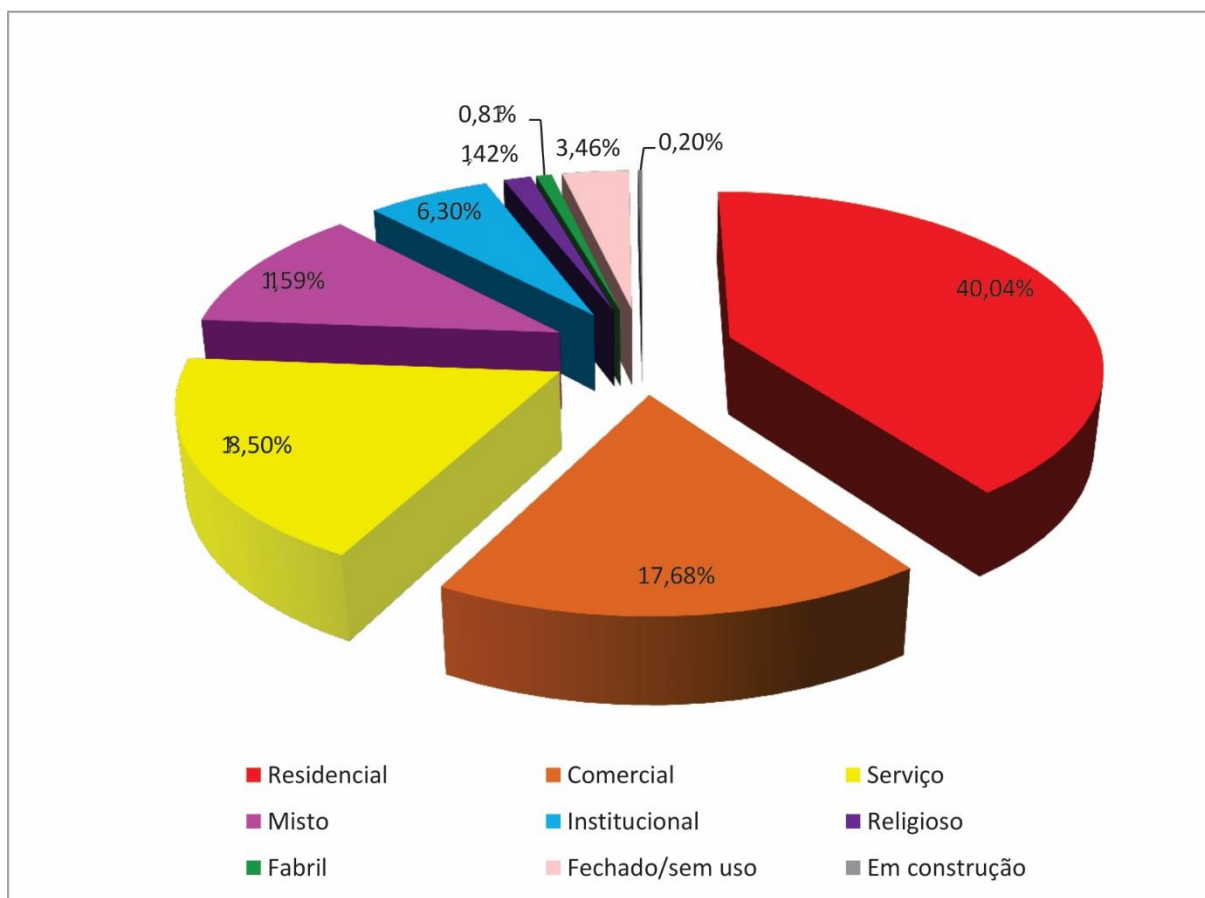
Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2009, s.p.

Inventário de São Leopoldo

Com o intuito de atender ao objetivo desta pesquisa – atribuição de valores ao patrimônio – foi realizado recorte para a realização das análises. O recorte englobou os 492 imóveis listados como bens de interesse pelo inventário. As análises elaboradas considerando apenas os bens de interesse cultural contidos na poligonal de estudo revelaram um diagnóstico detalhado sobre as condições atuais do centro histórico da cidade de São Leopoldo.

Com relação ao uso, na área levantada, as residências representaram 40% das edificações. Com bastante destaque na economia local, o comércio, com pouco mais de 17% dos imóveis, apresentou concentração nas ruas Independência e 1º de Março. Nessas duas, dentre as primeiras ruas do povoado, foi principalmente onde as construções originais sofreram adaptações para novos usos. Também se verificou concentração de uso comercial nas faces de quadra voltadas para a Avenida Getúlio Vargas, trecho urbano da BR 116. (Figura 42).

Figura 42 – Gráfico de usos. São Leopoldo, RS.

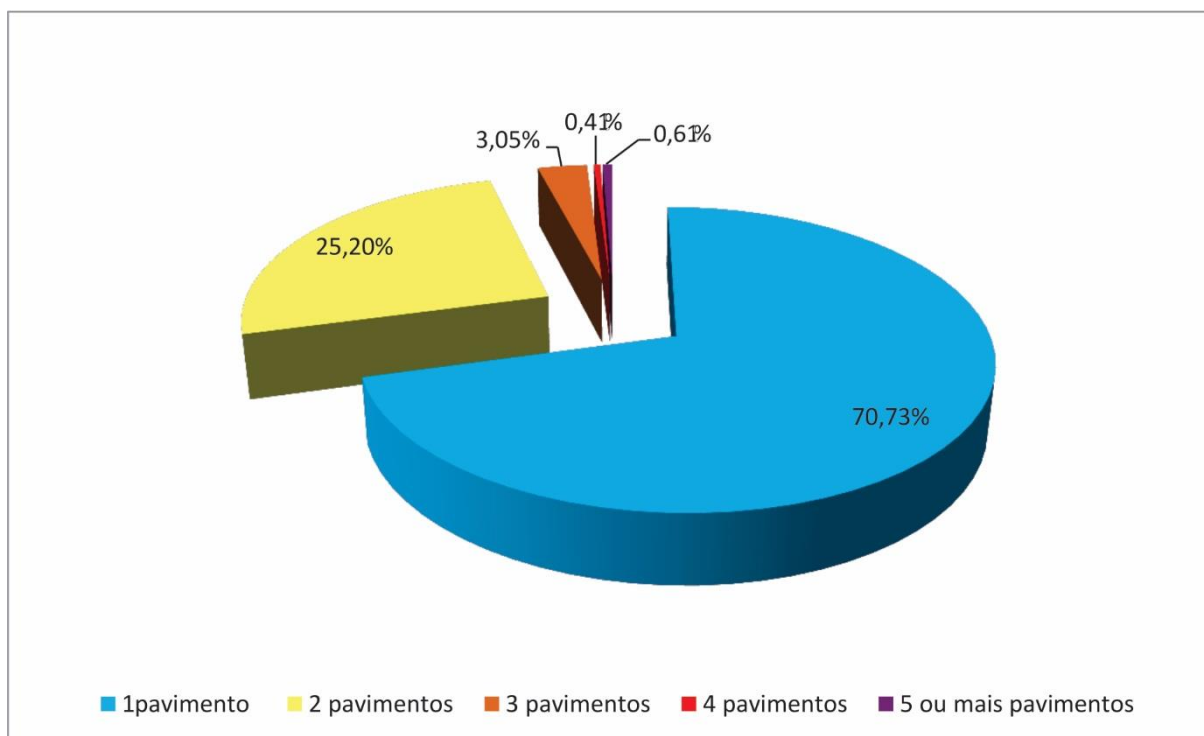


Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

Essa avenida se configurou como uma das principais vias de comunicação com as cidades vizinhas. Verificou-se um considerável número de edificações com uso de serviço (pouco mais de 18%) e misto (quase 12%), distribuídos de forma pulverizada por toda a área de estudo. Apesar da baixa representatividade numérica, aproximadamente 7% do total, prédios institucionais foram bastante significativos. Ocuparam lotes de grandes dimensões, distribuídos pela área estudada, formando complexos marcantes na paisagem urbana.

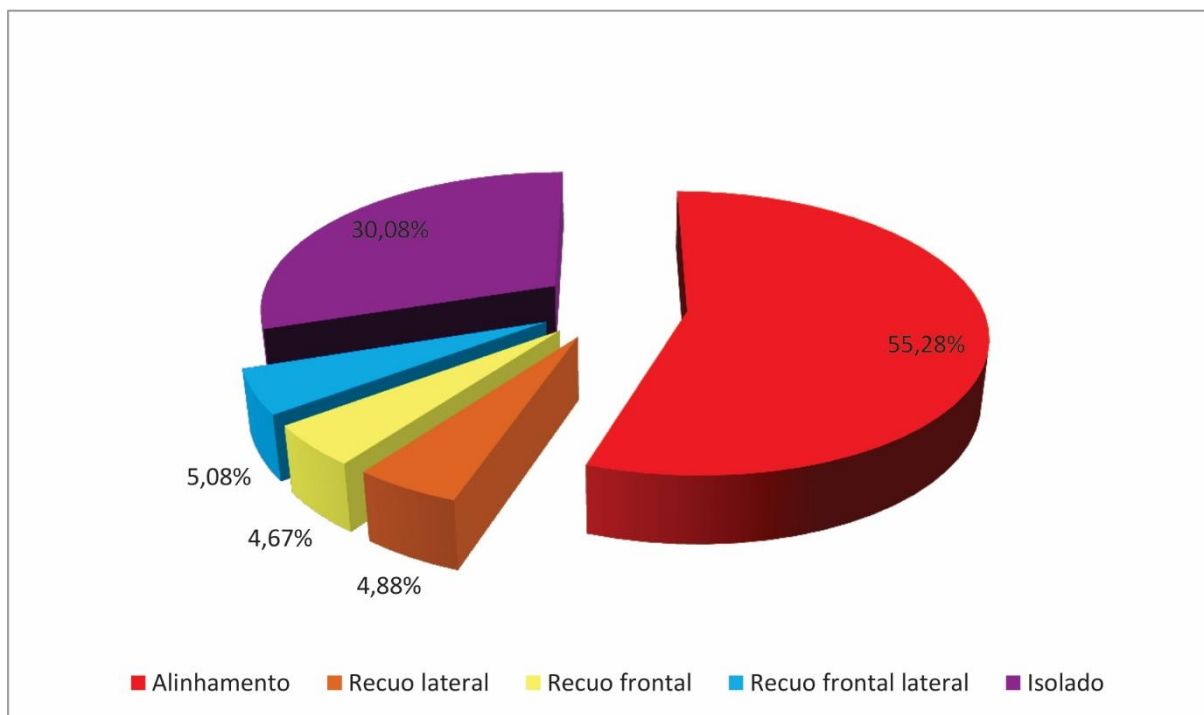
Quanto ao gabarito, na região em estudo, os bens elegíveis apresentaram praticamente 96% das edificações com até dois pavimentos. Desse número, a grande maioria das edificações é térrea (70%). Com relação à implantação, preponderaram as edificações construídas no alinhamento predial (55%). Como na predominância do uso comercial, estão localizadas em sua maioria no núcleo original. (Figura 43 e 44).

Figura 43 – Gráfico de gabarito. São Leopoldo, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

Figura 44 - Gráfico de implantação. São Leopoldo, RS.



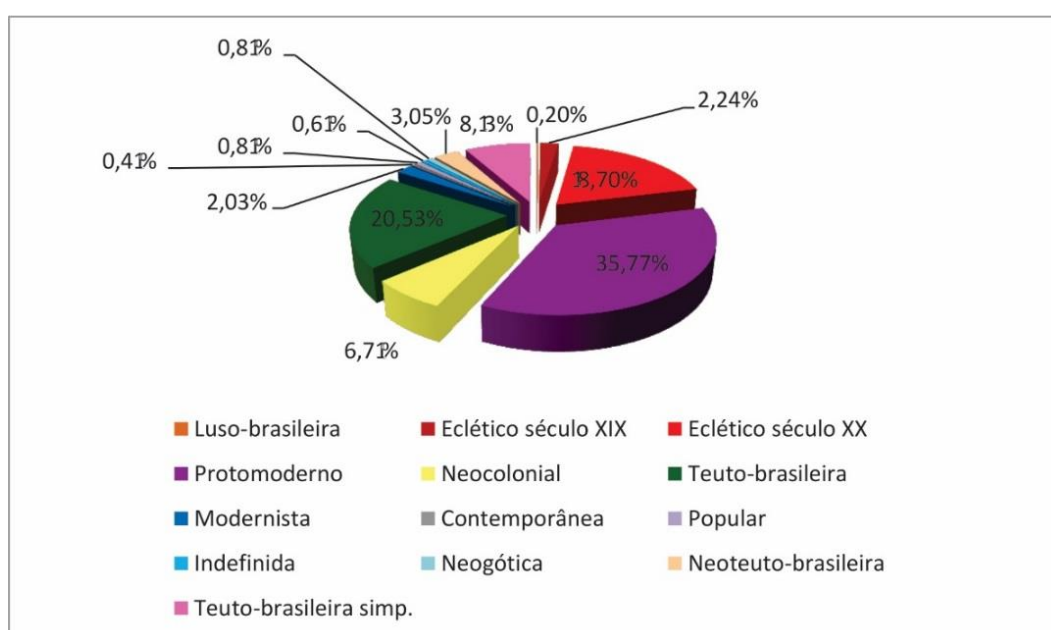
Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

Nesta região, se percebeu maior delimitação entre espaço público, “a rua”, e privado, “o lote”. À medida que nos afastamos desse núcleo e nos aproximamos das avenidas Getúlio Vargas e Mauá, essa percepção foi se dissipando, devido ao maior número de edificações com recuos frontal, lateral e frontal lateral, que, somados, representaram quase 15% das edificações. As construções isoladas no lote (30%) sobressaíram no bairro do Rio dos Sinos.

Com relação às linguagens arquitetônicas, as edificações elencadas como de interesse cultural foram classificadas em treze tipos: Luso-brasileira; Ecléticas séculos XIX e XX; Protomoderna; Neocolonial; Teuto-brasileira; Modernista; Neogótica; Neoteuto-brasileira; Teuto-brasileira simplificada; Popular; Contemporânea e Indefinida. Entre os bens de interesse houve um predomínio da linguagem Protomoderna (quase 36%).

As outras duas linguagens de maior destaque foram a Teuto-brasileira (praticamente 21%) e a Eclética século XX (quase 19%). Na área de estudo, se identificou apenas um exemplar de linguagem Luso-brasileira. Como reflexo da colonização, notou-se uma presença significativa de exemplares com linguagem teuto-brasileira. Somando-se as três subdivisões desta linguagem: teuta, neoteuta e simplificada, aproximadamente 32% das edificações foram identificadas como representantes dessa linguagem. (Figura 45).

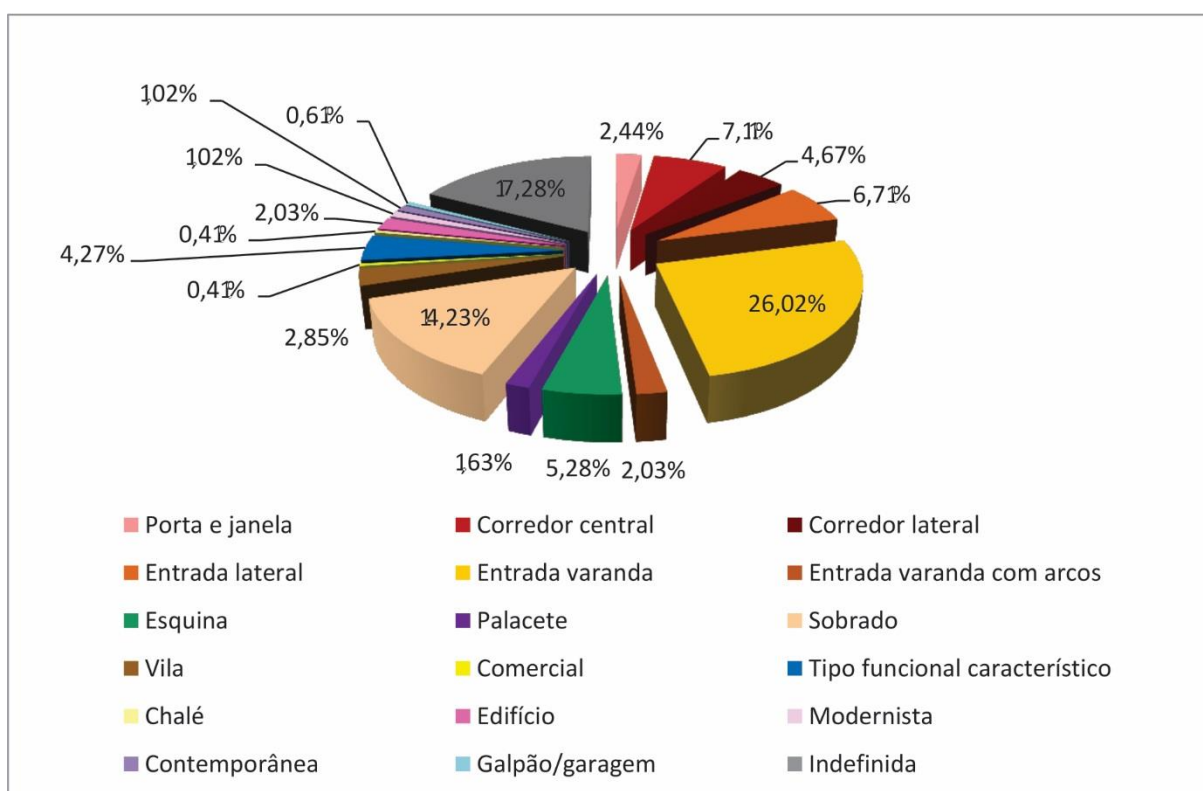
Figura 45 – Gráfico de linguagens arquitetônicas. São Leopoldo, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

Quanto às tipologias, os exemplares elencados como de interesse cultural encontrados na área em estudo foram verificadas como pertencentes a 18 tipos. Predominaram edificações com tipologia entrada com varanda (pouco mais de 26%). As duas outras tipologias que apresentaram maior representatividade foram as de sobrado (aproximadamente 14%) e indefinida (17%). Os imóveis classificados nessa tipologia foram aqueles onde a tipologia original da construção não pode ser identificada em função das descaracterizações ocorridas nas fachadas dos prédios. (Figura 46).

Figura 46 – Gráfico de tipologias. São Leopoldo, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

Com relação ao estado de caracterização, predominaram as edificações íntegras (quase 36%) e pouco alteradas (aproximadamente 37%). Os imóveis muito alterados e descaracterizados representaram 27% do total de bens elencados como de interesse.

Terceira análise – valores atribuídos e critérios de seleção

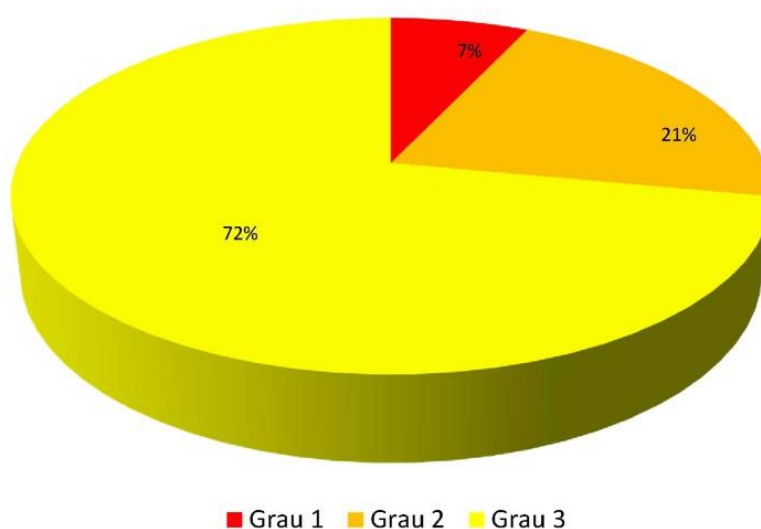
A terceira análise foi baseada nos valores atribuídos aos bens como critérios de seleção e de classificação em Graus de Proteção. Contemplou os seguintes aspectos: valores de seleção e valores de classificação.

Inventário de Jaguarão

Quanto aos valores de seleção, no inventário de Jaguarão, os critérios utilizados para a escolha dos 632 bens de interesse cultural foram os valores de antiguidade e artístico. Esses valores foram atribuídos aos bens durante a realização do levantamento de campo e se constituíram em fator decisivo para a seleção dos bens. O valor de antiguidade se relacionou diretamente ao aspecto não moderno da edificação. O valor artístico foi adotado para os imóveis que ofereceram interesse pelas qualidades formais apresentadas. Principalmente, foi entendido como valor arquitetônico.

Com relação aos valores de classificação, os critérios utilizados para categorização dos bens de interesse cultural em Graus de Proteção também foram os valores de antiguidade e artístico. A classificação dos bens de interesse cultural em três Graus de Proteção resultou em 7% dos imóveis elencados como de Conservação Rigorosa (C1), 21% como Conservação Intermediária (C2) e 72% das edificações consideradas como de Conservação Volumétrica (C3).

Figura 47 – Gráfico de Graus de Proteção. Jaguarão, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2009, s.p.

A carência de uma sistematização na forma de atribuição de valores, durante a elaboração do inventário de Jaguarão, impossibilitou uma análise detalhada dos critérios utilizados para a classificação dos bens de interesse cultural em Graus de Proteção. Na tentativa de construção de um entendimento sobre a forma de classificação dos bens, se realizou a comparação entre as fichas M3-01 nos três Graus estabelecidos.

Dois campos específicos foram analisados. O item 13.2, referente à síntese das informações históricas, e o item 13.3, alusivo a outras informações especializadas e temáticas. Neste item, foram computadas, basicamente, as características gerais das edificações, como linguagem e tipologia arquitetônica, gabarito e uso (Figura 48).

Figura 48– Fichas cadastrais – M3-01. Jaguarão, RS.

[illegible][illegible]

3.1. NATUREZA DO BEM		5.1. PROTEÇÃO EXISTENTE		6.1. PROTEÇÃO PROPOSTA		7.1. IMAGEM	
	3.1. bem arqueológico		5.1. patrimônio municipal		6.1. patrimônio municipal		
	3.2. bem paleontológico		5.2. federal/ individual		6.2. federal/ individual		
	3.3. patrimônio natural		5.3. federal/ conjunto		6.3. federal/ conjunto		
X	3.4. bem imóvel		5.4. estadual/ individual		6.4. estadual/ individual		
	3.5. bem móvel/integrado		5.5. estadual/ conjunto		6.5. estadual/ conjunto		
4. CLASSIFICAÇÃO		X	5.6. municipal/ individual		6.6. municipal/ individual		
Obra de arquitetura			5.7. municipal/ conjunto	X	6.7. municipal/ conjunto		
			5.8. entorno de bem protegido		6.8. entorno de bem protegido		
			5.9. nenhuma		6.9. nenhuma		
8.1. rural							
X	8.2. urbano						
	8.3. entorno preservado		9.1. pública		10.1. íntegro	X	11.1. bom
	8.4. entorno transformado	X	9.2. privada	X	10.2. pouco alterado	X	11.2. precário
	8.5. forma conjunto		9.3. mista		10.3. muito alterado		11.3. emarruamento
X	8.6. bem isolado		9.4. outra:		10.4. descaracterizado		11.4. arruinado
12. PREENCHIMENTO							
12.1. Entidade Responsável		Simone Rassmusen Neutzling e Cia Ltda				12.3. Data	
12.2. Técnico Responsável		Arq. Simone Neutzling g				06/2009	
13. DADOS HISTÓRICOS							
13.1. Identificação do Proprietário				Contatos			
Nome							
Clube Jaguareense							
13.2. Informações Históricas (síntese)							
Possivelmente construído na segunda metade do século XIX. Quando o Conde D'Eu visitou Jaguarão, o Clube Jaguareense ofereceu uma monumental festa à sua comitiva. Em setembro de 1889, se aprovou a fusão entre o Clube Jaguareense e o Clube Cassino, uma relação que não resistiu mais do que um ano. No 1º baile que consagrou a união, houve divergências entre os seus associados por problemas de comportamento, o que a rigor representava toda uma postura política mais ou menos conservadora de ambos lados: os "cassinenses" mais liberados das tradições, se incompatibilizavam com "jaguarenses", mais conservadores.							
Fonte: MARTINS, Roberto Duarte. A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão. Tese. (Doutorado em Histórias Especializadas) – Universidade Politécnica da Catalunha. 2002.							
13.3. Outras informações (especializadas, técnicas...)							
A edificação apresenta linguagem eclética do final do século XIX e tipologia palacete. Constitui-se como uma construção de alto porte, com um pavimento e porão alto. Faz parte do conjunto de edificações de linguagem arquitetônica eclética representativa do entorno praça. Utilizada para fim institucional. Sofreu alterações na fachada com o acréscimo de revestimento em granitina na base e fechamento das gaterias. A calçada é pavimentada com ladrilho hidráulico indicando o nome do prédio. O prédio situa-se na praça Alcides Marques, centro do núcleo formador da cidade. Corresponde a uma das zonas de maior valorização social no começo do povoamento. Atualmente ainda representa um dos pontos mais importantes do município. No seu entorno estão localizados muitos dos casarões ecléticos dos séculos XIX e XX. Há uma concentração de uso institucional, com							

3.1. NATUREZA DO BEM		5.1. PROTEÇÃO EXISTENTE		6.1. PROTEÇÃO PROPOSTA		7.1. IMAGEM	
	3.1. bem arqueológico		5.1. patrimônio municipal		6.1. patrimônio municipal		
	3.2. bem paleontológico		5.2. federal/ individual		6.2. federal/ individual		
	3.3. patrimônio natural		5.3. federal/ conjunto		6.3. federal/ conjunto		
X	3.4. bem imóvel		5.4. estadual/ individual		6.4. estadual/ individual		
	3.5. bem móvel/integrado		5.5. estadual/ conjunto		6.5. estadual/ conjunto		
4. CLASSIFICAÇÃO		X	5.6. municipal/ individual	X	6.6. municipal/ individual		
Obra de arquitetura			5.7. municipal/ conjunto		6.7. municipal/ conjunto		
			5.8. entorno de bem protegido		6.8. entorno de bem protegido		
			5.9. nenhuma		6.9. nenhuma		
8.1. rural							
X	8.2. urbano						
X	8.3. entorno preservado		9.1. pública		10.1. íntegro	X	11.1. bom
X	8.4. entorno transformado	X	9.2. privada	X	10.2. pouco alterado	X	11.2. precário
X	8.5. forma com junto		9.3. mista		10.3. muito alterado		11.3. emarruamento
	8.6. bem isolado		9.4. outra:		10.4. descaracterizado		11.4. arruinado
12. PREENCHIMENTO							
12.1. Entidade Responsável		Simone Rassmusen Neutzling e Cia Ltda				12.3. Data	
12.2. Técnico Responsável		Arq. Simone Neutzling				04/2009	
13. DADOS HISTÓRICOS							
13.1. Identificação do Proprietário				Contatos			
Nome							
13.2. Informações Históricas (síntese)							
A edificação apresenta linguagem eclética simplificada e a tipologia comercial. Constitui-se como uma construção de pequeno porte, com um pavimento. É forma conjunto com a construção confrontante lateral pela av. Vinete e Sete de Janeiro de número 587. Apresenta subdivisões condizentes com usos, porém distingue-se o uso comercial. Sofreu alterações de fachada, alguns vãos reformados e esquadrias substituídas. A calçada é pavimentada com ladrilho hidráulico. O prédio situa-se na Av. Vinete e Sete de Janeiro, na área correspondente aos acréscimos iniciados por volta de 1850. O traçado urbano apresenta alargamento considerável do sistema viário, com cantoneiros centrais arborizados, dividindo o tráfego em dois sentidos. Neste trecho da rua estão localizadas construções ecléticas do século XX, com fachadas ornamentadas com formas simples e geométricas. Predomina o uso residencial, com prédios em sua maioria térreos, bem conservados e pouco alterados. As edificações estão construídas no alinhamento predial promovendo um caráter de continuidade e de horizontalidade a silhueta, a despeito da maior largura da via.							

Fonte: NEUTZLING, 2009.

Dos 46 prédios classificados como C1 – Conservação Rigorosa, 18 apresentaram informações históricas. Das 128 edificações elencadas como C2 – Conservação Intermediária, apenas duas exibiram esse tipo de dado. Para nenhum dos imóveis considerados como C3 – Conservação Volumétrica foram mencionadas referências históricas.

A análise comparativa desses campos revelou a relação direta entre a quantidade de informações nesses itens com o Grau de Proteção atribuído ao imóvel. Ou seja, quanto maior o número de informações históricas maior o Grau estabelecido.

Inventário de São Leopoldo

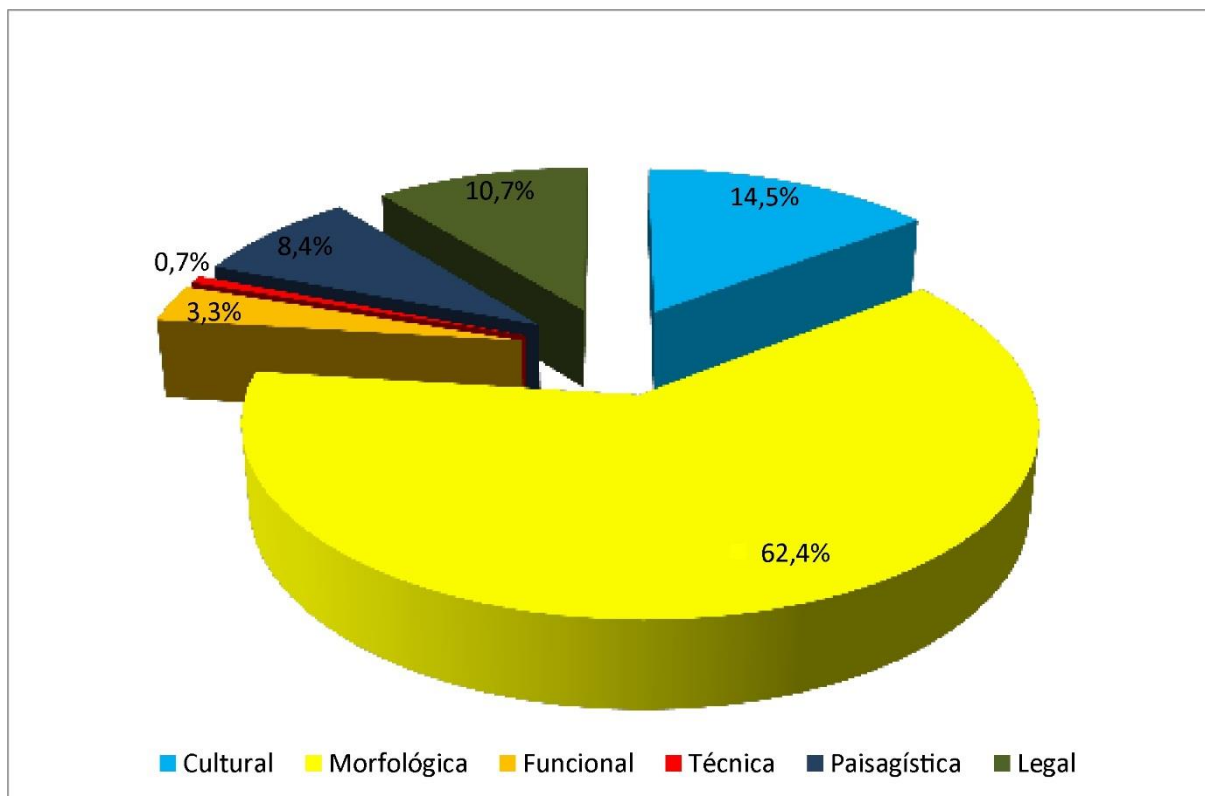
Quanto aos valores de seleção, no inventário realizado em São Leopoldo, a escolha dos bens de interesse cultural foi realizada através da atribuição de valores. Para a seleção dos imóveis, utilizou-se os valores de antiguidade, artístico e histórico. Durante a realização do levantamento de campo, foram identificadas as edificações possuidoras de valores de antiguidade e artístico. Através do desenvolvimento da pesquisa histórica e iconográfica, foi atribuído o valor histórico para os prédios dignos de tal. Os valores foram considerados como subdivisões das Instâncias Culturais. O valor artístico (arquitetônico) se refere à Instância Morfológica. Os valores de antiguidade e histórico à Instância Cultural.

Quanto aos valores de classificação dos bens elencados como de interesse cultural em Graus de Proteção, o critério aplicado foi o de Instâncias Culturais. As 492 edificações, previamente selecionadas, foram analisadas individualmente para a atribuição de valores por meio da metodologia de Instâncias Culturais²² (IPHAE).

As Instâncias atribuídas ficaram assim divididas: a Instância Cultural foi conferida a 132 imóveis. A Morfológica para 567, sendo que alguns receberam mais de um valor estabelecido dentro dessa categoria. A Instância Funcional foi identificada em 30 edificações; a técnica, em seis. A Paisagística se aplicou a 76 dos prédios. A Legal esteve presente em 97 bens. (Figura 49).

²² Para detalhes das Instâncias Culturais ver Capítulo 1.

Figura 49 – Gráfico do somatório das Instâncias Culturais. São Leopoldo, RS.

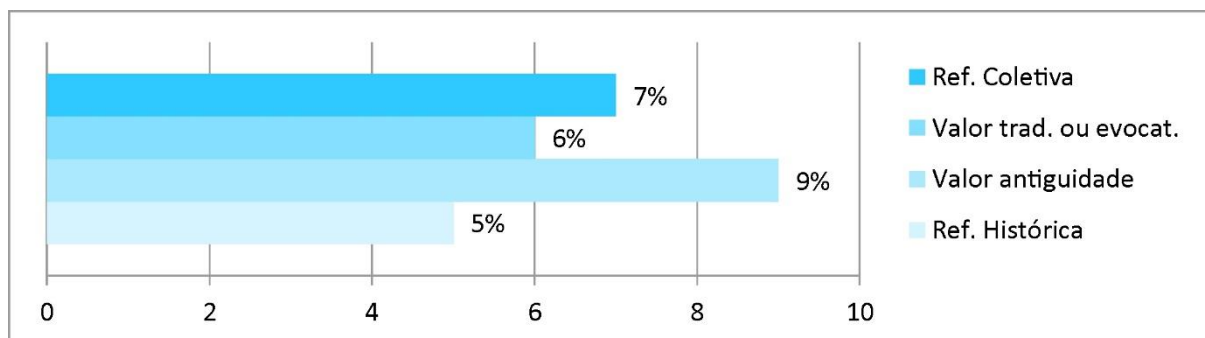


Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

A soma do número de Instâncias atribuídas (908) foi maior que o número de bens elencados (492) pois, em alguns casos, para um mesmo imóvel se atribuiu mais de uma Instância. Segundo a Tabela do IPHAE, a Instância Morfológica englobou cinco valores: arquitetônico; referência historiográfica; raridade formal; elemento referencial; compatibilidade dos anexos. Este fato explica porque o somatório de Instâncias Morfológicas atribuída (567) é mais elevado do que o número de edificações selecionadas.

A análise dos valores atribuídos aos bens de interesse cultural de São Leopoldo demonstrou que, dentro da Instância Cultural (que representou 14,5% do somatório total) predominou o valor de antiguidade, com 9% das edificações classificadas nesse item. O valor histórico (referência histórica) foi conferido a 5% dos imóveis. Os valores tradicional ou evocativo e referência coletiva, somados, foram atribuídos a 13% das edificações de interesse. Número expressivo trata de valores ligados à comunidade: como referencial, significado afetivo e referência coletiva. (Figura 50).

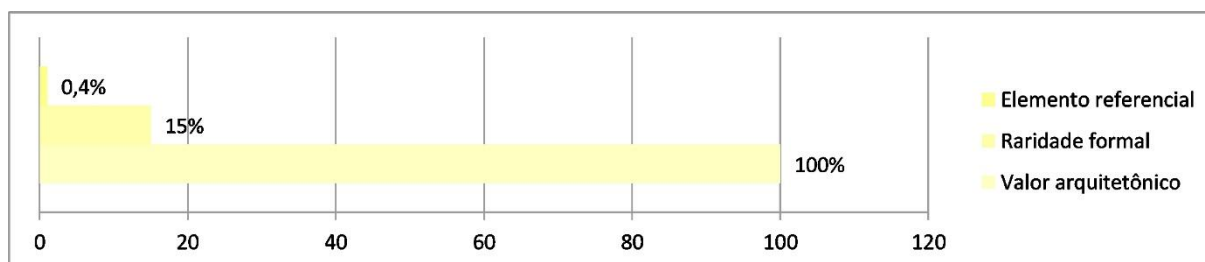
Figura 50 – Gráfico da Instância Cultural. São Leopoldo, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

Com relação à Instância Morfológica (que representou 62,4% do somatório total) o valor arquitetônico foi uma unanimidade (100%), sendo conferido a todos os imóveis. O segundo valor mais atribuído aos bens elencados foi a raridade formal (15%). Apenas 0,4% dos imóveis classificaram-se com o valor de elemento referencial. Os valores de referência historiográfica e compatibilidade dos anexos não se aplicaram a nenhum dos bens de interesse. (Figura 51).

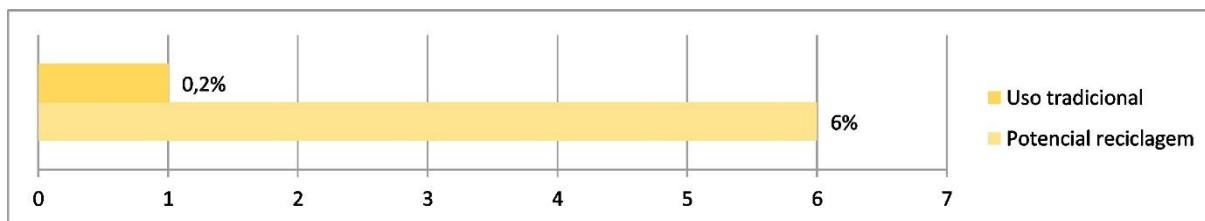
Figura 51 – Gráfico Instância Morfológica. São Leopoldo, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

Dos quatro valores que compõem a Instância Funcional – compatibilidade com a estrutura urbana, potencial de reciclagem, uso tradicional e uso peculiar – apenas dois foram atribuídos às edificações selecionadas. O valor de potencial de reciclagem para 6% dos imóveis e uso tradicional para 0,2%. (Figura 52). A Instância Funcional representou 3,3% do somatório total de instâncias.

Figura 52 – Gráfico Instância Funcional. São Leopoldo, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

Um reduzido número de bens recebeu a Instância Técnica, seis ao total. Entre esses 0,4% foi atribuído ao valor de raridade na técnica construtiva e 0,8% ao de raridade no emprego de materiais. Os valores de risco de desaparecimento e bom estado de conservação não foram aplicados. (Figura 53). A Instância Técnica representou 0,7% do somatório total de instâncias.

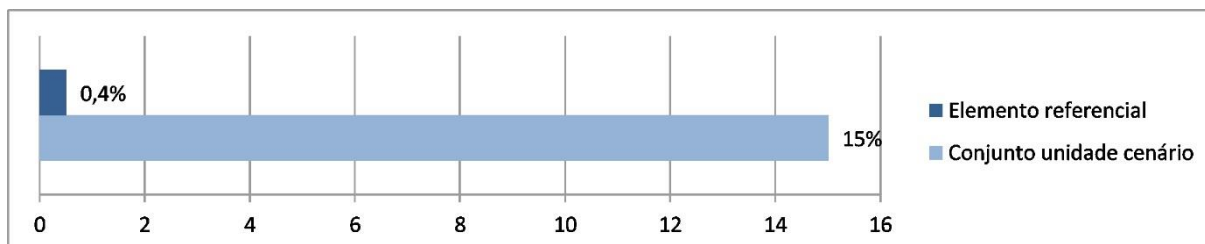
Figura 53 – Gráfico Instância Técnica. São Leopoldo, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

Quanto à Instância Paisagística (que representou 8,4% do somatório total das instâncias) o valor de conjunto de unidade cenário predominou, com 15% dos imóveis elencados. O valor elemento referencial foi conferido a 0,4% das edificações. Os valores de compatibilização com a paisagem urbana e estruturação do cenário da quadra não foram utilizados. (Figura 54).

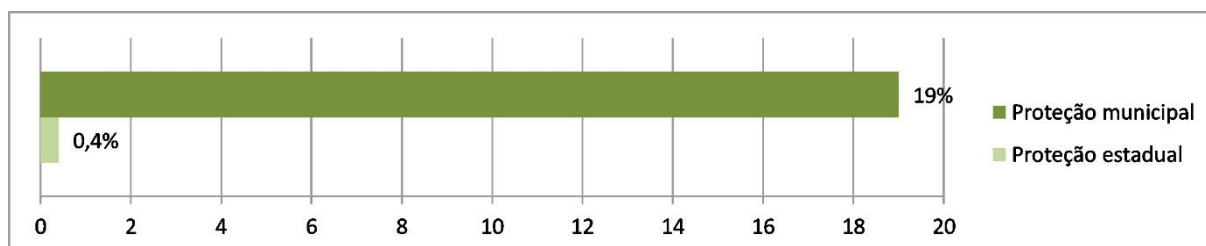
Figura 54 – Gráfico Instância Paisagística. São Leopoldo, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

Com relação à Instância Legal (que representou 10,7% do somatório total das instâncias) nenhum imóvel foi elencado no valor de proteção federal. O valor de proteção estadual se aplicou para 0,4% das edificações. Maior destaque foi conferido ao valor de proteção municipal, com 19%. (Figura 55).

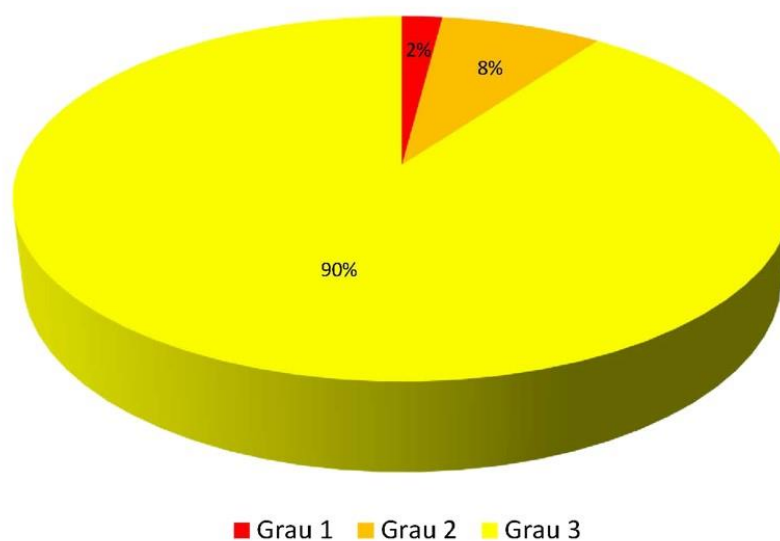
Figura 55 – Gráfico Instância Legal. São Leopoldo, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

Os imóveis foram classificados hierarquicamente nos Graus de Proteção em função do número de Instâncias atribuídas a cada um deles. Quanto maior o número de Instâncias maior o Grau de Proteção. Em São Leopoldo, 90% dos imóveis foram classificados como Grau 3 - Conservação Volumétrica. (Figura 56). Esse Grau de Proteção concentrou 80% do somatório das Instâncias atribuídas. Entre essas Instâncias, predominou a morfológica, com 57% de incidência.

Figura 56 – Gráfico de Graus de Proteção. São Leopoldo, RS.



Fonte: Elaborado pela autora com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

No Grau 2 – Conservação Intermediária, verificou-se 8% das edificações. Esse Grau recebeu 13,8% do somatório das Instâncias atribuídas. A Instância mais elencada foi a Cultural (4,8%). Como Conservação Rigorosa – Grau 1, elencaram-se nove imóveis. Esse Grau de Proteção concentrou 6,2% das Instâncias. A categoria de maior representatividade foi a Cultural, com 3,7%. (Figura 57).

Figura 57 – Quadro comparativo entre Instâncias Culturais e Grau de Proteção. São Leopoldo, RS.

				Graus de Proteção					
		unid.	%	Grau 1		Grau 2		Grau 3	
Bens elegíveis		492	100%	9	2,0%	39	8,0%	444	90,0%
Instâncias Culturais	Cultural	132	14,5%	34	3,7%	44	4,8%	54	6,0%
	Morfológica	567	62,4%	11	1,2%	40	4,4%	516	57,0%
	Funcional	30	3,3%	3	0,3%	9	1,0%	18	2,0%
	Técnica	6	0,7%	0	0,0%	2	0,2%	4	0,0%
	Paisagística	76	8,4%	1	0,1%	6	0,7%	69	8,0%
	Legal	97	10,7%	7	0,8%	24	2,6%	66	7,0%
Somatório Instâncias		908	100%	56	6,2%	125	13,8%	727	80,1%

Fonte: Elaborado pela autora (2018) com base em NEUTZLING, 2016, s.p.

Ao término do inventário, nas fichas individuais dos imóveis, denominadas M3-01, foram explicitados os valores estabelecidos aos bens como forma de promover visibilidade aos critérios de escolha e classificação adotados durante a elaboração do estudo. Este dado foi apresentado no item 13.3 – Outras informações (especializadas, temáticas). Neste item se descreveu a Instância Cultural elencada e os valores atribuídos dentro de cada Instância. (Figura 58).

Figura 58 - Imagem da ficha M3-01. São Leopoldo, RS.

Ministério da Cultura - IPHAN		Cadastro Geral - Informações Básicas	
Região do Vale do Rio dos Sinos Aparição de Jesus - Imagem do Cristo (Igreja do Retiro) Igreja Evangélica Luterana (Igreja do Retiro)		3. NATUREZA DO BEM 3.1. bem arqueológico 3.2. bem paleontológico 3.3. patrimônio natural 3.4. bem imóvel 3.5. bem móvel/integrado	
4. CLASSIFICAÇÃO Obra de arquitetura		5. PROTEÇÃO EXISTENTE 5.1. patrimônio mundial 5.2. federal/ individual 5.3. federal/ conjunto 5.4. estadual/ individual 5.5. estadual/ conjunto 5.6. municipal/ individual 5.7. municipal/ conjunto 5.8. entorno de bem protegido 5.9. nenhuma	
6. PROTEÇÃO PROPOSTA 6.1. patrimônio mundial 6.2. federal/ individual 6.3. federal/ conjunto 6.4. estadual/ individual 6.5. estadual/ conjunto 6.6. municipal/ individual 6.7. municipal/ conjunto 6.8. entorno de bem protegido 6.9. nenhuma		7. IMAGEM 	
8. CONTEXTO 8.1. rural 8.2. urbano 8.3. entorno preservado 8.4. entorno transformado 8.5. forma conjunto 8.6. bem isolado		9. PROPRIEDADE 9.1. pública 9.2. privada 9.3. mista 9.4. outra:	
10. ESTADO DE PRESERVAÇÃO 10.1. íntegro 10.2. pouco alterado 10.3. muito alterado 10.4. descaracterizado		11. ESTADO DE CONSERVAÇÃO 11.1. bom 11.2. precário 11.3. em arruinamento 11.4. arruinado	
12. PREENCHIMENTO 12.1. Entidade Responsável: Simene Rassmussen Neutz ling e Cia Ltda 12.2. Técnico Responsável: Arq. Simene Neutzling 12.3. Data: 07/2016			
13. DADOS HISTÓRICOS 13.1. Identificação do Proprietário Nome: Contatos: 13.2. Informações Históricas (síntese) Pode-se dizer que "Igreja" Evangélica chegou ao Rio Grande do Sul juntamente com a primeira leva de imigrantes alemães, em 1824. Isso pode ser afirmado tendo em vista que a grande maioria dos imigrantes que ao estado chegaram, eram evangélicos, sendo apenas outra pequena parte composta por imigrantes católicos. Conforme a Constituição do Império do Brasil de 1824, embora a religião oficial fosse o catolicismo, poderiam ser realizados cultos de outras religiões, desde que os mesmos fossem praticados em prédios sem aparência exterior de templos, fato que só foi revogado em 1889. O pastor Johann Georg Ehlers foi o primeiro pastor evangélico a chegar, juntamente com a segunda leva de imigrantes, em novembro de 1824. Seu primeiro culto foi para o Natal do mesmo ano e foi realizado nos jardins do Inspetor José Thomaz de Lima. Referências: MOEHLCKE, Germano Oscar. São Leopoldo: Retalhos de História. São Leopoldo: s/ed. 2000, p. 49-52. HARRES, Mariuza; HECK, Adalberto da Rocha. Projeto Revita: Requalificação do Patrimônio Cultural de São Leopoldo. São Leopoldo: UNISINOS, 2011. DREHER, Martin N. (Org.). Igreja de Cristo. Um templo centenário. São Leopoldo: Oikos, 2011. p.36 13.3. Outras informações (especificações, temáticas...) A edificação apresenta linguagem neogótica e tipo funcional característico (igreja). Constitui-se como uma construção de grande porte, com um pavimento e torre. Não sofreu alterações de fachada. A calçada é pavimentada com pedra. Valores estabelecidos ao bem: Instância morfológica – Valor arquitetônico – Elemento referencial; Instância cultural – Referência coletiva – Valor tradicional – valor de antiguidade – referência histórica; Instância funcional – Uso tradicional; Instância paisagística – Elemento referencial; Instância legal – Proteção municipal.			

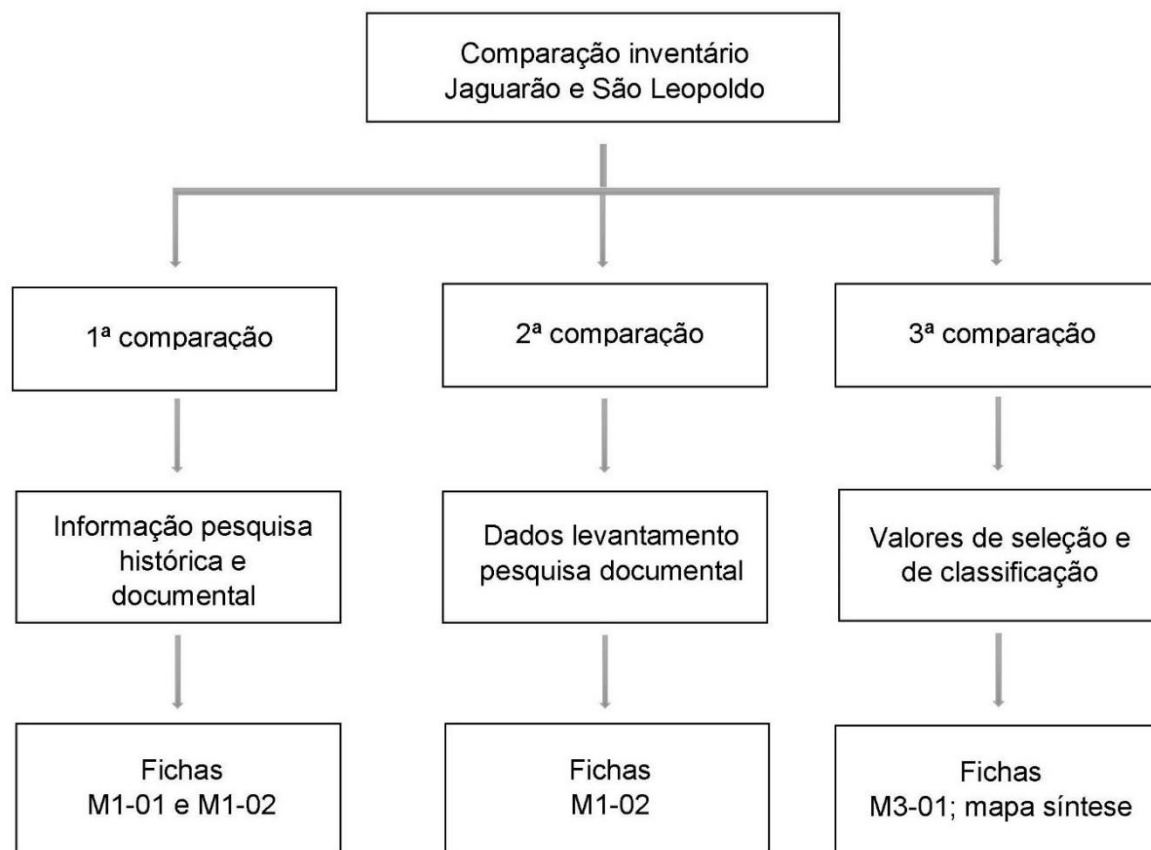
Fonte: NEUTZLING, 2009, s.p.

4.2 Comparação entre os inventários de Jaguarão e São Leopoldo

Após a identificação e a análise da forma de atribuição de valores aos bens de interesse cultural, partiu-se para a realização de estudo comparativo entre os inventários elaborados em Jaguarão e em São Leopoldo. Para a realização deste estudo, foi construído um sistema de categorias com o objetivo de comparar como foram atribuídos valores de seleção e classificação em cada uma das cidades analisadas.

Da mesma maneira que na etapa anterior, referente à análise, para a realização do estudo foram propostas três categorias de comparação entre os dados coletados em cada uma das cidades. (Figura 59). A primeira, realizada através das informações resultantes das pesquisas histórica e documental. A segunda, baseada nos dados do levantamento de campo e também na pesquisa documental. A terceira comparação se fundamentou na identificação dos valores de seleção e classificação atribuídos aos bens de interesse cultural.

Figura 59 – Esquema de comparação de inventários.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Primeira comparação – informações pesquisa histórica e documental

A primeira comparação foi realizada através da aferição das informações resultantes das pesquisas histórica e documental, decorrente da síntese das fichas M1-01 e M1-02. Teve por objetivo descrever, sucintamente, a formação e evolução do sítio. Contemplou os seguintes aspectos: população, área territorial, densidade demográfica; data de formação do povoamento; localização; colonização; períodos históricos; e ocupação da terra e vocação.

O significado desta comparação residiu no entendimento da importância da leitura e análise do sítio como parte fundamental para o estabelecimento de valores de seleção e hierarquias para a classificação dos bens. Consistiu em uma apreciação realizada do macro para o micro; do sítio para os bens.

O município de Jaguarão apresentou população absoluta de 28.310 habitantes, área territorial de 2.054,382 Km² e densidade demográfica de 13,60 hab./Km². O ano de 1803 marcou a formação inicial do povoamento. Localizada geograficamente na

área de fronteira com o Uruguai, foi colonizada por portugueses, com o objetivo de defesa do território.

Entre os principais períodos históricos, de 1803 a 1832, ocorreu a consolidação da fronteira. De 1832 a 1855, o desenvolvimento urbano. Entre 1855 e 1870, a elevação à categoria de cidade e a crise. A cidade viveu seu período áureo entre os anos de 1870 e 1910. Suas terras foram ocupadas por grandes propriedades rurais de vocação agropastoril.

O município de São Leopoldo apresentou população absoluta de 228.370 habitantes, área territorial de 102,738 Km² e densidade demográfica de 2.083,82 hab./Km². A formação inicial do povoamento ocorreu em 1824. Localizada geograficamente na área central do Estado, foi colonizada por alemães, com objetivo de povoamento da região.

Entre os principais períodos históricos, entre 1788 e 1824, a região foi ocupada pela Real Feitoria do Linho Cânhamo. No período entre 1824 e 1846, ocorreu a instalação da Colônia de São Leopoldo. Entre 1846 a 1889, foi elevada à categoria de Vila e, posteriormente, à cidade. A partir de 1889, até os anos de 1912, viveu período de estagnação. Suas terras foram inicialmente ocupadas com pequenas propriedades rurais. A vocação da região ficou evidenciada pelas atividades fabris. (Figura 60).

Figura 60 - Quadro comparativo entre os municípios de Jaguarão/RS e São Leopoldo/RS.

Dados	Jaguarão	São Leopoldo
População em 2015 (hab.)	28.310	228.370 (8x)
Área territorial (Km²)	2.054,38	102,73 (4%)
Densidade demográfica (hab./Km²)	13,60	2.083,82 (160x)
Data formação do povoamento	1803	1824
Localização	fronteira	centro
Colonização	portuguesa defesa do território	alemã povoamento
Períodos históricos	(1803-1832) consolidação fronteira	(1788-1824) Real Feitoria
	(1832-1855) afirmação urbana	(1824-1846) Colônia de São Leopoldo
	(1855-1870) elevação à cidade e crise	(1846-1889) Vila e cidade
	(1870-1910) período áureo	(1889-1912) estagnação
Ocupação da terra e vocação	Latifúndio agropastoril	Pequenas propriedades fabril

Fonte: Elaborado pela autora (2018) com base em NEUTZLING, 2009b, s.p. e NEUTZLING, 2016, s.p.

Segunda comparação – dados do levantamento e pesquisa documental

A segunda comparação foi realizada através de avaliação dos dados obtidos no levantamento de campo e na pesquisa documental. Consistiu no resultado da síntese das informações contidas nas fichas M1-02 dos inventários realizados. Teve por objetivo apresentar um panorama geral sobre os bens de interesse cultural elencados nas duas cidades. Contemplou os seguintes aspectos: contexto, propriedade, estado de preservação, estado de conservação, proteção existente e proteção proposta.

Com relação ao contexto, os bens de interesse localizados em Jaguarão apresentaram o entorno mais preservado que em São Leopoldo. A presença de

conjuntos de edificações de interesse também foi maior. Em São Leopoldo prevaleceram os bens isolados.

Quanto à propriedade, as duas cidades praticamente se equivaleram em número de imóveis públicos, particulares e mistos. Com relação ao estado de preservação, Jaguarão concentrou as edificações mais íntegras e as mais descaracterizadas. (Figura 61).

Figura 61 - Quadro comparativo entre os centros históricos de Jaguarão/RS e São Leopoldo/RS

Aspecto	Situação	Jaguarão (% sobre total elencados)	São Leopoldo (% sobre total elencados)
Contexto	Entorno preservado	52,0	0
	Entorno transformado	48,1	100,0
	Forma conjunto	29,0	15,5
	Bem isolado	71,0	84,5
Propriedade	Pública	4,1	3,5
	Privada	95,7	96,3
Estado de preservação	Íntegro	43,7	39,5
	Pouco alterado	27,8	33,0
	Muito alterado	19,2	25,0
	Descaracterizado	9,3	2,5
Estado de conservação	Bom	82,0	72,0
	Precário	17,3	28,0
	Em arruinamento	0,5	-
	Arruinado	0,2	-
Proteção existente	Estadual individual	0,6	0,6
	Municipal individual	27,0	16,7
	Municipal conjunto	8,5	-
	Sem proteção	64,4	82,7
Proteção proposta	Estadual individual	0,5	1,0
	Municipal individual	75,0	17,0
	Municipal conjunto	24,5	0

Fonte: Elaborado pela autora (2018) com base em NEUTZLING, 2009b, s.p. e NEUTZLING, 2016, s.p.

Terceira comparação – valores de seleção e classificação

A terceira comparação foi realizada através da checagem dos valores de seleção e classificação atribuídos aos bens de interesse cultural. Resultado da análise das fichas M3-01 e do Mapa Síntese elaborado para cada uma das cidades estudadas. Contemplou os seguintes aspectos: dados gerais; valores de seleção; Graus de Proteção e valores de classificação.

Em São Leopoldo a área estudada e, conseqüentemente, o número de lotes foi maior. Nessa cidade, o inventário estabeleceu três Zonas de Ambiência e quatro Zonas de Entorno. Elencou 492 bens de interesse. Em Jaguarão, através do inventário, se constituíram quatro Áreas de Tombamento e seis Áreas de Entorno.

A seleção dos imóveis, primeiramente, é realizada durante o levantamento de campo, por meio da observação das características externas das edificações. Após, aos dados levantados *in loco* são acrescentadas as informações referentes às pesquisas histórica e documental.

Com relação aos valores de seleção, o critério para a escolha dos bens de interesse foi o mesmo nas duas cidades. Durante o levantamento de campo, atribuiu-se às edificações, dentro da área de estudo, os valores artístico e de antiguidade. No inventário de São Leopoldo, acrescentou-se o valor histórico como critério de seleção dos imóveis.

Os valores artístico e de antiguidade foram atribuídos *in loco*, no momento da identificação do prédio. Conferiu-se o valor histórico num segundo momento, após a realização de pesquisa histórica e documental, onde se identificaram os imóveis possuidores desse atributo.

Quanto aos Graus de Proteção, Jaguarão apresentou um maior número de edificações nos Graus 1 e 2 – Conservação Rigorosa e Conservação Intermediária. Em São Leopoldo, houve concentração dos imóveis no Grau 3 – Conservação Volumétrica.

Através da análise do Mapa Síntese foi possível realizar a identificação da localização dos bens de interesse. O Mapa permitiu também o estabelecimento de relação entre o Grau de Proteção atribuído e a implantação dos imóveis nas Zonas de Proteção. Concluiu-se que as edificações com grau mais elevado predominaram nos núcleos mais antigos.

Este dado reforçou a importância do valor de antiguidade do sítio, que pode ser demonstrado pela evolução urbana. Sugere, também, a necessidade de atribuição de

valores para as diferentes Zonas dos sítios estudados como forma de auxílio na construção de uma hierarquia de valores a ser adotada para o inventário. (Figura 62)

Figura 62 – Quadro comparativo dos valores de seleção e graus de proteção entre Jaguarão/RS e São Leopoldo/RS.

		JAGUARÃO	SÃO LEOPOLDO
Dados gerais	Ano do inventário	2009	2016
	Área estudada	124 quarteirões	207 quarteirões
		3.083 lotes	3.657 lotes
	Zonas de Proteção propostas	4 áreas de tombamento	3 zonas de ambiência
		6 áreas de entorno	4 zonas de entorno
	Bens elencados	632	492
Valores de seleção (referentes ao levantamento de campo)	De antiguidade	632	492
	Artístico	632	492
	Histórico	0	25

Fonte: Elaborado pela autora (2018) com base em NEUTZLING, 2009b, s.p. e NEUTZLING, 2016,s.p.

Quanto aos valores de classificação dos bens em Graus de Proteção, foram adotados critérios diferentes nas duas cidades estudadas. Em Jaguarão, considerou-se os valores histórico e artístico. Em São Leopoldo, as Instâncias Culturais. Além de critérios diferentes, a conceituação utilizada para alguns dos valores adotados em cada cidade também foi distinta.

Em Jaguarão, se considerou como valor histórico a presença de informações históricas nas fichas M3-01. Esse valor não foi explicitado como critério de classificação dos bens, mas, através da análise das fichas das edificações elencadas, se estabeleceu uma relação direta entre a quantidade de informações históricas e o Grau de Proteção. Quanto maior o número de informações históricas, mais elevado o Grau de Proteção.

Em São Leopoldo, o valor histórico, classificado junto à Instância Cultural, foi entendido como ‘fato histórico de interesse para a comunidade’. O valor de antiguidade considerado na etapa de seleção como ‘relação ao aspecto não moderno

da edificação’ na fase de classificação representou um ‘marco histórico no processo de transformação da cidade’. (Figura 63).

Figura 63 – Quadro comparativo dos valores de classificação entre Jaguarão/RS e São Leopoldo/RS.

			JAG.	SÃO LEO.
Valores de classificação	Critérios adotados	Valor histórico	20	-
		Valor artístico	632	-
	Instância Cultural	Referência histórica	-	25
		Valor de antiguidade	-	46
		Valor tradicional ou evocativo	-	29
		Referência coletiva	-	32
	Instância Morfológica	Valor arquitetônico	-	492
		Referência historiográfica	-	0
		Raridade formal	-	73
		Elemento referencial	-	2
		Compatibilidade anexos	-	0
	Instância Funcional	Compatibilização estrutura urbana	-	0
		Potencial de reciclagem	-	29
		Uso tradicional	-	1
		Uso peculiar	-	0
	Instância Técnica	Raridade técnica construtiva	-	2
		Raridade emprego de materiais	-	4
		Risco de desaparecimento	-	0
		Bom estado de conservação	-	0
	Instância Paisagística	Compatibilização paisagem urbana	-	0
		Conjunto de unidade – cenário	-	74
		Estruturação do cenário da quadra	-	0
		Elemento referencial	-	2
	Instância Legal	Proteção federal	-	0
		Proteção estadual	-	2
		Proteção municipal	-	95
Graus de Proteção	C1 - Conservação Rigorosa		7%	2%
	C2 - Conservação Intermediária		21%	8%
	C3 – Conservação Volumétrica		72%	90%

Fonte: Elaborado pela autora (2018) com base em NEUTZLING, 2009b, s.p. e NEUTZLING, 2016,s.p.

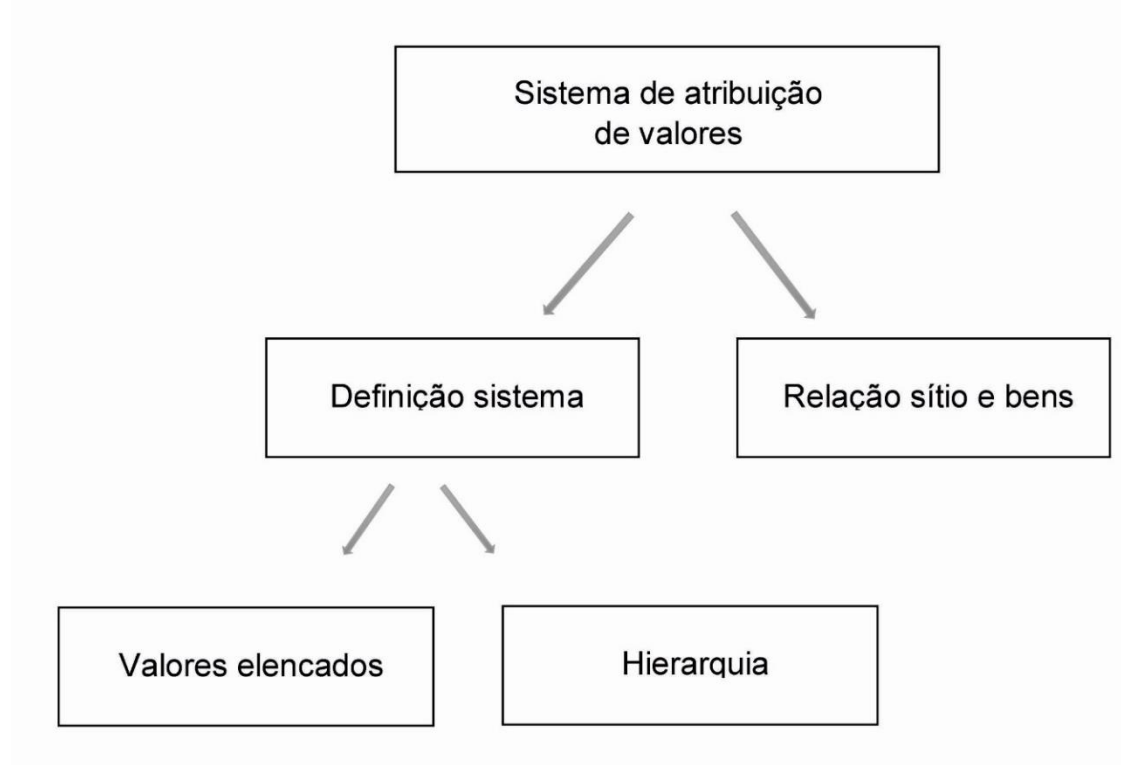
4.3 Proposta de um sistema hierárquico de atribuição de valores

Após a identificação, a análise e a comparação da forma de atribuição de valores ao patrimônio, partiu-se para a tentativa de elaboração de um sistema de atribuição de valores para os inventários. O objetivo foi contribuir para a seleção e classificação dos bens de interesse cultural.

Para o desenvolvimento desse sistema, em primeiro lugar, realizou-se a definição dos valores a serem utilizados. Em segundo lugar, procedeu-se a indicação dos critérios para a construção de uma estrutura hierárquica dos valores elencados (LACERDA; ZANCHETTI, 2012).

A elaboração da proposta do sistema de atribuição de valores se dividiu em duas etapas. A primeira contemplou a definição do sistema com a apresentação dos valores elencados e sua hierarquia. A segunda tratou do estabelecimento da relação entre o sítio estudado e os bens elencados. Posteriormente a estas duas etapas de elaboração do sistema de atribuição de valores proposto apresentou-se uma possibilidade do mesmo. (Figura 64).

Figura 64 – Esquema de Sistema de Atribuição de Valores.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

a) Sistema hierárquico de valores e a relação entre sítios e bens

Primeira etapa – definição do Sistema

O sistema de atribuição de valores aos bens de interesse do patrimônio cultural foi baseado no conceito de significância cultural. Esse conceito se fundamentou na ideia de que os valores são o resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes de um objeto. Considerou o julgamento realizado no presente, apoiado em instrumentos de memória, reconhecidos pela sociedade (LACERDA e ZANCHETI, 2012).

Apresentação dos valores elencados

Tendo como pressuposto a análise dos valores propostos por Riegl, Curtis, Lacerda e pelo IPHAE, desenvolveu-se uma proposta de valores de seleção e de classificação composta por seis categorias ou instâncias. Antiguidade; Histórico-cultural; Morfológico; Paisagístico; Simbólico e Legal. (Figura 65).

Figura 65 – Esquema de Valores Propostos



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A Instância de antiguidade foi compreendida como a relação com o aspecto não moderno da edificação (RIEGL, 2014). A Instância histórico-cultural baseou-se na ideia de passado culturalmente construído, onde o valor histórico está impregnado de

valor cultural na medida em que reforça a identidade social. O valor cultural está diretamente relacionado ao valor histórico (LACERDA, 2012). Subdividiu-se em referência histórica e elemento referencial.

A referência histórica relacionou-se a marco histórico no processo de transformação da cidade, ou a fato histórico de interesse para a comunidade em nível local, estadual ou nacional. O elemento referencial foi compreendido como o bem de destaque no sítio que se tornou referência na localidade.

A Instância Morfológica considerou o sentido primeiro da palavra, ou seja, se referiu à 'aparência externa da matéria'. Incorporou os valores artísticos e técnicos diretamente ligados à arquitetura. Esta categoria subdividiu-se em quatro valores: arquitetônico; de raridade formal; de raridade na técnica construtiva; e de raridade no emprego de materiais.

O valor arquitetônico foi empregado para edificações que apresentaram interesse pelas qualidades formais apresentadas. O valor de raridade formal foi aplicado para edificações de expressão incomum de manifestação da cultura regional ou qualificada, por formas valorizadas. O valor de raridade na técnica construtiva foi utilizado para imóveis executados através de técnica construtiva infrequente. O valor de raridade no emprego de materiais foi adotado para os prédios onde foram empregados materiais que estão em desuso (IPHAE 2012).

A Instância Paisagística considerou as questões relativas à paisagem do sítio. Esta categoria subdividiu-se em compatibilização com a paisagem urbana e conjunto de unidades. O valor de compatibilização com a paisagem urbana foi considerado para os prédios em harmonia com a diversidade da paisagem e com o contexto urbano, seja em escala e/ou tipologia. O valor de conjunto de unidades se aplicou quando a inexistência de uma edificação descaracteriza o cenário que compõe. O valor reside no conjunto de unidade.

A Instância Simbólica foi considerada como aquela que apresentou significado referencial e/ou afetivo para a comunidade. Reuniu os valores tradicional ou evocativo e referência coletiva atribuídos pelo IPHAE. Esta categoria responde às necessidades múltiplas dos habitantes em termos de conhecimento, de rememoração e, em extensão, do permanente processo de criação e recriação da identidade coletiva (LACERDA, 2012).

A Instância Legal se destinou aos bens já possuidores de proteção legal em alguma das esferas governamentais. Esta categoria subdividiu-se em proteção

federal, estadual e municipal, contemplando as edificações com incidência de legislação de preservação em um desses três níveis. (Figura 66).

Figura 66 – Quadro resumo Sistema de Valores Proposto

Sistema de Valores Proposto	
Instância de Antiguidade	
Valor de antiguidade	Relacionado ao aspecto não moderno da edificação
Instância Histórico-Cultural	
Referência histórica	Fato histórico de interesse para a comunidade em nível local, estadual ou nacional Marco histórico no processo de transformação da cidade
Elemento referencial	Destaque no sítio, torna-se referência
Instância morfológica	
Valor arquitetônico	Edificações que oferecem interesses pelas qualidades formais que apresentam
Raridade formal	Expressão rara de manifestação da cultura regional ou qualificada, por formas valorizadas
Raridade na técnica construtiva	Execução através de técnica construtiva rara
Raridade no emprego de materiais	Emprego de materiais em desuso
Instância Paisagística	
Compatibilização com a paisagem urbana	Em harmonia com a diversidade da paisagem, com o contexto urbano, seja em escala e/ou tipologia
Conjunto de unidades – cenário	Sua inexistência descaracteriza o cenário que compõe. O valor da unidade existe no conjunto de unidades
Instância Simbólica	
Valor simbólico	Significado referencial ou afetivo para a comunidade. Por seu significado torna-se ponto de referência coletiva
Instância Legal	
Proteção federal	Incidência de legislação de preservação em nível federal
Proteção estadual	Incidência de legislação de preservação em nível estadual
Proteção municipal	Incidência de legislação de preservação em nível municipal

Fonte: Elaborado pela autora (2018) a partir de uma revisão dos valores de atribuição presentes nos estudos de CURTIS, 2003; IPHAE, 2012; RIEGL, 2014; LACERDA, 2012.

Proposta de hierarquia para os valores estabelecidos no sistema

A proposta de aplicação do Sistema foi fundamentada na ideia de que para a seleção dos bens de interesse cultural se atribuisse, no mínimo, um dos valores elencados no Sistema. Para um mesmo imóvel, poderia ser conferido mais de um valor de uma mesma Instância ou de Instâncias diferentes, todos esses relacionados diretamente às características apresentadas pela edificação.

Após a seleção, os bens de interesse são classificados em Graus de Proteção para o estabelecimento das diretrizes de gestão e preservação específicas para cada um dos imóveis. A partir da necessidade de classificação dos bens em Graus de Proteção, foi desenvolvida a proposta de hierarquia para os valores estabelecidos no Sistema. Teve por objetivo estabelecer níveis hierarquicamente diferentes e necessários entre os valores componentes das Instâncias elencadas no Sistema.

O critério utilizado para a construção de uma hierarquia das Instâncias reavaliou os aspectos apresentados por Norma Lacerda (2012). A partir desse pressuposto, considerou-se para a montagem do sistema hierárquico que os valores mais elevados são os de maior duração. Que os valores serão tanto mais elevados e valiosos quanto menos divisíveis forem. O valor que serve de fundamento a outros é mais elevado e valioso que os que, hierarquicamente, estão vinculados a ele. E, que os valores são tão mais elevados e valiosos quanto maior for a satisfação que a sua realização produz nas pessoas.

A partir da consideração destes aspectos, se estabeleceu a hierarquia para os valores propostos. A Instância de Antiguidade foi considerada a de maior valor, seguida pela Histórico-Cultural. A Instância Morfológica ficou em terceiro lugar na ordem de classificação. Após, a Paisagística, depois Simbólica e, por fim, a Legal.

Posteriormente a definição da ordem hierárquica das Instâncias, foi elaborado um mecanismo como forma de quantificação dos valores estabelecidos. A proposta se baseou na seguinte regra: para cada valor atribuído ao bem, se considerou um ponto. Para cada Instância se determinou um fator de multiplicação, variável de um a seis, diretamente relacionado à ordem hierárquica dessa Instância. Para o nível mais alto, foi considerado fator seis, para o mais baixo, fator um. (Figura 67).

Figura 67 – Quadro de hierarquia Sistema de Valores

Hierarquia do Sistema de Valores			
Instância	Valor	Pontuação	Fator de multiplicação
De Antiguidade	Valor de antiguidade	1	6
Histórico-Cultural	Referência histórica	1	5
	Elemento referencial	1	
Morfológica	Valor arquitetônico	1	4
	Raridade formal	1	
	Raridade na técnica construtiva	1	
	Raridade no emprego de materiais	1	
Paisagística	Compatibilização com a paisagem urbana	1	3
	Conjunto de unidades – cenário	1	
Simbólica	Valor tradicional, evocativo, referência coletiva	1	2
Legal	Proteção federal	1	1
	Proteção estadual	1	
	Proteção municipal	1	

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Segunda etapa – relação entre sítio e bens

O Sistema proposto de atribuição de valores aos bens de interesse do patrimônio cultural foi desenvolvido para aplicação tanto nos sítios quanto nas edificações estudadas. A fundamentação dos critérios que determinaram a hierarquia dos valores de preservação foi baseada na valorização da identidade do lugar.

Considerou-se que a leitura e análise das características do sítio valorizaram as raízes locais, elencando como patrimônio digno de preservação aqueles exemplares significativos para comunidade. Estes bens seriam resultantes diretos do processo de evolução e desenvolvimento da região.

A atribuição de valores ao sítio teve como objetivo auxiliar na classificação das zonas de preservação. Essas zonas são áreas de proteção estabelecidas a partir da

análise dos condicionantes históricos e geográficos, da pesquisa documental e dos dados obtidos durante a realização do levantamento de campo. Nas cidades estudadas, foram propostos dois tipos de zonas: um mais rigoroso, onde, normalmente, concentraram-se as edificações de interesse; outro de transição, que funcionou como uma área de amortecimento de impactos sobre o patrimônio cultural.

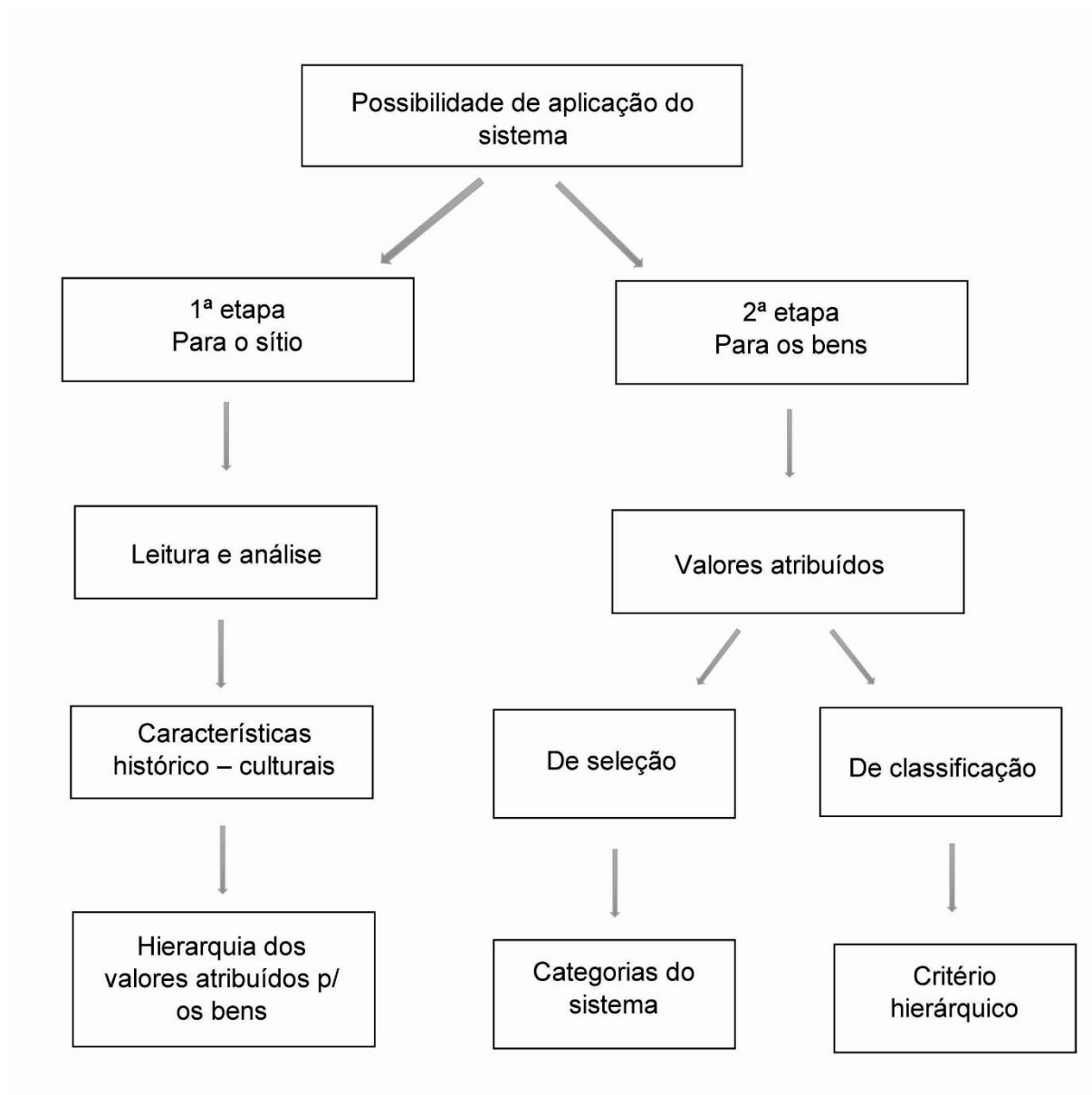
A relação entre o sítio e os bens foi compreendida como uma questão de escala de análise. Os valores histórico-culturais característicos do sítio deveriam ser estendidos para os bens. Esta categoria de valor foi responsável pela ligação da leitura do sítio com a escolha dos bens através da transmissão de camadas de significância cultural.

b) Possibilidade de aplicação do Sistema

Concluída a definição dos valores e hierarquia do Sistema de valores, e o estabelecimento da relação entre sítio e bens, a etapa seguinte consistiu no desenvolvimento de possibilidades de aplicação deste sistema.

A proposta de aplicação se dividiu em duas etapas. A primeira para o sítio, onde, a partir da leitura e análise do mesmo, se elencaram as características histórico-culturais de maior relevância para a formação da região. A segunda, para os bens. Neste caso, primeiramente, se atribuiu valor para a seleção das edificações e, posteriormente, para a classificação destes imóveis em Graus de Proteção. (Figura 68).

Figura 68 – Esquema de possibilidade de aplicação do Sistema.

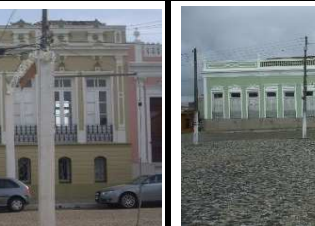
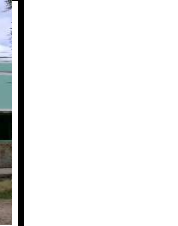


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

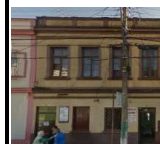
No que se refere aos valores de seleção, utilizou-se a listagem de categorias propostas no Sistema. Quanto aos valores de classificação dos bens em Graus de Proteção, aplicou-se o critério hierárquico estabelecido por esse Sistema.

Para a implementação das simulações de aplicação, selecionou-se uma amostragem dos imóveis classificados nos três diferentes Graus de Proteção para a realização dos testes. Para a simulação em Jaguarão e São Leopoldo, foram escolhidas, de forma aleatória, nove edificações de cada Grau para a avaliação. A quantidade de nove prédios foi delimitada em virtude do número de imóveis classificados com Grau 1 em São Leopoldo.

Figura 69 - Simulação do Sistema de Atribuição de Valores. Jaguarão, RS.

																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Critérios adotados	Valores de classificação		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório		pontuação		somatório			

141

																																																																																																										
--	--	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

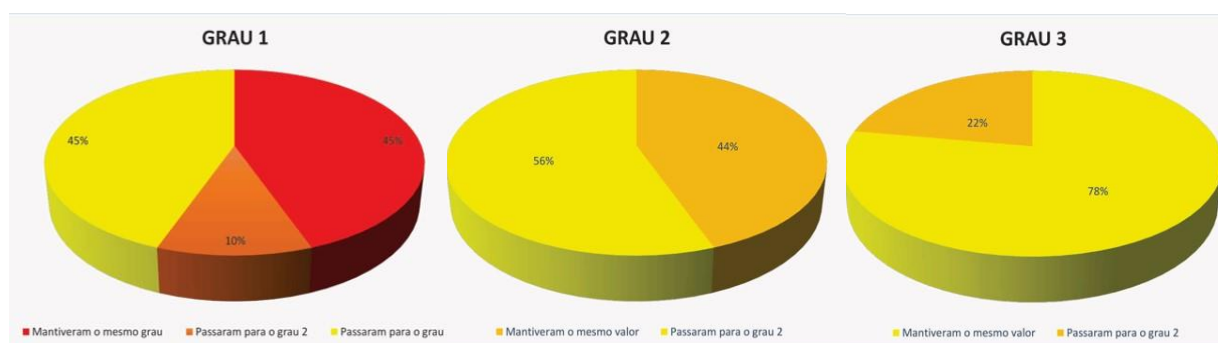
Análise das simulações

Para a amostragem de imóveis de São Leopoldo, se destacaram os valores de seleção estabelecidos conforme a Tabela do IPHAE. Para a análise comparativa, na parte referente à classificação em Graus de Proteção, utilizou-se o mesmo critério adotado no inventário realizado. Cada valor recebido correspondeu a um ponto. Quanto mais elevada a pontuação recebida pela edificação, mais elevado o Grau de Proteção estabelecido.

Para a realização da simulação, atribuiu-se aos imóveis indicados os valores de seleção estabelecidos pelo Sistema. Após, para a classificação em Graus de Proteção, utilizou-se a escala hierárquica com aplicação do fator de multiplicação (Figura 67). Com relação a análise da troca de Graus ocorrida após a simulação de aplicação do Sistema ficou constatado que nas duas cidades a variação ocorreu de forma semelhante. Nos dois casos, a alteração no Grau 1 e no Grau 3 foi praticamente a mesma. No Grau 2, houve maior diferença.

Em Jaguarão, das nove edificações avaliadas no Grau 1, quatro (45%) permaneceram no mesmo Grau. Um imóvel (10%) passou para o Grau 2. Os outros quatro prédios (45%) passaram para o Grau 3. A análise das edificações classificadas em Grau 2 demonstrou que quatro (44%) dos imóveis mantiveram o mesmo Grau. Cinco (56%) passaram para o Grau 3. Entre os prédios classificados em Grau 3, dois (22%) passaram para o Grau 2. Os outros sete imóveis (78%) se mantiveram no Grau 3. (Figura 71).

Figura 71 – Gráfico de variação dos Graus de Proteção. Jaguarão, RS.

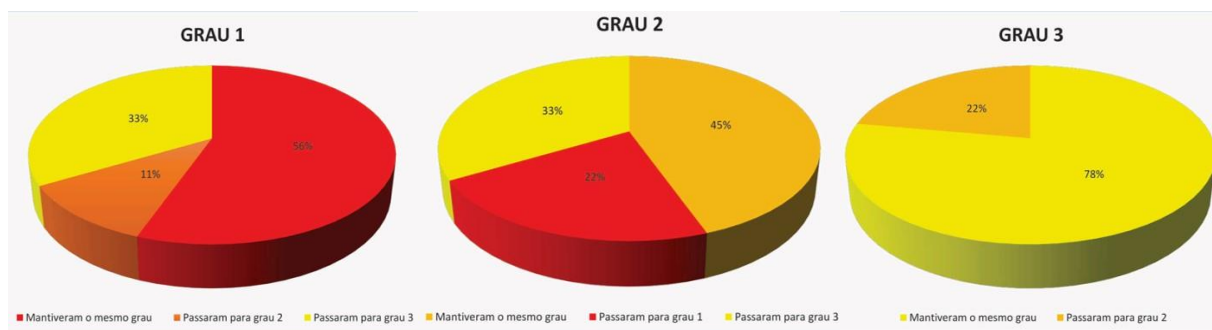


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Em São Leopoldo, das nove edificações avaliadas no Grau 1, cinco (56%) permaneceram no mesmo Grau. Um imóvel (10%) passou para o Grau 2. Os outros três prédios (45%) passaram para o Grau 3. A análise das edificações classificadas

em Grau 2 demonstrou que quatro (45%) dos imóveis mantiveram o mesmo Grau. Três (33%) passaram para o Grau 3. Dois prédios (22%) se elevaram para o Grau 1. Entre os prédios classificados em Grau 3, dois (22%) passaram para o Grau 2. Os outros sete imóveis (78%) se mantiveram no Grau 3. (Figura 72).

Figura 72 – Gráfico de variação dos Graus de Proteção. São Leopoldo, RS.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Através da análise da simulação, constatou-se que a aplicação do Sistema de atribuição de valores alterou a classificação dos imóveis nos Graus de Proteção. Ficou demonstrado, também, que, através do Sistema, os critérios que levaram a edificação a pertencer a determinado Grau de Proteção aparecem de forma explícita. Este entendimento, por conseguinte, será capaz de auxiliar diretamente na tomada de decisões sobre o bem nas questões referentes à preservação do patrimônio.

4.4 Considerações parciais

Este capítulo analisou a forma de atribuição de valores empregada na elaboração dos inventários de Jaguarão e São Leopoldo e apresentou proposições para um Sistema de Atribuição de Valores ao patrimônio arquitetônico urbano.

A metodologia SICG/IPHAN mostrou-se eficaz para a realização do levantamento, análise e cadastro dos itens necessários para a leitura e compreensão dos sítios. Quanto à atribuição de valores aos bens inventariados foi identificada uma lacuna na metodologia referente a este tema.

Quanto aos valores de seleção, no inventário de Jaguarão os critérios utilizados para a escolha dos bens de interesse cultural foram os valores de antiguidade e

artístico. No inventário de São Leopoldo a escolha dos bens foi realizada através da atribuição de valores baseada na Tabela de Instâncias Culturais do IPHAE.

Ficou constatado que o método aplicado facilitou a escolha dos bens de interesse e contribuiu para explicitar os valores elencados. Demonstrou ampliação dos valores utilizados na escolha das edificações de interesse cultural. Nesse inventário, o valor histórico foi adotado para a seleção dos bens de interesse, durante a etapa do levantamento de campo.

Quanto aos valores de classificação, evidenciou que a aplicação do critério estabelecido pelas Instâncias Culturais do IPHAE auxiliou na categorização dos bens em Graus de Proteção. Contudo, não foi construído um sistema de hierarquização desses valores. Todos os itens foram avaliados em relação aos mesmos pesos, em termos de pontuação, resultando em sua classificação, assim, na soma direta dos pontos obtidos.

A comparação entre os dois inventários realizados corroborou a necessidade do estabelecimento de critérios para a seleção e classificação dos bens de interesse cultural. A forma de atribuição de valores ao patrimônio arquitetônico urbano evoluiu do inventário realizado em Jaguarão para o de São Leopoldo. O segundo, apesar de apresentar os valores de seleção, não discorreu sobre os critérios para a classificação em Graus de Proteção.

Em função da necessidade de hierarquização – reconhecida durante o processo de elaboração dos inventários – esta dissertação apresentou proposições para a construção de um Sistema de Atribuição de Valores ao patrimônio arquitetônico urbano. Através da análise dos valores propostos pelos autores estudados, nesta investigação, propusemos um conjunto de valores aplicáveis a seleção e classificação dos imóveis a serem inventariados.

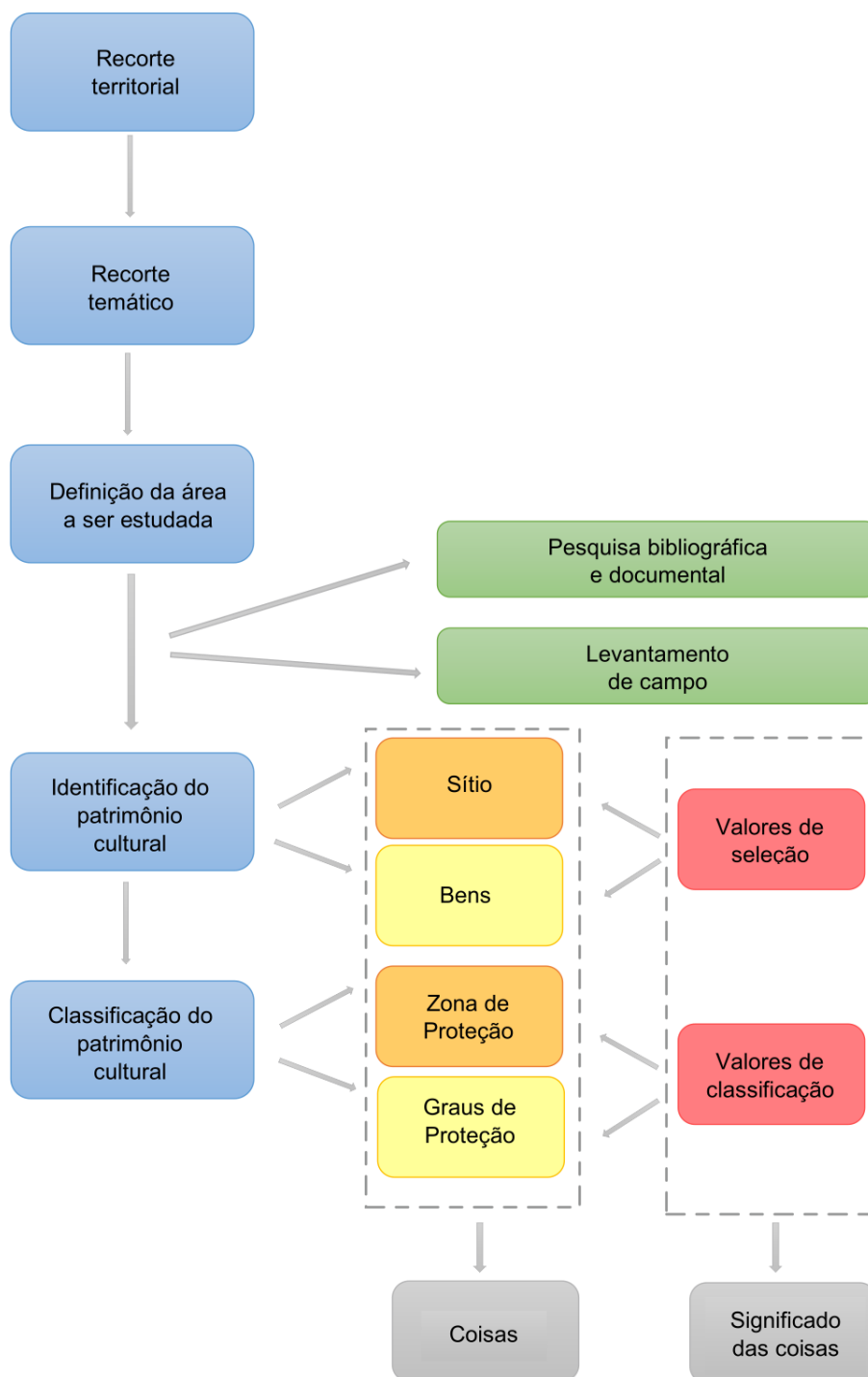
O Sistema de Valores Proposto foi desenvolvido para ser aplicado como instrumento de identificação e classificação do patrimônio cultural. Conforme **já** explicitado anteriormente, os inventários foram desenvolvidos através de uma sequência de etapas. Primeiramente se estabeleceu um recorte territorial, após um recorte temático e, posteriormente a definição da área a ser estudada.

Sobre a área estudada se realizou a pesquisa bibliográfica e documental e o levantamento de campo. Nesta etapa o Sistema de Valores Proposto foi aplicado como instrumento de identificação do patrimônio cultural através do estabelecimento de valores de seleção para os sítios e para os bens estudados. Após a fase de

identificação, se utilizou o Sistema de Valores Proposto para a classificação do patrimônio cultural com o estabelecimento de Zonas e Graus de Proteção.

Sendo assim, através do estabelecimento de um Sistema de Valores para as ‘coisas’ (sítio e bens) procurou-se demonstrar que atribuição de valores de seleção e classificação é forma de outorgar ‘significado as coisas’. (Figura 73).

Figura 73 – Esquema de atribuição de valores.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o surgimento dos inventários, durante a Revolução Francesa, foram utilizados valores para elencar aquilo que seria inventariado. A questão da atribuição de valor se faz necessária, tanto para o desenvolvimento de inventários participativos como para a metodologia utilizada pelos órgãos que lidam oficialmente com o patrimônio.

Assim como o conceito de patrimônio, o conceito de inventário vem sendo ampliado. As metodologias de aplicação dessa ferramenta têm avançado. Os responsáveis pela escolha e determinação daquilo que é patrimônio, porém, continuam os mesmos: os técnicos. A ampliação da participação nos inventários deve ser buscada com a inclusão de outros olhares e outros profissionais na elaboração desses estudos. A inclusão da comunidade nesse processo é outra necessidade premente.

A metodologia utilizada para a elaboração dos inventários analisados nesta pesquisa não foi apresentada de forma explícita e individual para cada uma das edificações elencadas no inventário, na identificação e seleção de imóveis de interesse cultural. Essa ausência acarretou uma série de dificuldades para os técnicos das prefeituras locais, no momento em que precisavam fornecer pareceres aos proprietários, “justificando” a inclusão de seus imóveis no inventário.

Igualmente, tornou-se dificultoso o estabelecimento de critérios de intervenção para os projetos de revitalização, requalificação e reciclagem. A classificação em graus de proteção existente na metodologia SICG/IPHAN é, em boa medida, subjetiva, e, na maioria das vezes, fica restrita apenas aos atributos estéticos da edificação.

Nos dois inventários estudados, o valor arquitetônico foi o mais utilizado para a seleção dos bens de interesse. Esse valor abrange vários processos de elaboração do patrimônio. Os materiais, as técnicas e as pessoas envolvidas na construção das edificações estão nele representados. As questões referentes ao: ‘quem fez’, ‘como fez’ e ‘por quê fez’ deveriam também ser elucidadas, neste ponto. É a distinção entre as coisas e o valor das coisas.

O inventário busca trazer um reconhecimento em nível local do patrimônio. Diferentemente do tombamento, não está baseado em critérios de excepcionalidade e/ou monumentalidade; trata de um patrimônio mais homogêneo, construído com

materiais e mão de obra local, adequando linguagens arquitetônicas, técnicas e sistemas construtivos aos condicionantes legais.

* * *

Esta investigação foi desenvolvida com o intuito de viabilizar e aperfeiçoar a aplicação prática dos principais referenciais teóricos existentes. Apresentou, como objetivo principal, a avaliação da metodologia de realização de inventários SICG/IPHAN no que se refere à atribuição de valores aos bens de interesse cultural. O estudo transcorreu a partir da análise de dois casos. Comparou os inventários realizados nos centros históricos das cidades de Jaguarão/RS (2009) e São Leopoldo/RS (2016).

A comparação entre os estudos de caso demonstrou que, em Jaguarão, não foram utilizados critérios pré-estabelecidos para a atribuição de valores. Como tentativa de suprir essa lacuna, no inventário realizado em São Leopoldo, adotou-se como estratégia para atribuição de valores o uso da tabela de Instâncias Culturais, do IPHAE-RS.

A utilização da tabela de 'Valores de seleção estabelecidos aos bens inventariados' contribuiu na tarefa de atribuir valores ao patrimônio. Pode-se afirmar, entretanto, que não forneceu subsídios à criação de uma hierarquia para a classificação dos imóveis em Graus de Proteção.

A elaboração da pesquisa demonstrou a evolução das metodologias utilizadas na elaboração dos inventários, investigou os critérios adotados e analisou a forma de atribuição de valores ao patrimônio arquitetônico urbano. Após a realização desta reflexão, foram apresentadas proposições para a construção de um Sistema de Atribuição de Valores, em atendimento ao problema desta pesquisa: como atribuir valores ao patrimônio arquitetônico urbano?

A hipótese de pesquisa formulada – a atribuição de valores aos bens de interesse cultural pode alterar a classificação em Graus de Proteção – foi testada por meio da aplicação de simulações realizadas com o sistema de atribuição de valores proposto. As simulações comprovaram a validade da hipótese.

Através da análise da simulação, constatou-se que a aplicação do Sistema de atribuição de valores alterou a classificação dos imóveis nos Graus de Proteção. Ficou demonstrado, também, que, através do Sistema, os critérios que levaram a edificação

a pertencer a determinado Grau de Proteção aparecem de forma explícita. Este entendimento, por conseguinte, será capaz de auxiliar diretamente na tomada de decisões sobre o bem nas questões referentes à preservação do patrimônio.

A investigação procura colaborar com os estudos sobre o estabelecimento de valores para a inclusão dos imóveis no inventário do patrimônio cultural. Intenta contribuir para o aprimoramento da metodologia SICG/IPHAN, por meio da elaboração de um esboço de critérios de seleção e classificação dos bens inventariados.

A definição de critérios de atribuição de valores promoveria com mais facilidade a apropriação de inventário por parte dos técnicos das prefeituras, fundamentação técnica para projetos de intervenção e a ampliação da participação, com a inclusão da comunidade.

Em vista dos argumentos apresentados, entende-se que o inventário deve ser reconhecido como ferramenta de identificação e gestão do patrimônio cultural. Em observância aos aspectos analisados, o inventário deve ser entendido como o 'primeiro passo' do processo de preservação do patrimônio.

Sua equipe de elaboração deve ser multidisciplinar. Aos profissionais de Arquitetura e Urbanismo e da História precisam ser incluídos outros profissionais da Filosofia, das Ciências Humanas e Sociais – Arqueologia, Antropologia, Geografia, Sociologia, entre outros. A participação da comunidade, igualmente, deve ser ampliada, novas formas de inclusão precisam ser estabelecidas.

Os resultados apresentados nesta dissertação indicam a relevância do tema estudado e indicam proposições para novas pesquisas na área do patrimônio cultural. Entre elas, a possibilidade de elaboração de um inventário 'interativo', com a participação de técnicos e da comunidade, mesclado às metodologias do SICG e do inventário participativo, proposto por Hugues de Varine. Outra possibilidade é o desenvolvimento de pesquisas sobre Estâncias de Jaguarão e sobre os Complexos Arquitetônicos de São Leopoldo.

As implicações desse estudo indicam para possíveis aproveitamentos nas questões relativas à preservação patrimonial. Os resultados da pesquisa demonstram que o desenvolvimento do Sistema de Atribuição de Valores proposto pode ser continuado e aperfeiçoado. Através da metodologia aplicada, o estudo desenvolvido pode ser generalizado.

A proposta de uma hierarquia de valores apresentada nesta pesquisa, por meio de sua aplicação através das simulações realizadas foi capaz de fornecer um novo entendimento sobre a questão de atribuição de valores. E, caso tenha-se atingido uma boa fundamentação em relação a este tema, espera-se contribuir com a ampliação da participação e com um método para auxiliar diretamente nas futuras tomadas de decisão sobre os sítios e os bens, nas questões relativas à preservação do patrimônio.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 30 abr. 2018.

_____. **Decreto nº 3.551, de 2 de outubro de 2000**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em 1º mai. 2018.

_____. **Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em 30 abr. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, de 11 de Dezembro de 1970**. [Emendada]. Porto Alegre: CORAG, 1975. Disponível em: <<http://simpa.org.br/wp-content/uploads/2015/09/LeiOrgPMPA.pdf>>. Acesso em 1º mai. 2018.

CARTA DE NOVO HAMBURGO. **Patrimônio Cultural e Paisagem Urbana de Novo Hamburgo**: Ontem, hoje e amanhã. Novo Hamburgo, 2012.

CARTA DE PELOTAS. Porto Alegre: IAB, 1978.

_____. *In*: Correio do Povo, 23 de abril de 1978, p. 17.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CIAM. **Carta de Atenas**. Atenas, Grécia: 1933.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *In*: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 34, 2012.

CORSINO, C. M. Introdução. *In*: IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2000.

COSTA, Lucio. **Lucio Costa**: documentos de trabalho. Organização de José Pessoa. Edições do Patrimônio (IPHAN/MinC). Rio de Janeiro, IPHAN, 1999.

CRUZ, Milton; COLUSSO, Izabele. **Experiências de planejamento municipal participativo**: o Fórum de Entidades de Porto Alegre/ RS. *In*: XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011, Recife. ALAS. Recife: UFPE, 2011. v. 1. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/democraciaparticipativa/biblioteca->

1/arquivos/experiencias%20de%20planejamento%20municipal%20participativo.pdf>.
Acesso em 30 abr. 2018.

CUNHA, C. R. Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos. **Resenhas Online**, São Paulo, ano 05, n. 054.02, Vitruvius, jun. 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhas_online/05.054/3138>. Acesso em: 28 set 2017.

DERRY, L. 2011. Why do People Become Involved with Archaeology? Some Answers from Alabama's Black Belt Region. **Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress**, (7): 3, 538-553.

FERREIRA, L. M. 2013. Essas Coisas não Ihes Pertencem: Relações entre Legislação Arqueológica, Cultura Material e Comunidades. **Revista de Arqueologia Pública**, (7): 87-106, 2013.

GUTIERREZ, Ester J. B [et al.]. **Estâncias Fortificadas**. Peões, Vaqueiros e Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil. Mário Maestri, Maria do Carmo Brasil (org.); Cláudia Daiane Garcia Molet [et al.]. Passo Fundo: UPF, 2009.

GUTIERREZ, E. J. B. ; NEUTZLING, S. Inventários e reconhecimentos da cidade Heroica. Jaguarão. RS. (1792-2009). In: **3o. Fórum Mestres e Conselheiros. Municipalização do Patrimônio e Educação Patrimonial, 2011, Belo Horizonte**. 3o. Fórum Mestres e Conselheiros. Municipalização do Patrimônio e Educação Patrimonial, 2011.

GUTIERREZ, E. J. B., NEUTZLING, S. R. **A rainha e a heróica: 200 anos de patrimônio. Jaguarão e Bagé. RS**. Projectare (Pelotas). v.5, p.7-18, 2013.

GUTIERREZ, E. J. B. ; NEUTZLING, S. R. . A paisagem cultural da cidade Berço da Colonização Alemã no Brasil. São Leopoldo/RS. In: **4º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, desafios e perspectivas**, 2016, Belo Horizonte. 4º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2016.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa** [CD-ROM]. Versão 1.0.5a. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **Primórdios da vida judicial de São Leopoldo: o primeiro livro do Juízo de Paz (1832-1845)**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza, Itália: 1964.

ICOMOS. **Carta de Burra**. Burra, Austrália: 1980.

ICOMOS. **Documento de autenticidade de Nara**. Nara, Japão: 1994. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

IPHAÉ-RS. **Valores de Seleção estabelecidos aos Bens Inventariados [Instâncias]**. Sistema de Rastreamento Cultural - Bens Edificados. 2012. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=DownloadDetalhesAc&item=43501>>. Acesso em 30 abr 2018.

IPHAN. **Carta de Brasília**. 1995. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=265>>. Acesso em 30 abr 2018.

_____. **Carta do Rio de Janeiro**. 1992. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=263>>. Acesso em 30 abr 2018.

_____. **Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília, Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN, 2000.

_____. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14897&retorno=paginalphan>> Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG. **Manual de treinamento**. Brasília: IPHAN, 2014.

LACERDA, N.; ZANCHETTI, S. M. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2014. 225 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7 ed. rev. Trad. de Bernardo Leitão...[et. al.]. Campinas, SP, UniCamp, 2013.

LIMA, E. F. W.; MALEQUE, M. R. **Espaço e cidade: conceitos e leituras**. 2 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=Y6jnuWVg_fMC&pg=PA77&lpg=PA77&dq=pddu+%2B+\"port+alegre\"+%2B+1979+%2B+\"júlio+curtis\"&source=bl&ots=dKcQ3V7AR8&sig=muoOla0gzKWYn6WsjQdcn16JdPo&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiWsprStfjZAhWBvZAKHTm_DGUQ6AEILTAB#v=onepage&q=pddu%20%2B%20\"port+alegre\"%20%2B%201979%20%2B%20\"júlio+curtis\"&f=false](https://books.google.com.br/books?id=Y6jnuWVg_fMC&pg=PA77&lpg=PA77&dq=pddu+%2B+\)>. Acesso em 30 abr. 2018.

LINHARES, Guilherme Porciúncula Bresciani Cerqueira. **Valoração histórica de sítios urbanos tombados pelo IPHAN (1938- 1968)**. Instituto do Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional. Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta+o+úo%20Guilherme%20Linhares.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2018.

MCCARTHY, J. P. 2008. The Archaeology of Community Identity in the Past and Remembrance in the Present. **American Nineteenth History**, (9): 3, 305-314.

MEIRA, A. L. **O passado no futuro da cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira. **Memória e patrimônio**: ensaios sobre a diversidade cultural. Pelotas: UFPel, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC**. Brasília, 1981.

_____. **Política Nacional de Cultura**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **São Leopoldo**: obras e iniciativas públicas. Coleção Revivendo o passado, v. 2. São Leopoldo: n/c, 1998.

MOTTA, L.; SILVA, M. B. R. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. E ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

_____. **Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

NEUTZLING, S. R. (coord.). **Inventário para o dossiê de tombamento do centro histórico de Bagé**. 2009a. (Relatório Técnico). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura.

NEUTZLING, S. R. (coord.). **Inventário para o dossiê de tombamento do centro histórico de Jaguarão**. 2009b. (Relatório Técnico). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura.

NEUTZLING, S. R. (coord.). **Inventário do centro histórico de São Leopoldo**. 2016 (Relatório Técnico). Prefeitura Municipal de São Leopoldo. RS.

OLIVEIRA, A. L. C. e SEIBT, M. B. (Org.) **Projeto Jaguar**: Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão - RS. Pelotas: UFPEL, 1988.

OLIVEIRA, A. L. C. e SEIBT, M. B. **Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão**. Pelotas: UFPEL, 1992.

OLIVEIRA, A. L. C. e SEIBT, M. B. **Programa de revitalização Integrada de Jaguarão**. Pelotas: UFPel, 2005

ORTIZ, Vitor. **Inventário Participativo de Viamão**. Vol.1. Secretaria Municipal de Cultura; Prefeitura Municipal de Viamão. Viamão: n/c, 1999.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Lei Complementar N.º 43, de 21 de julho de 1979**. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre, institui o Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano [PDDU], e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/LC%2043>>. Acesso em 30 abr. 2018.

_____. **Lei Complementar N.º 434, de 1º de dezembro de 1999**. [Versão compilada até outubro de 2017]. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental [PPDUA] de Porto Alegre e dá outras providências. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/edificapoa/usu_doc/pddua171013.pdf>. Acesso em 30 abr. 2018.

PREFEITURA DE SÃO LEOPOLDO. **Lei Municipal Nº 6125, de 19 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de SÃO LEOPOLDO, estabelecendo as diretrizes gerais da política municipal de desenvolvimento territorial, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?template=abreAnexos&arquivo=6001&nomeArquivo=PLANO%20DIRETOR%20-%20LEI%206125-2006&categoriaDownload=10>>. Acesso em 1º mai. 2018.

_____. **Lei Municipal Nº 7778, de 10 de outubro de 2012**. Dispõe sobre manutenção, intervenção, alienação e incentivos voltados para os bens imóveis que compõem o acervo histórico-cultural-patrimonial do município de São Leopoldo e dá outras providências. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/saoleopoldo/lei-ordinaria/2012/778/7778/lei-ordinaria-n>>. Acesso em 1º mai. 2018.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Trad. Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Mirian Sartori. **A contribuição do patrimônio cultural na qualidade visual da paisagem urbana**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, RS, 2010.

THOMPSON, Analucia. A composição do Dicionário. In: RESENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2014.

VARINE, Hugues de. **As Raízes do Futuro: O patrimônio a serviço do Desenvolvimento Local**. 1ª reimpressão. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **A cidade fragmentada**. O planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas. Pelotas, UFPel, 2005.

VOIGT, André Fabiano. **A Invenção do Teuto-Brasileiro**. Florianópolis, 2008. Tese (Doutoramento em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina.

ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul**: A atribuição de Valores a uma memória coletiva edificada para o Estado. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em História do Brasil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2006.



PARA UMA HIERARQUIA DOS VALORES DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO URBANO

